

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

PORTARIA N° 002/2023.

DE 10 DE JANEIRO DE 2023.

Marcos Antônio Valério, Prefeito em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1° - Designar servidores municipais para a constituição da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**, para o desenvolvimento de trabalhos junto a Divisão Municipal de Licitação e Compras, neste período.

Art. 2° - Ficam nomeados, em suas respectivas funções, os seguintes servidores descritos abaixo:

PRESIDENTE: Renato Rafael Diogo Do Valle, RG N° 9.014.461-8/SESP-PR e CPF N° 049.250.729-51;

VICE-PRESIDENTE: Diego Rafael Floripes de Souza, RG N° 9.481.911-3/SESP-PR e CPF N° 048.027.979-90; e

SECRETÁRIO: Álvaro Cezar de Assis, RG N° 3.766.799-4/SSP-PR e CPF 618.064.719-49.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



MARCOS ANTÔNIO VALÉRIO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

PUBLICADO NO JORNAL:	
O Regional	N° 3522
Pág.: 12	Data: 11 / 01 / 2023

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 001 / VISTO

Publ 11.01



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

Inajá - PR, 31 de Janeiro de 2023.

Ao

EXCELENTÍSSIMO PREFEITO, CLÉBER GERALDO DA SILVA.

Prefeitura Municipal de Inajá/PR.

Assunto: Solicita abertura de processo administrativo para a **Contratação de Empresa ou Instituição de Ensino, para prestação de serviços especializados quanto ao planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas: Objetivas, Discursivas, de Títulos e Prática para seleção de candidatos para provimento de vagas em cargo efetivo de nível fundamental, médio, técnico e superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá-PR, compreendendo ainda a disposição de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades inerentes e necessárias para a realização do concurso público até a fase final (homologação) do concurso público.**

Exmo. Prefeito,

Cumprimentando-a, sirvo-me do presente para solicitar que seja aberto processo licitatório para **Contratação de Empresa ou Instituição de Ensino, para prestação de serviços especializados quanto ao planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas: Objetivas, Discursivas, de Títulos e Prática para seleção de candidatos para provimento de vagas em cargo efetivo de nível fundamental, médio, técnico e superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá-PR, compreendendo ainda a disposição de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades inerentes e necessárias para a realização do concurso público até a fase final (homologação) do concurso público.**

Tendo em vista que o último concurso público realizado pela Prefeitura Municipal de Inajá, para o provimento de servidores permanentes, foi no ano de 2015 enfatizo que a necessidade de realizar novas contratações é necessária para que os departamentos que se encontram em sobrecarga em decorrência da alta demanda de serviços e a falta de profissionais capacitados sejam cessados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

É comum diversos órgãos públicos do Estado do Paraná, contratarem fundações e instituições de ensino para a realização de concurso público através de dispensa de licitação, oportunidade esta, que o Município de Inajá Paraná, irá adotar.

Sendo assim, encaminho anexo a este as cotações feitas em empresas regionais, para fins de instrução do processo.

Atenciosamente,

Alessandro Tadeu Diogo do Valle
- Diretor da Divisão de Recursos Humanos -

TERMO REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A realização de concurso público para provimento de 86 vagas, em cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, bem como formação de cadastro reserva para eventuais convocações dentro do prazo de validade do Concurso, tudo em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal, justifica-se, haja vista, as solicitações de contratação de pessoal e as justificativas apresentadas pelos Departamentos Municipais a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

2.2. Como fundamento para a contratação direta mediante processo de dispensa de licitação tem se utilizado o disposto no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993, no caso de contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

3. DOS CARGOS, VAGAS, SALÁRIO, REQUISITOS E TIPOS DE AVALIAÇÃO

Cargos	Vagas	Salário	Requisitos	Avaliações
Assistente Social – 30h	01 + 01 CR	4.495,54	Curso de nível superior em serviço social. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Educador Físico – 40H	01 + 02 CR	2.247,78	Curso de nível superior em educação física. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico, Prova Discursiva e Prova de Títulos.
Enfermeiro – 40h	01 + 04 CR	4.120,91	Curso de nível superior em enfermagem. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Nutricionista – 20h	01 + 01 CR	2.247,78	Curso em nível superior em nutrição. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.

Nutricionista – 40h	01 + 01 CR	3.160,36	Curso em nível superior em nutrição. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Farmacêutico – 40h	01 + 01 CR	4.120,91	Curso em nível superior em farmácia. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Dentista (PSF) – 20h	01	3.160,36	Curso de nível superior em odontologia. Inscrição no CRO.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Fisioterapeuta – 20h	01 + 01 CR	2.809,70	Curso de nível superior em fisioterapia. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Psicólogo – 30h	01 + 01 CR	4.495,54	Curso em nível superior em psicologia. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Técnico Agrícola – 40h	01 + 01 CR	1.653,47	Curso em nível médio de técnico em agropecuária. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Técnico de Enfermagem – 40h	01 + 06 CR	1.653,47	Nível médio e curso em técnico em enfermagem. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Técnico em Higiene Dental – 40h	01	1.348,66	Nível médio e curso em técnico em higiene dental. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Auxiliar Administrativo – 40h	01 + 08 CR	2.060,47	Nível médio completo. Ensino Fundamental completo.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico
Atendente de Farmácia – 40h	01 + 02 CR	1.299,18	Nível médio completo.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico
Agente de Combate a Endemias – 40h	01 + 03 CR	2.424,00	Nível médio completo.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico
Monitor de Artesanato – 40h	01 + 01 CR	1.299,18	Nível médio completo – cursos específicos na área.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Professor – 20h	04 +	1.555,85	Nível super completo	Provas Objetiva: Língua

	02 CR		com habilitação em uma das seguintes áreas:	Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática, Conhecimento Específico e Prova de Títulos.
Professor de Arte – 20H	01+ 01 CR	1.867,02	Nível super completo com habilitação em uma das seguintes áreas: Artes plásticas, Arte Visuais, Educação Artística, Ensino de Arte na Diversidade, Arte Música, Arte-Dança e Arte Cênicas.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática, Conhecimento Específico e Prova de Títulos.
Professor de Educação Física – 20H	01 + 01CR	1.867,02	Curso de nível superior completo de licenciatura em Educação Física.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática, Conhecimento Específico e Prova de Títulos.
Auxiliar de Serviços Gerais – 40h	04 + 10 CR	1.250,90	Ensino fundamental incompleto.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa e Matemática,
Eletricista – 40h	01 + 01 CR	1.808,58	Ensino fundamental incompleto.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimento Específico e Prova Prática.
Motorista – 40h	02 + 05 CR	1.808,58	Ensino fundamental incompleto. Carteira de habilitação categoria "D"	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimento Específico e Prova Prática.
Operador de Máquinas – 40h	01 + 01 CR	1.808,58	Ensino fundamental incompleto. Carteira de habilitação categoria "D"	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimento Específico e Prova Prática.
Tratorista – 40h	01 + 01 CR	1.461,05	Ensino fundamental incompleto. Carteira de habilitação categoria "C"	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimento Específico e Prova Prática.

4. DA ESTIMATIVA DE CANDIDATOS E PROPOSTA

a) estima-se aproximadamente 400 (quatrocentos) candidatos, sendo que a Instituição deverá apresentar proposta global para o número de 400 (quatrocentos) candidatos e valor por candidato excedente a esse número;

a) a proposta deverá ser enviada no e-mail licitacao.pminaja@hotmail.com até o dia 03 de março de 2023;

b) propostas enviadas após essa data não serão aceitas.

Solicita orçamento para realização de Concursos Público Municipal

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Seg, 22/08/2022 09:14

Para: concursoss@igp.gov.com.br <concursoss@igp.gov.com.br>

📎 1 anexos (37 KB)

COTAÇÃO CONCURSO PÚBLICO.doc;

Bom dia!

Conforme anexo, solicito-lhes que seja enviada proposta comercial para contratação de empresa responsável pela elaboração e aplicação de provas para realização de Concurso Público Municipal, para o provimento de cargos efetivos para esta administração.

Renato

Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR

Solicita orçamento para realização de Concursos Público Municipal

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Seg, 22/08/2022 09:17

Para: contato@institutobrasil.net.br <contato@institutobrasil.net.br>

 1 anexos (37 KB)

COTAÇÃO CONCURSO PÚBLICO.doc;

Bom dia!

Conforme anexo, solicito-lhes que seja enviada proposta comercial para contratação de empresa responsável pela elaboração e aplicação de provas para realização de Concurso Público Municipal, para o provimento de cargos efetivos para esta administração.

Renato

Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR

Solicita orçamento para realização de Concursos Público Municipal

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Seg, 22/08/2022 09:25

Para: ippec@ippec.org.br <ippec@ippec.org.br>

 1 anexos (37 KB)

COTAÇÃO CONCURSO PÚBLICO.doc;

Bom dia!

Conforme anexo, solicito-lhes que seja enviada proposta comercial para contratação de empresa responsável pela elaboração e aplicação de provas para realização de Concurso Público Municipal, para o provimento de cargos efetivos para esta administração.

Renato

Divisão de Licitação e Compras



Prefeitura Municipal Inajá-PR

Solicita orçamento para realização de Concursos Público Municipal

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Seg, 22/08/2022 09:26

Para: fadec.comercial@gmail.com <fadec.comercial@gmail.com>

 1 anexos (37 KB)

COTAÇÃO CONCURSO PÚBLICO.doc;

Bom dia!

Conforme anexo, solicito-lhes que seja enviada proposta comercial para contratação de empresa responsável pela elaboração e aplicação de provas para realização de Concurso Público Municipal, para o provimento de cargos efetivos para esta administração.

Renato

Divisão de Licitação e Compras



Prefeitura Municipal Inajá-PR

Solicita orçamento para realização de Concursos Público Municipal

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Seg, 22/08/2022 09:27

Para: concursos@alfaumuarama.edu.br <concursos@alfaumuarama.edu.br>

 1 anexos (37 KB)

COTAÇÃO CONCURSO PÚBLICO.doc;

Bom dia!

Conforme anexo, solicito-lhes que seja enviada proposta comercial para contratação de empresa responsável pela elaboração e aplicação de provas para realização de Concurso Público Municipal, para o provimento de cargos efetivos para esta administração.

Renato

Divisão de Licitação e Compras

 **Prefeitura Municipal Inajá-PR**

Solicita orçamento para realização de Concursos Público Municipal

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Qua, 21/09/2022 14:17

Para: concursos@igpgov.com.br <concursos@igpgov.com.br>

 2 anexos (112 KB)

Concurso Público - TERMO DE REFERÊNCIA.doc; COTAÇÃO CONCURSO PÚBLICO.doc;

Bom dia!

Conforme anexo, solicito-lhes que seja enviada proposta comercial para contratação de empresa responsável pela elaboração e aplicação de provas para realização de Concurso Público Municipal, para o provimento de cargos efetivos para esta administração.

Renato

Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR

Re: Solicita orçamento para realização de Concursos Público Municipal

concursos@igpgov.com.br <concursos@igpgov.com.br>

Qui, 22/09/2022 14:48

Para: Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

 1 anexos (306 KB)

proposta orçamento.pdf;

Em 2022-09-21 14:17, Prefeitura Municipal Inajá escreveu:

>> Bom dia!

>>

>> Conforme anexo, solicito-lhes que seja enviada proposta comercial
>> para contratação de empresa responsável pela elaboração e
>> aplicação de provas para realização de Concurso Público
>> Municipal, para o provimento de cargos efetivos para esta
>> administração.

>>

>> Renato

>>

>> Divisão de Licitação e Compras

>>

>> -----

>>

>> Prefeitura Municipal Inajá-PR

boa tarde

segue anexo proposta comercial

observação - os cargos descritos no termo de referencia (26) não batem
com os apresentados na Cotação (22)
o valor e a proposta que apresentei vale para as duas situações

att

claudemir batista
diretor

MENOR
PREÇO

NOTA PARANÁ

Nota Paraná O que é

Entrar

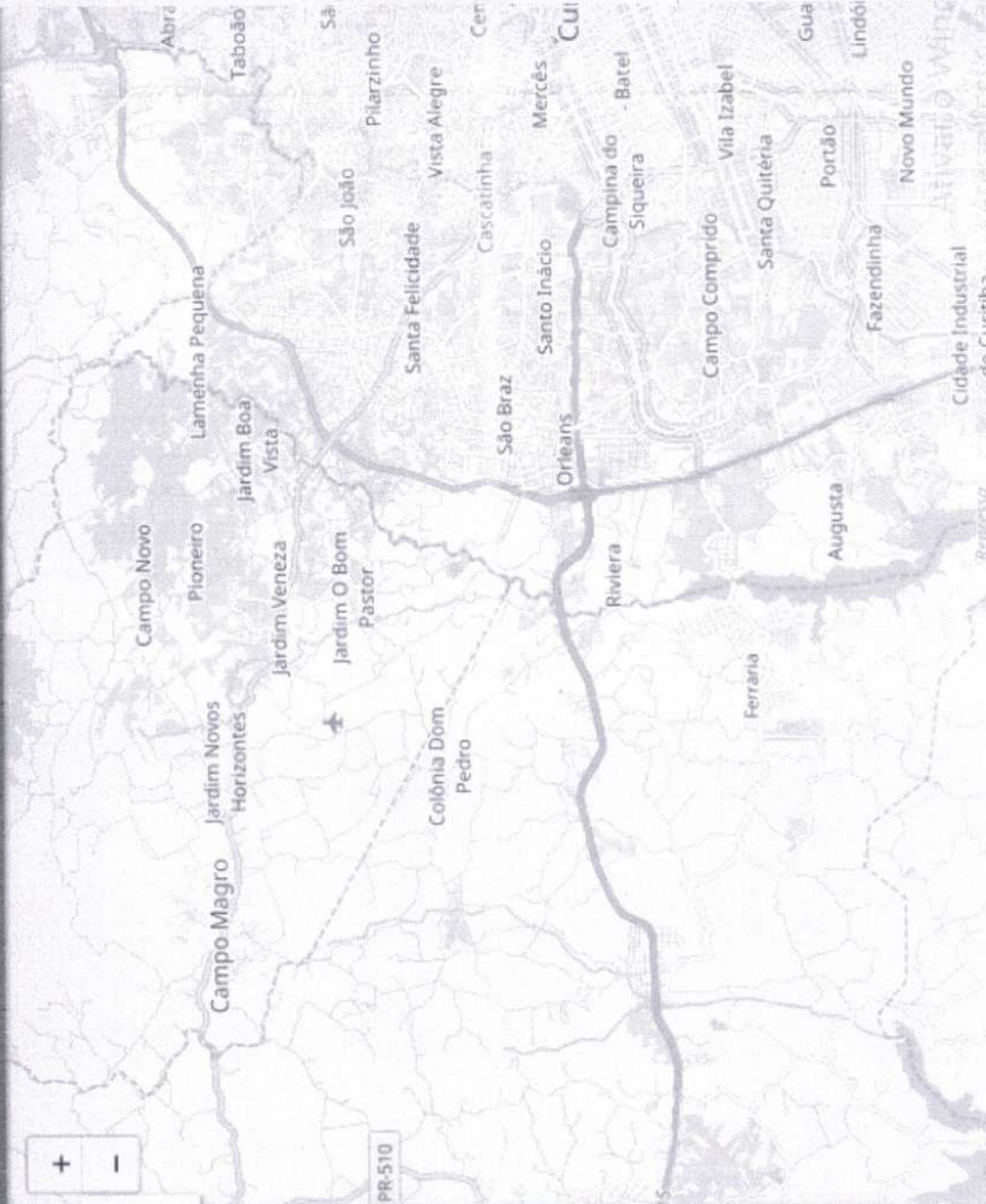
Trata-se de um produto mais a baixo preço de Curitiba.

Trata-se de Instituição de Ensino sem fins I



odutos

um produto encontrado.



MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 70 / VISTO

COMUNICADO INTERNO

Do: Gabinete do Prefeito
Para: Divisão de Licitações

ASSUNTO: Abertura de Procedimento Licitatório para realização de Concurso Público.

Tendo em vista a necessidade premente de se contratar novos servidores para recompor o quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Inajá, o qual se encontra debilitado em decorrência de demissões, falecimentos e aposentadorias de servidores, conforme consta das solicitações de contratações e justificativas apresentadas a divisão de Recursos Humanos pelos Secretários Municipais, solicita a divisão de Licitações a realização de procedimento licitatório para o seguinte objeto:

Contratação de **instituição de ensino** especializada no planejamento, organização e realização de concurso público para o preenchimento de vagas, nos seguintes cargos:

Cargos	Vagas
Assistente Social – 30h	01 + 01 CR
Educador Físico – 40h	01 + 02 CR
Enfermeiro – 40h	01 + 04 CR
Nutricionista – 20h	01 + 01 CR
Nutricionista – 40h	01 + 01 CR
Farmacêutico – 40h	01 + 01 CR
Dentista (PSF) – 20h	01
Fisioterapeuta – 20h	01 + 01 CR
Psicólogo – 30h	01 + 01 CR
Técnico Agrícola – 40h	01 + 01 CR

Técnico de Enfermagem – 40h	01 + 06 CR
Técnico em Higiene Dental – 40h	01
Auxiliar Administrativo – 40h	01 + 08 CR
Atendente de Farmácia – 40h	01 + 02 CR
Agente de Combate a Endemias – 40h	01 + 03 CR
Monitor de Artesanato – 40h	01 + 01 CR
Professor – 20h	04 + 02 CR
Professor de Arte – 20H	01+ 01 CR
Professor de Educação Física – 20H	01 + 01CR
Auxiliar de Serviços Gerais – 40h	04 + 10 CR
Eletricista – 40h	01 + 01 CR
Motorista – 40h	02 + 05 CR
Operador de Máquinas – 40h	01 + 01 CR
Tratorista – 40h	01 + 01 CR

Gabinete do Prefeito, 01 de fevereiro de 2023.

CLÉBER GERALDO DA SILVA
Prefeito Municipal

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Eu, **CLÉBER GERALDO DA SILVA**, Prefeito do Município de Inajá, Estado do Paraná, **AUTORIZO** a divisão de Licitações da Prefeitura Municipal, a efetuar o procedimento licitatório, na modalidade de Dispensa de Licitação, tendo por objeto a Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática, visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades do Município, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, devendo o processo licitatório observar as normas da Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520, suas alterações e demais normas pertinentes.

Gabinete do Prefeito, 01 de fevereiro de 2022.


CLÉBER GERALDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Solicitação de Orçamento

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Qua, 22/02/2023 10:59

Para: concursos@institutounivida.org.br <concursos@institutounivida.org.br>

 2 anexos (2 MB)

TERMO DE REFERÊNCIA CONCURSO.pdf; SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO_000020.pdf;

Bom dia, venho através deste solicitar orçamento para concurso publico como descrito no termo de referencia a seguir.

Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR

Re: Solicitação de Orçamento

concursos@institutounivida.org.br <concursos@institutounivida.org.br>

Ter, 21/03/2023 09:18

Para: Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

📎 1 anexos (496 KB)

proposta orçamento.pdf;

Em 2023-02-22 10:59, Prefeitura Municipal Inajá escreveu:

> Bom dia, venho através deste solicitar orçamento para concurso

> publico como descrito no termo de referencia a seguir.

>

> Divisão de Licitação e Compras

>

> -----

>

> Prefeitura Municipal Inajá-PR

Segue orçamento solicitado

atenciosamente

Instituto Social UNIVIDA - UNIFAMMA

COTAÇÃO DE PREÇOS

Validade da Proposta – (90) – Noventa Dias

Fornecedor Instituto Social Univida - UNIFAMMA
Endereço Av Virgílio Manília, 22260 – Sala A – Jardim Ouro Cola
Cidade Maringá - PR
CNPJ 09.054.507/0001-00
Telefone 44-99945-7979
Responsável CLAUDEMIR BATISTA DE SOUZA

DESCRIÇÃO

Contratação de empresa ou instituição de ensino, para prestação de serviços técnicos especializados na elaboração, diagramação, impressão, aplicação de provas teóricas e práticas e processamento de dados, bem como todo e qualquer ato pertinente à organização e realização de Concurso Público, para provimento de cargos efetivos para a administração pública da Prefeitura do Município de INAJÁ-PR, conforme:

A) EMPREGO PÚBLICOS PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS- CONCURSO PÚBLICO						
Emprego público	Escolaridade	Vagas a serem abertas	TIPO DE AVALIAÇÃO			
			Prova Objetiva	Prova de Títulos	Prova Discursiva	Prova Pratic
Assistente Social	Superior	01+01CR	Sim	Não	Sim	Não
Educador Fisico	Superior	01+02CR	Sim	Sim	Sim	Não
Enfermeiro	Superior	01+04CR	Sim	Não	Sim	Não
Nutricionista	Superior	01+01CR	Sim	Não	Sim	Não
Nutricionista-40h	Superior	01+01CR	Sim	Não	Sim	Não
Farmacêutico	Superior	01+01CR	Sim	Não	Sim	Não
Dentista-PSF	Superior	01	Sim	Não	Sim	Não
Fisioterapeuta	Superior	01+01CR	Sim	Não	Sim	Não
Psicologo	Superior	01+01CR	Sim	Não	Sim	Não
Técnico Agrícola	Médio	01+01CR	Sim	Não	Não	Não

Avenida Virgílio Manília, 22.260, Jardim Ouro Cola, Maringá (PR), CEP 87070-170

concursos@institutounivida.org.br

(44) 99945-7979 |

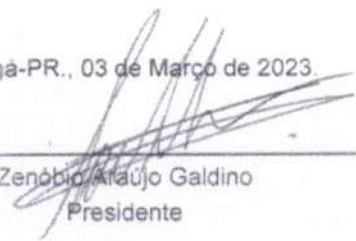
Técnico em enfermagem	Médio	01+06CR	Sim	Não	Não	Não
Técnico em Higiene Dental	Médio	01	Sim	Não	Não	Não
Auxiliar Administrativo	Médio	01+08CR	Sim	Não	Não	Não
Atendente de Farmácia	Médio	01+02CR	Sim	Não	Não	Não
Agente de Combate à Endemias	Médio	01+03CR	Sim	Não	Não	Não
Monitor de Artesanato	Médio	01+01CR	Sim	Não	Não	Não
Professor	Superior	04	Sim	Sim	Não	Não
Professor de Artes	Superior	01+01CR	Sim	Sim	Não	Não
Professor de Educação Física-20h	01+01CR	Superior	Sim	Sim	Não	Não
Auxiliar de Serviços Gerais	04+10CR	Fund Incomp	Sim	Não	Não	Não
Eletricista	01+01CR	Fund incomp	Sim	Não	Não	Sim
Motorista	02+05CR	Fund incomp	Sim	Não	Não	Sim
Operador de Máquinas	01+01CR	Fund incomp	Sim	Não	Não	Sim
Tratorista	01+01CR	Fund incomp	Sim	Não	Não	Sim

Valor da Proposta – R\$ 71.250,00 (Setenta e Um Mil e Duzentos e Cinquenta Reais)
Adicionando o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda à 400

A ser pago:

- 50% Na homologação das Inscrições
- 25% No resultado das provas objetivas
- 25% Na homologação do resultado final

Maringá-PR., 03 de Março de 2023.



Zenóbio Araújo Galdino
Presidente

09.054.507/0001-00

INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA

Av Virgílio Manília, 22260

Jd Ouro Cola – CEP 87070.170

MARINGÁ-PR

Avenida Virgílio Manília, 22.260, Jardim Ouro Cola, Maringá (PR), CEP 87070-170
concursos@institutounivida.org.br
(44) 99945-7979 |

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 020 / VISTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.054.507/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/05/2007
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL INSTITUTO UNIFAMMA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO UNIFAMMA	PORTE DEMAIS
--	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO AV BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO	NÚMERO 394	COMPLEMENTO *****
--	---------------	----------------------

CEP 87.030-010	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MARINGA	UF PR
-------------------	---------------------------	----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO INSTITUTOUNIFAMMA@UNIFAMMA.EDU.BR	TELEFONE (44) 2101-5550
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/05/2007
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 05/05/2023 às 13:33:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 21 / VISTO

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	09.054.507/0001-00
NOME EMPRESARIAL:	INSTITUTO UNIFAMMA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	VALDIR BEZERRA MATARA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 05/05/2023 às 13:34 (data e hora de Brasília).

Solicitação de Orçamento

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Qua, 22/02/2023 10:56

Para: Concursos Unifil <concursos@unifil.br>

 2 anexos (2 MB)

TERMO DE REFERÊNCIA CONCURSO.pdf; SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO_000020.pdf;

Bom dia, venho através deste solicitar orçamento para concurso publico como descrito no termo de referencia a seguir.

Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR

Re: Solicitação de Orçamento

Gislaine - Concursos UniFil <concursos@unifil.br>

Sex, 24/02/2023 12:37

Para: Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

📎 1 anexos (3 MB)

Orçamento_Concurso_Inaja.pdf;

Prezados,

Segue anexo orçamento solicitado.

Atenciosamente,

Em qua., 22 de fev. de 2023 às 10:56, Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com> escreveu:

Bom dia, venho através deste solicitar orçamento para concurso publico como descrito no termo de referencia a seguir.

Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR

--
Gislaine Araujo

Instituto UniFil

43 3375-7471

www.institutounifil.com.br

Renato
Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR

--
Gislaine Araujo
Instituto UniFil
43 3375-7471
www.institutounifil.com.br

--
Gislaine Araujo
Instituto UniFil
43 3375-7471
www.institutounifil.com.br

Londrina, 24 de fevereiro de 2023.

Ref.: A proposta para realização do Concurso Público.

Ao

Dep. de Licitação do Município de Inajá/PR

INSTITUTO UNIFIL

O Instituto UniFil – INSITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA faz parte de uma das mais conceituadas Universidades do Paraná. A UniFil está completando 50 (cinquenta) anos de tradição no Ensino Superior, sempre acompanhando a evolução, as novas demandas das profissões e do mercado para oferecer uma educação contemporânea.

O Instituto disponibiliza para a Administração Pública processos de seleção de pessoal para provimento dos cargos, através de organização e execução de concursos públicos e testes seletivos, podendo oferecer os serviços por meio de **Dispensa de Licitação**, uma vez que a UniFil é uma **Instituição Educacional, sem fins econômicos, com inquestionável reputação ético-profissional (Inciso XIII, artigo 24, da Lei 8666/93)**.

O Instituto UniFil oferece aos clientes serviço de qualidade, altamente confiável, com garantia de satisfação, eficiência e racionalização de custos. Todo trabalho segue os princípios da ética, excelência no atendimento, inovação tecnológica, segurança e sigilo, transparência, respeito e valorização.

A equipe é capacitada para atender órgãos municipais, estaduais e federais, organizações e empresas de pequeno, médio e grande portes.

Nosso sistema é totalmente informatizado, garantindo ao candidato e ao cliente um ambiente seguro e eficiente. A Instituição dispõe de equipamentos modernos, *no break*, servidores dedicados e *link* de internet com disponibilidade de aumento de capacidade conforme a demanda.

Todo o processo do concurso/teste seletivo, desde as inscrições até a homologação, é gerenciado por *software* específico, em ambiente seguro e com modernas ferramentas de controle de acesso, com alto grau de eficiência e confiabilidade. A correção das folhas de respostas é feita por meio de sistema de reconhecimento de imagens, proporcionando grande precisão e segurança.

Elaboramos os editais de todas as fases do concurso, os quais podem ser visualizados no site da empresa, onde os candidatos têm acesso às suas informações através da área restrita. Por meio dela, pode visualizar as informações referentes à sua inscrição, protocola recursos e acessa o julgamento desses, tem acesso à sua folha de respostas etc. Além da comunicação por meio do site, oferecemos atendimento integral ao candidato através de telefone ou e-mail, com resposta no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), salvo feriados, sábados e domingos.

Nossa equipe é altamente qualificada, treinada e apta a atender em todas as etapas dos concursos, desde a elaboração dos editais, atendimento aos candidatos, aplicação das provas objetivas, elaboração das questões (banca elaboradora formada por docentes especialistas, mestres e doutores, comprometidos com o sigilo e elaboração de questões inéditas), elaboração de relatório final etc.

As provas são gramaticalmente revisadas, formatadas e impressas na sede da empresa, com acesso restrito aos colaboradores do departamento, ambientes monitorados por sistema de câmeras de segurança, impressoras de alta performance e qualidade. Nesse mesmo ambiente, as provas são embaladas em envelopes opacos e lacrados, seguindo rigoroso processo de controle de acordo com o número de candidatos e ensalamento prévio. Os envelopes são transportados por coordenadores da Instituição, com armazenamento em malotes com lacre inviolável.

A abertura do malote é feita somente no local das provas e os envelopes são abertos apenas nas salas, diante dos candidatos e com registro em ata contendo a assinatura de, pelo menos, 2 (dois) candidatos do concurso. De igual modo, ao final, o fiscal de sala embaia as folhas de respostas em envelope opaco, sob a conferência dos 3 (três) últimos candidatos da sala, e lacra-o mediante a assinatura desses candidatos no termo de fechamento. Na sequência, igual procedimento é adotado para o fechamento dos malotes.

O Instituto UniFil também se responsabiliza por toda a logística necessária à aplicação das provas, como locação dos espaços físicos, treinamento de fiscais, zeladoras, porteiros, seguranças e demais profissionais necessários para realização do concurso. Os locais são vistoriados previamente à aplicação das provas, com vistas à adequação e segurança.

A instituição possui departamento jurídico para assessoria em todas as fases dos concursos, com vistas à adequação à legislação e prevenção de nulidades e/ou irregularidades.

Após a homologação do concurso, é confeccionado um relatório/dossiê impresso para prestação de contas do contratante junto aos órgãos competentes.

Toda a documentação é arquivada na Instituição, em local próprio, pelo período de 5 (cinco) anos ou mais, quando necessário. Seu descarte é feito somente mediante comunicação prévia ao órgão contratante.

ALGUNS DE NOSSOS CLIENTES

- Autarquia Municipal de Serviços e Obras de Maricá;
- Câmara Municipal de Ribeirão do Pinhal;
- Consórcio Proamusep;
- Consórcio Codren;
- Prefeitura Municipal de Assaí;
- Prefeitura Municipal de Andará;
- Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste;
- Prefeitura Municipal de Cambé;
- Prefeitura Municipal de Cornélio Procopio;
- Prefeitura Municipal de Mandaguçu;
- Prefeitura Municipal de Nova Londrina;
- Prefeitura Municipal de Santa Mariana;
- Serviço de Água e Esgoto de Marialva;
- Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itápolis;
- Serviço Municipal de Água e Esgoto de Andará;
- Visite nosso site e conheça um pouco mais de nossos serviços (www.instituounifil.com.br)

OBJETO:

Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas.

Cargos	Vagas	Salário	Requisitos	Avaliações
Assistente Social – 30h	01 + 01 CR	4.495,54	Curso de nível superior em serviço social. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Educador Físico – 40h	01 + 02 CR	2.247,78	Curso de nível superior em educação física. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico,, Prova Discursiva e Prova de Títulos.
Enfermeiro – 40h	01 + 04 CR	4.120,91	Curso de nível superior em enfermagem. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Nutricionista – 20h	01 + 01 CR	2.247,78	Curso em nível superior em nutrição. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Nutricionista – 40h	01 + 01 CR	3.160,36	Curso em nível superior em nutrição. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Farmacêutico – 40h	01 + 01 CR	4.120,91	Curso em nível superior em farmácia. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Dentista (PSF) – 20h	01	3.160,36	Curso de nível superior em odontologia. Inscrição no CRO.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Fisioterapeuta – 20h	01 + 01 CR	2.809,70	Curso de nível superior em fisioterapia. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Psicólogo – 30h	01 + 01 CR	4.495,54	Curso em nível superior em psicologia. Registro no respectivo	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova

			conselho de classe.	Discursiva.
Técnico Agrícola – 40h	01 + 01 CR	1.653,47	Curso em nível médio de técnico em agropecuária. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Técnico de Enfermagem – 40h	01 + 06 CR	1.653,47	Nível médio e curso em técnico em enfermagem. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Técnico em Higiene Dental – 40h	01	1.348,66	Nível médio e curso em técnico em higiene dental. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Auxiliar Administrativo – 40h	01 + 08 CR	2.060,47	Nível médio completo. Ensino Fundamental completo.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico
Atendente de Farmácia – 40h	01 + 02 CR	1.299,18	Nível médio completo.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico
Agente de Combate a Endemias – 40h	01 + 03 CR	2.424,00	Nível médio completo.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico
Monitor de Artesanato – 40h	01 + 01 CR	1.299,18	Nível médio completo – cursos específicos na área.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Professor – 20h	04 +	1.555,85	Nível super completo	Provas Objetiva: Língua

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:**✓ PROVA OBJETIVA – de caráter classificatório e eliminatório**

A quantidade de questões por disciplina e peso das questões deverão constar no Edital de Abertura, podendo ser acrescentado disciplina ou excluído, desde que permaneça a quantidade de questões do projeto básico.

A prova objetiva será aplicada na cidade de Inajá/PR, em um domingo conforme cronograma que será publicado no Edital de Abertura.

✓ PROVA DE DISCURSIVA - de caráter classificatório e eliminatório

- Haverá Prova Discursiva para os cargos descritos na tabela acima;
- As provas discursivas serão aplicadas no mesmo dia da prova objetiva, e serão corrigidas somente dos candidatos aprovados dentro da linha de corte constante em Edital;
- Os critérios de avaliação da serão descritos em Edital e aprovados pela comissão fiscalizadora do certame;
- Os candidatos aprovados serão convocados para prova de títulos.

✓ PROVA DE TÍTULOS - de caráter classificatório**Da Prova de Títulos:**

- Haverá Prova de Títulos para os cargos descritos na tabela acima;
- A Prova de Títulos será caráter classificatório e **todos candidatos aprovados** na prova objetiva, dissertativa e redação serão convocados para prova de títulos;
- Serão avaliados títulos de especialização, mestrado, doutorado entre outros conforme determinado no Edital de Abertura;
- A Prova de Títulos terá peso 20,00 pontos de caráter classificatório;
- O envio dos títulos será via correios no endereço a Instituição.

✓ PROVA PRÁTICA - de caráter classificatório e eliminatório**Da Prova Prática:**

- Haverá Prova Prática para os cargos descritos na tabela acima;

- A Prova Prática será caráter classificatório e eliminatório e **todos candidatos aprovados** na prova objetiva, dentro da linha de corte estipulada em edital;
- Serão avaliadas as tarefas de acordo com as atribuições dos cargos;
- A Prova Prática terá peso 100,00 pontos e será somada com a prova objetiva;
- Para não ser eliminado o candidato deverá atingir 50.00 pontos ou mais.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Todas as despesas com mão de obra, elaboração de **questões inéditas** por profissionais qualificados na área, distribuídas entre as disciplinas conforme termo de referência, materiais, transporte e logística em geral, taxas, impostos e todos os demais encargos e tributos pertinentes, bem como quaisquer despesas, diretas ou indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto deste contrato;
- Seguir Recomendação Administrativa do Ministério Público e Instruções Normativas Tribunal de Contas;
- Confecção de Minutas e Editais pertinentes ao certame;
- Publicações dos Editais em seu site e sites especializados em Concursos em demais meios com permissão da comissão;
- Manter absoluto sigilo de todo certame;
- Aplicar todas as provas (objetiva e dissertativa e redação);
- Avaliar títulos;
- Análise da Isenção da Taxa para candidatos inscritos no CadÚnico e Justiça Eleitoral e entre outros conforme Lei Federal e Estadual;
- Disponibilizar vagas para Afrodescendentes e Portadores de Necessidades Especiais realização avaliação dos mesmos;
- Site para recebimento das inscrições, confecção de boleto bancário, para recebimento das inscrições na conta do Estado, sendo responsabilidade da contratada;
- Recebimento de recursos on-line site da empresa de todas as fases do Concurso;
- Vistoria dos locais de provas fornecidos pela Prefeitura;
- Contratação e remuneração de toda equipe de trabalho na realização das provas (avaliadores, fiscais de sala e corredores, equipe de enfermagem, zeladores, porteiros, cozinheiras e seguranças);
- Assessoria Jurídica durante a validade do Concurso ou até quando necessário;
- Todos requisitos do projeto básico.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- Nomear comissão do Concurso;

- Divulgação do Concurso em Jornais e Diário Oficial;
- Pagamento da contratada e repassar informações para confecção do Edital;
- Decidir em acordo com a contratada o cronograma do Concurso;
- Valores a serem cobrados pela taxa de inscrição;
- Fornecer atestado de capacidade técnica no final dos trabalhos.

DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA:

- ✓ Valor Global até 400 (quatrocentos) candidatos: R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais);
- ✓ Valor por excedente R\$ 40,00 (Quarenta reais) por candidato excedente.
- Prazo de Execução dos Serviços: a negociar.
- Validade da Proposta: 30 (trinta) dias.
- Presidente da Instituição: Ana Maria Moraes Gomes CPF: 149.677.159-15 – Rua Malba Tahan, 184 – Jd Quebec – Londrina/PR – CEP 86.060-200
- Forma de Pagamento: 03 (três) parcelas, sendo 30% (trinta por cento) após a homologação das inscrições, 30% (trinta por cento) após entrega do resultado da prova objetiva, e 40% (quarenta por cento) após entrega dos resultados finais.
- Telefone/E-mail: 43 3375-7471 / concursos@unifil.br
- Gestor Responsável: Gislaine – Analista Administrativo


INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA

CNPJ: 78.624.202/0001-00

GISLAINE F. ARAUJO

COORDENADORA DEP. CONCURSOS

78.624.202/0001-00
INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA
RUA ALAGOAS, 2050
CENTRO - CEP 86020-430
LONDRINA - PR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 78.624.202/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 23/04/1973
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.31-7-00 - Educação superior - graduação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas 58.21-2-00 - Edição integrada à impressão de livros 85.11-2-00 - Educação infantil - creche 85.12-1-00 - Educação infantil - pré-escola 85.13-9-00 - Ensino fundamental 85.20-1-00 - Ensino médio 85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO R ALAGOAS	NÚMERO 2050	COMPLEMENTO *****
-------------------------	----------------	----------------------

CEP 86.020-360	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO LONDRINA	UF PR
-------------------	---------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE@UNIFIL.BR	TELEFONE
--	----------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 05/05/2023 às 13:44:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 08 / VISTO

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	78.624.202/0001-00
NOME EMPRESARIAL:	INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ANA MARIA MORAES GOMES
Qualificação:	16-Presidente

Nome/Nome Empresarial:	EDNA VIRGINIA CASTILHO MONTEIRO DE MELLO
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	JOSE SEVERINO
Qualificação:	10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 05/05/2023 às 13:46 (data e hora de Brasília).

Solicita orçamento para realização de Concursos Público Municipal

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Seg, 22/08/2022 09:23

Para: instituto@faculdadeunicampo.edu.br <instituto@faculdadeunicampo.edu.br>

📎 1 anexos (37 KB)

COTAÇÃO CONCURSO PÚBLICO.doc;

CNPJ 23.805.015/0001-22

Bom dia!

Conforme anexo, solicito-lhes que seja enviada proposta comercial para contratação de empresa responsável pela elaboração e aplicação de provas para realização de Concurso Público Municipal, para o provimento de cargos efetivos para esta administração.

Renato

Divisão de Licitação e Compras


Prefeitura Municipal Inajá-PR

Solicitação de Orçamento

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Ter, 07/03/2023 13:17

Para: instituto@faculdadeunicampo.edu.br <instituto@faculdadeunicampo.edu.br>

 2 anexos (2 MB)

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO_000020.pdf; TERMO DE REFERÊNCIA CONCURSO.pdf;

Boa tarde, venho através deste solicitar orçamento para concurso publico como descrito no termo de referencia a seguir

Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR

Re: Solicitação de Orçamento

Instituto Unicampo <instituto@faculdadeunicampo.edu.br>

Sáb, 18/03/2023 00:28

Para: Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

📎 1 anexos (666 KB)

Inajá- Orçamento Inicial - 17-03-23.pdf;

Bom dia.

Segue o orçamento do Instituto Unicampo, conforme solicitado.

Att.

Renato Pacholek
Diretor

Em ter., 7 de mar. de 2023 às 13:17, Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com> escreveu:

Boa tarde, venho através deste solicitar orçamento para concurso publico como descrito no termo de referencia a seguir

Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR

Campo Mourão/PR., 17 de março de 2023

À Divisão de Licitações

Município de Inajá – Estado do Paraná

Prezados Senhores,

O **Instituto Unicampo de Desenvolvimento Acadêmico, Científico e Social**, é uma associação privada, de natureza não lucrativa e duração ilimitada, com sede na cidade de Campo Mourão, criado em 2015 por iniciativa da Faculdade União de Campo Mourão – UNICAMPO, tendo como principais objetivos:

- Contribuir com a Faculdade União de Campo Mourão, através do apoio e do fomento a projetos de desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da cultura, do desenvolvimento social e da extensão universitária;
- Conceder bolsas de estudos a alunos de graduação e pós-graduação que atuam em projetos de ensino, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico, tecnológico e social, bem como, bolsas para docentes envolvidos com os respectivos projetos;
- Ministras, aprovar, promover ou desenvolver, por todos os meios, o ensino, a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento tecnológico, bem como as atividades artísticas, culturais e sociais;
- Promover e realizar concursos, testes seletivos, cursos e treinamentos especializados;
- Realizar, desenvolver, acompanhar atividades científicas, técnicas e sociais que tenham por objetivo promover ações na área social.

Desde sua criação, o **Instituto Unicampo** tem cumprido com os objetivos preconizados em seu Estatuto, participando e apoiando as ações internas e externas encetadas pela Faculdade União de Campo Mourão, em especial nas áreas abaixo descritas.

Página 1 de 5

44. 3016-7100

WWW.FACULDADEUNICAMPO.EDU.BR
Via Rosalina Maria Dos Santos-927 - Área Urbanizada-Campo Mourão-Paraná

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 38 / VIST

No âmbito interno, o **Instituto Unicampo** tem participado dos processos seletivos de novos colaboradores, estruturado os processos de concursos internos; participado da estruturação dos processos de Vestibulares realizados pela Faculdade Unicampo entre outras ações pertinentes.

No âmbito externo, o **Instituto Unicampo** tem sua atenção voltada às ações de pesquisa, realização de concursos públicos, expansão da cultura, responsabilidade social, serviços de consultorias, assessorias, capacitações educacionais e formações continuadas aos professores.

Dispomos de estrutura, equipe técnica, pessoal e responsabilidade para atender, com eficiência, as necessidades do Município de **Inajá/ PR**.

OBJETO

Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas

DOS CARGOS, VAGAS, SALÁRIO, REQUISITOS E TIPOS DE AVALIAÇÃO

Cargos	Vagas	Salário	Requisitos	Avaliações
Assistente Social – 30h	01 + 01 CR	4.495,54	Curso de nível superior em serviço social. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Educador Físico – 40H	01 + 02 CR	2.247,78	Curso de nível superior em educação física. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico, Prova Discursiva e Prova de Títulos.
Enfermeiro – 40h	01 + 04 CR	4.120,91	Curso de nível superior em enfermagem. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.

Nutricionista – 20h	01 + 01 CR	2.247,78	Curso em nível superior em nutrição. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
---------------------	---------------	----------	--	---

Nutricionista – 40h	01 + 01 CR	3.160,36	Curso em nível superior em nutrição. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Farmacêutico – 40h	01 + 01 CR	4.120,91	Curso em nível superior em farmácia. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Dentista (PSF) – 20h	01	3.160,36	Curso de nível superior em odontologia. Inscrição no CRO.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Fisioterapeuta – 20h	01 + 01 CR	2.809,70	Curso de nível superior em fisioterapia. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Psicólogo – 30h	01 + 01 CR	4.495,54	Curso em nível superior em psicologia. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Conhecimento Específico e Prova Discursiva.
Técnico Agrícola – 40h	01 + 01 CR	1.653,47	Curso em nível médio de técnico em agropecuária. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Técnico de Enfermagem – 40h	01 + 06 CR	1.653,47	Nível médio e curso em técnico em enfermagem. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Técnico em Higiene Dental – 40h	01	1.348,66	Nível médio e curso em técnico em higiene dental. Registro no respectivo conselho de classe.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Auxiliar Administrativo – 40h	01 + 08 CR	2.060,47	Nível médio completo. Ensino Fundamental completo.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Atendente de Farmácia – 40h	01 + 02 CR	1.299,18	Nível médio completo.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.

Agente de Combate a Endemias – 40h	01 + 03 CR	2.424,00	Nível médio completo.	Provas Portuguesa, Noções Básicas de Conhecimento Específico
Monitor de Artesanato – 40h	01 + 01 CR	1.299,18	Nível médio completo – cursos específicos na área.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática e Conhecimento Específico.
Professor – 20h	04 + 02 CR	1.555,85	Nível super completo com habilitação em uma das seguintes áreas:	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática, Conhecimento Específico e Prova de Títulos.
Professor de Arte – 20H	01+ 01 CR	1.867,02	Nível super completo com habilitação em uma das seguintes áreas: Artes plásticas, Arte Visuais, Educação Artística, Ensino de Arte na Diversidade, Arte Música, Arte-Dança e Arte Cênicas.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática, Conhecimento Específico e Prova de Títulos.
Professor de Educação Física – 20H	01 + 01CR	1.867,02	Curso de nível superior completo de licenciatura em Educação Física.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Noções Básicas de Informática, Conhecimento Específico e Prova de Títulos.
Auxiliar de Serviços Gerais – 40h	04 + 10 CR	1.250,90	Ensino fundamental incompleto.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa e Matemática,
Eletricista – 40h	01 + 01 CR	1.808,58	Ensino fundamental incompleto.	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimento Específico e Prova Prática.
Motorista – 40h	02 + 05 CR	1.808,58	Ensino fundamental incompleto. Carteira de habilitação categoria “D”	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimento Específico e Prova Prática.
Operador de Máquinas – 40h	01 + 01 CR	1.808,58	Ensino fundamental incompleto. Carteira de habilitação categoria “D”	Provas Objetiva: Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimento Específico e Prova Prática.

Tratorista – 40h	01 + 01 CR	1.461,05	Ensino fundamental incompleto. Carteira de habilitação categoria "C"	Provas Portuguesa, Conhecimento Prova Prática.
------------------	---------------	----------	---	---

O Instituto Unicampo realizará a avaliação de todos os documentos encaminhados pelos candidatos para a prova de títulos, de acordo com as condições edilícias fixadas.

DOS VALORES

Pela prestação dos serviços, ora apresentados, será cobrado o valor global de **R\$ 108.000,00** (Cento e Oito Mil Reais) para até 400 (Quatrocentos) candidatos inscritos; caso o limite de candidatos inscritos seja ultrapassado, o Município de Inajá deverá remunerar o Instituto Unicampo em R\$ 40,00 (Quarenta Reais) por candidato excedente.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
QUANT.	MOMENTO DO DESEMBOLSO
50%	No primeiro dia útil após a homologação das inscrições.
20%	No primeiro dia útil após a aplicação das provas objetivas.
20%	No primeiro dia útil após divulgação do resultado final.
10% + Eventuais Valores oriundos das inscrições excedentes	No primeiro dia útil após divulgação do resultado final.

O presente instrumento possui validade de 90 (Noventa) dias.

As informações prestadas neste instrumento são para uso exclusivo do **Município de Inajá – Pr.** sendo vedada sua utilização por terceiros.

Colocamo-nos inteiramente à disposição.

Cordialmente

INSTITUTO UNICAMPO DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO, CIENTÍFICO E SOCIAL

P.p. Renato Pacholek
Presidente do Conselho de Administração

Página 5 de 5

Solicita orçamento para realização de Concursos Público Municipal

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Seg, 22/08/2022 09:20

Para: fabio@fundacaofafipa.org.br <fabio@fundacaofafipa.org.br>

📎 1 anexos (37 KB)

COTAÇÃO CONCURSO PÚBLICO.doc;

Bom dia!

Conforme anexo, solicito-lhes que seja enviada proposta comercial para contratação de empresa responsável pela elaboração e aplicação de provas para realização de Concurso Público Municipal, para o provimento de cargos efetivos para esta administração.

Renato

Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR



**Fundação de Apoio ao Campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de
Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA**

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422.9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 05.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

PROPOSTA COMERCIAL Nº 154/2022

**Prestação de Serviços Técnicos
Especializados para realização de Concurso Público ao**

Município de Inajá - PR

PARANAVAÍ - PR

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 019 / VISTO

1. BREVE APRESENTAÇÃO

A Fundação FAFIPA é uma instituição sem fins lucrativos que busca recursos para fomentar a Iniciação Científica, melhorar a Capacitação Docente da Universidade e dar suporte aos projetos de Educação e Inclusão Social.

ÁREA DE ATUAÇÃO. Atuando na área de Educação Superior, promove cursos de formação e pós-graduação, capacitação docente, bem como, a construção de projetos educacionais e empresariais, além da organização de Processos Seletivos.

A Fundação Fafipa conforme Estatuto, está vinculada ao Campus de Paranavaí, que é um dos sete Campus da Universidade Estadual do Paraná, denominado Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA, sendo reconhecido de utilidade pública municipal, mediante a Lei nº 2.761/2006, por ser uma entidade sem fins lucrativos de caráter educacional, e ter inquestionável reputação ética, podendo ser contratada por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do inciso XIII, artigo 24, da Lei nº 8.666/93 e inciso XV do artigo 75, da Lei nº 14.133/21.

Art. 24. É dispensável a licitação:

XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 75. É dispensável a licitação:

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

Há mais de 15 anos a Fundação atua na área de organização de Seleções Públicas, realizando desde planejamento e organização até a execução final do processo, de acordo com as fases solicitadas pelo contratante. Além de prova de conhecimento composta por prova objetiva e subjetiva.

A Fundação realiza dentro os citados, também outros tipos de avaliações conforme a seguir:

Avaliação Física, Psicológica, Didática, Prática, Exames Médicos, Coleta de Informações para Pesquisa Social (FDB), Etapa de Afrodescendentes.

Contendo ainda a estrutura:

- Acesso restrito às áreas de impressão e embalagem das provas, com sistema biométrico de segurança.
- Amplas instalações;
- Sala Cofre
- Impressoras com capacidade total de 136.800 impressões/dia (08 horas de trabalho), resultando em aproximadamente 14.000 cadernos de provas/dia.
- Sala de Leitura óptica e digitalização.
- Monitoramento com câmeras gravando 24 horas por dia;
- Sistema de alarmes e monitoramento, sistema GPRS;
- Coletores de Digitais;
- Detectores de Metais.

Sendo as provas desenvolvidas com rigoroso sigilo, primando pela produção de questões inéditas, composta por banca avaliadora formada por especialistas, mestres e doutores, experientes em avaliações públicas. O setor de Elaboração é responsável pela seleção desses profissionais, bem como pelo recebimento, revisão, diagramação, montagem e conferência das provas.

A Fundação conta com coordenadores que acompanham a aplicação de todas as fases, realizando o treinamento das equipes.

Atuando em todo o Brasil, os principais contratantes da Fundação são Câmaras Municipais, Prefeituras, Autarquias, Consórcios Intermunicipais, Companhias de Habitação, Conselhos de Classe, Fundações, Aeroportos, Companhias de Água e Energia e Universidades. Dentre eles o de **"maior destaque é da Polícia e Bombeiro Militar"**. Órgão público que contratou a Fundação FAFIPA para a realização do concurso no estado do Paraná, com 123.937 candidatos que participaram do processo, que contou com aplicação de provas em 16 cidades do Estado do Paraná, sendo elas Campo Mourão, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória.

Além da aplicação da prova de conhecimentos, composta por prova objetiva e subjetiva (redação), a Fundação foi responsável pelas fases de avaliação psicológica, exame de capacidade e sanidade física, e Coleta de Informações para Pesquisa Social (FDB).

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 015 / VISTO

2. PRINCIPAIS CONTRATANTES:

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA
Águas de Sarandi - PR
Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Cianorte - CAPSECI
Câmara Municipal Almirante Tamandaré - PR
Câmara Municipal Bandeirantes - PR
Câmara Municipal Bela Vista do Paraíso
Câmara Municipal Cambará - PR
Câmara Municipal Campina Grande do Sul - PR
Câmara Municipal Cianorte - PR
Câmara Municipal de Castro - PR
Câmara Municipal de Dois Vizinhos - PR
Câmara Municipal de Doutor Camargo - PR
Câmara Municipal de Doutor Ulysses - PR
Câmara Municipal de Fênix - PR
Câmara Municipal de Foz do Iguaçu - PR
Câmara Municipal de Foz do Iguaçu - PR
Câmara Municipal de Guairaça - PR
Câmara Municipal de Guaraci - PR
Câmara Municipal de Ibaiti - PR
Câmara Municipal de Iporã
Câmara Municipal de Itauna do Sul - PR
Câmara Municipal de Mandaguari - PR
Câmara Municipal de Mandaguari - PR
Câmara Municipal de Marumbi - PR
Câmara Municipal de Nova Aliança Do Ivaí - PR
Câmara Municipal de Nova Londrina - PR
Câmara Municipal de Nova Londrina - PR
Câmara Municipal de Palmeira - PR
Câmara Municipal de Paraíso do Norte
Câmara Municipal de Paranacity - PR
Câmara Municipal de Paranaipoema - PR
Câmara Municipal de Santa Amélia - PR
Câmara Municipal de Teixeira Soares - PR
Câmara Municipal de Telêmaco Borba - PR
Câmara Municipal de Toledo - PR
Câmara Municipal de Ubatã - PR
Câmara Municipal de Ventania - PR
Câmara Municipal de Vera Cruz Do Oeste - PR
Central de Água, Esgoto e Serviços Concedidos do Litoral do Paraná - CAGEPAR
Companhia de Desenvolvimento de Cambé - COMDEC
Companhia de Habitação de Londrina - PR
Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PR
Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG
Companhia Paranaense de Energia - COPEL
Conselho Federal de Nutricionistas - DF
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Foz do Iguaçu - PR
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Maringá - PR
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Piraquara - PR
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Carlópolis - PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR
Conselho Regional de Nutrição CRN - 1a Região (DF)
Conselho Regional de Nutrição CRN - 4a Região (MG, ES e RJ)
Conselho Regional de Nutrição CRN - 5a Região (SE e BA)
Conselho Regional de Nutrição CRN - 6a Região (AL, PB, PI, RN, CE, PE e MA)
Conselho Regional de Nutrição CRN - 7a Região (AC, AM, RO, RR, AP e PA)
Consortio Inter Saneamento do Paraná - CISPAP
Consórcio Inter Saúde Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR
Consórcio Inter Saúde do Litoral do Paraná - CISLIPIA

Consórcio Intermunicipal da APA Federal do Noroeste do Paraná - COMAFEN
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Costa Oeste do Paraná - CISCOPAR
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte do Paraná - CISNOP
Consórcio Paraná Saúde
Consórcio Público de Saúde Do Norte Pioneiro - CISNORPI
Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Toledo - PR EMDUR
Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná
Fundação Cultural de Foz do Iguaçu - PR
Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba - FEAES
Fundação Estatal Regional de Saúde da Região de Bauru - SP FERSB
Fundação Hospitalar de Saúde do Município de Ibaiti - PR
Fundo Municipal de Saúde de Foz de Iguaçu - PR
Instituto Água e Terra - IAT
Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu - FOZHABITA
Instituto de Previdência de Medianeira - IPREMED
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança - PR
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Paranaíba-PR IPSP
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Tijucas do Sul - PR
Instituto de Previdência Social de Doutor Ulysses - PR
Instituto De Previdência Social Dos Servidores Dourados - PREVID
Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu - FOZTRANS
ITAIPIU Binacional
Município Cianorte - PR
Município de Andirá - PR
Município de Arapongas - PR
Município de Araruna - PR
Município de Araucária - PR
Município de Astorga - PR
Município de Atalaia - PR
Município de Bandeirantes - PR
Município de Barbosa Ferraz - PR
Município de Barra do Jacaré - PR
Município de Bombinhas - SC
Município de Borrazópolis - PR
Município de Brasilândia - MS
Município de Cafeara - PR
Município de Cafelândia - PR
Município de Cambará - PR
Município de Campina Grande do Sul - PR
Município de Campo Largo - PR
Município de Campo Magro - PR
Município de Cariacica - ES
Município de Carlópolis - PR
Município de Castro - PR
Município de Centenário do Sul - PR
Município de Cianorte - PR
Município de Conselheiro Mairinck - PR
Município de Cruzeiro do Sul - PR
Município de Curiuva - PR
Município de Diamante do Norte - PR
Município de Doutor Camargo - PR
Município de Doutor Ulysses - PR
Município de Florai - PR
Município de Foz do Iguaçu - PR
Município de Garibaldi - RS
Município de Grandes Rios - PR
Município de Guairaça - PR
Município de Guapirama - PR

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 015 / VISTO

Município de Guaraci - PR
Município de Ibaiti - PR
Município de Ibiporã - PR
Município de Iguaçu - PR
Município de Ivaiporã - PR
Município de Ivinhema - MS
Município de Janiópolis - PR
Município de Jardim Alegre - PR
Município de Juti - MS
Município de Lidianópolis - PR
Município de Loanda - PR
Município de Londrina - PR
Município de Lunardelli - PR
Município de Maria Helena - PR
Município de Marialva - PR
Município de Maringá - PR
Município de Matelândia - PR
Município de Mato Rico - PR
Município de Medianeira - PR
Município de Mercedes - PR
Município de Mirador - PR
Município de Moreira Sales - PR
Município de Morretes - PR
Município de Nova Aliança do Ivaí - PR
Município de Nova Aurora - PR
Município de Nova Esperança - PR
Município de Nova Santa Bárbara - PR
Município de Paraíso do Norte - PR
Município de Paranacity - PR
Município de Paranaguá - PR
Município de Pérola - PR
Município de Pinhais - PR
Município de Pinhalão - PR
Município de Piraquara - PR
Município de Pitanga - PR
Município de Ponta Grossa - PR
Município de Porto Amazonas - PR
Município de Quatiguá - PR
Município de Querência do Norte
Município de Querência do Norte - PR
Município de Rancho Alegre D'Oeste - PR
Município de Rio Branco do Sul - PR
Município de Santa Amélia - PR
Município de Santa Fé - PR
Município de Santa Isabel do Ivaí - PR
Município de Santana do Itararé - PR
Município de São João do Caiuá - PR
Município de São João do Triunfo - PR
Município de São José dos Pinhais - PR
Município de Sarandi - PR
Município de Sengés - PR
Município de Tamarana - PR
Município de Telêmaco Borba - PR
Município de Terra Boa - PR
Município de Terra Rica - PR
Município de Tibagi - PR
Município de Tijucas Do Sul - PR
Município de Toledo - PR
Município de Tupãssi - PR
Município de Ubiratã - PR
Município de Umuarama - PR
Município de Uniflor - PR
Município de Uraí - PR
Município de Vera Cruz Do Oeste - PR
Município de Wenceslau Braz - PR
Polícia Militar do Paraná - PMPR

Processo de Seleção para Provimento de Vagas Residência Médica - Londrina
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Fátima - SAAE
Serviço Autônomo de Águas e Esgoto de Bebedouro - SP
Terminais Aéreos De Maringá - SBMG
Tibagi PREV
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 04 / VISTO

3. RESUMO DESTA PROPOSTA

3.1. OBJETO: Realização de Concurso Público ao Município de Inajá – PR.

3.2. TABELA DE CARGOS

CARGO	NÍVEL ENSINO	TIPOS DE AVALIAÇÃO
Assistente Social	Superior	Objetiva Títulos
Dentista (PSF)	Superior	Objetiva Títulos
Educador Físico	Superior	Objetiva Títulos
Enfermeiro	Superior	Objetiva Títulos
Farmacêutico	Superior	Objetiva Títulos
Fisioterapeuta	Superior	Objetiva Títulos
Nutricionista	Superior	Objetiva Títulos
Nutricionista	Superior	Objetiva Títulos
Professor	Superior	Objetiva Títulos
Psicólogo	Superior	Objetiva Títulos
Tesoureiro	Superior	Objetiva Títulos
Agente de Endemias	Médio	Objetiva
Atendente de Farmácia	Médio	Objetiva
Auxiliar Administrativo	Médio	Objetiva
Monitor de Artesanato	Médio	Objetiva
Técnico Agrícola	Médio	Objetiva
Técnico de Enfermagem	Médio	Objetiva
Técnico em Higiene Bucal	Médio	Objetiva
Eletricista	Fundamental	Objetiva Prática
Motorista	Fundamental	Objetiva Prática
Operador de Máquinas	Fundamental	Objetiva Prática
Tratorista	Fundamental	Objetiva Prática

3.3. COMPONENTES DAS PROVAS

3.3.1. PROVA – OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

A Prova Objetiva será composta por questões inéditas com 05 (cinco) alternativas cada, distribuídas conforme abaixo:

Distribuição do Caderno de Questões	Total de Questões	Cargos
05 Questões de Língua Portuguesa 05 Questões de Matemática 05 Questões de Conhecimentos Gerais/Atualidade 25 Questões de Conhecimentos Específico	40 Questões Objetivas	Nível Superior
05 Questões de Língua Portuguesa 05 Questões de Matemática 05 Questões de Conhecimentos Gerais/Atualidade 15 Questões de Conhecimentos Específico	30 Questões Objetivas	Nível Médio
10 Questões de Língua Portuguesa 10 Questões de Matemática 10 Questões de Conhecimentos Gerais/Atualidade	30 Questões Objetivas	Nível Fundamental

A aplicação da prova terá duração de até 03 (três) horas nos períodos de MANHÃ ou TARDE, no Município da CONTRATANTE.

SERVIÇO - RESPONSABILIDADES	COMPETÊNCIA
Disponibilização dos locais de aplicação para aplicação das provas objetivas com capacidade mínima para atendimento ao número de inscritos homologados no Concurso, composto de carteiras em padrão adulto.	Município
Contratação, treinamento e remuneração das equipe de aplicação	Fundação

3.3.2. PROVA PRÁTICA

As provas PRÁTICAS serão realizadas aos cargos descritos na Tabela do item 3.2 para os candidatos aprovados na prova objetiva e conforme linha de corte abaixo:

CARGO	PROVA	LINHA DE CORTE
Eletricista	Prática	20 primeiros colocados na Prova Objetiva
Motorista	Prática	30 primeiros colocados na Prova Objetiva
Operador de Máquinas	Prática	20 primeiros colocados na Prova Objetiva
Tratorista	Prática	20 primeiros colocados na Prova Objetiva

SERVIÇO – RESPONSABILIDADES	COMPETÊNCIA
Fornecimento de locais, veículos, máquinas, materiais e equipamentos	Município
Contratação, treinamento e remuneração das equipe de aplicação	Fundação

3.3.3. PROVA DE TÍTULOS

A Contratada procederá a avaliação de todos os documentos enviados para prova de títulos de acordo com as pontuações do Edital de Abertura. Serão convocados para esta fase, os candidatos aprovado nas provas objetiva.

4. DOS SERVIÇOS OFERECIDOS

4.1 DA ANÁLISE DAS LEGISLAÇÕES

Realização do diagnóstico, em conjunto com comissão designados pela CONTRATANTE, com levantamento dos dados técnicos, da legislação pertinente, critérios de avaliação e demais normas pertinentes ao certame.

4.2 DA ELABORAÇÃO DOS EDITAIS DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

A Fundação ficará responsável pela elaboração de todos os Editais que regerão todo processo, dentro das normas vigentes, indicado e validado pela CONTRATANTE, que deverá assiná-lo, sendo responsável pelo seu conteúdo.

4.1. DA DIVULGAÇÃO DO CONCURSO

Divulgação do Concurso Público na imprensa especializada e outros meios de comunicação.

Disponibilização em banco de dados no site <https://concursos.fundacaofafipa.org.br/> todas as informações relativas ao Concurso;

Divulgação do gabarito oficial de todas as provas;

Disponibilização de meio eletrônico para acompanhamento de status de inscrição, local, horários de provas e resultados.

SERVIÇO – RESPONSABILIDADES	COMPETÊNCIA
Despesas com publicações obrigatórias previstas na Instrução Normativa 142/2018 pelo TCE/PR (Edital de Abertura, Edital de Homologação dos Inscritos e Edital de Homologação final) veiculadas no Diário Oficial.	Município

4.2. PROCESSO DE INSCRIÇÃO

Elaboração do layout e da arte final do requerimento de inscrição. As inscrições somente serão processadas por intermédio da rede mundial de computadores, com elementos disponibilizados no endereço eletrônico da fundação;

Disponibilização de requerimentos de inscrição na rede mundial de computadores, **com as TAXAS de inscrição sendo arrecadadas diretamente na conta do Tesouro do ente contratante.**

Atendimento ao candidato mediante os seguintes meios de comunicação: callcenter e e-mail do candidato, com informações sobre o concurso em dias úteis e horário comercial.

Para acompanhamento diário das inscrições durante o andamento do processo, é disponibilizado a CONTRATANTE acesso ao sistema de concursos tela VISÃO GERAL (conforme telas abaixo), podendo ainda ser concedido, caso haja necessidade o ambiente de RELATÓRIOS – INSCRIÇÕES.

Concurso Público do Município de Foz do Iguaçu - PR

Visão Geral

Configurações

Cronograma

Divulgações

Anexos

Vagas

Cidades de Prova

Períodos de Recursos

Impugnações do Edital

Inscrições

Documentos

Divergências de Cadastro

Devolução de Taxa

Recursos

Etapas

Etapas: Prova Objetiva

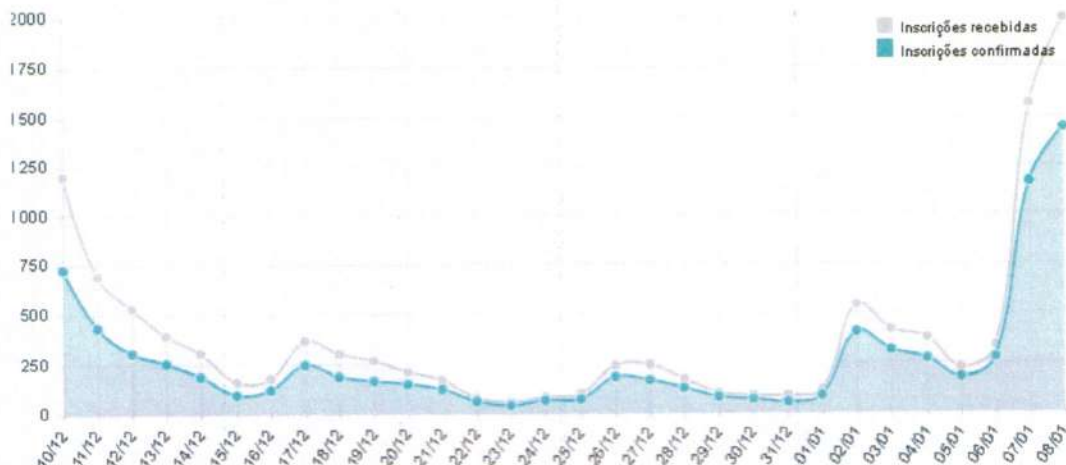
Etapas: Prova Discursiva - Peça Processual

Etapas: Prova Discursiva - Questão 01

Etapas: Prova Discursiva - Questão 02

Etapas: Prova Discursiva - Questão 03

Você está em: Visão Geral



Total de Inscrições:

11.548

Pedidos de Isenção:

158

Pagas / Isentas /
Gratuitas:

7.888 / 91 / 0

Últimas 24h:

0

Cotistas (Confirmado /
Total):

92 / 170

Recursos em Aberto:

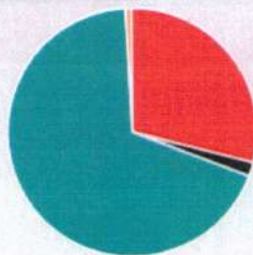
0

Total Confirmado /
Pendente:

7.979 / 3.569

Pedidos de Condições
Especiais:

75



Em aberto (29%)
Canceladas (1,6%)
Pagas (88,3%)
Isentas (0,8%)

Inscrições por Origem de Acesso:

Mídia	Origem	Qtde.
Outros	Outros	5627
Referencia	pcconcursos.com.br	2105
Referencia	google.com	1145
Referencia	google.com.br	542
Referencia	g1.globo.com	288
Referencia	pmfi.pr.gov.br	270
Referencia	foz.portaldacidade.com	194
Referencia	jcconcursos.uol.com.br	183
Referencia	concursosnobrasil.com.br	171
Referencia	estrategiaconcursos.co...	167
Referencia	clickfozdoiguacu.com.br	91
Referencia	folhadirigida.com.br	61
Referencia	novaconcursos.com.br	57
Referencia	apostilasopcao.com.br	55
Referencia	jcconcursos uol com...	52

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 050 / VISTO

Etapa: Prova Discursiva
- Questão 05

Etapa: Prova Discursiva
demais cargos

Etapa: Prova de Títulos

Conferência

Ferramentas

Relatórios

Área do Cliente

Inscrições por Cargo	Total	Pago	Não Pago	Isento	Confirmados
Agente Administrativo	6761	4518	2209	34	4552
Assistente Social Júnior	230	145	81	4	149
Enfermeiro do Trabalho Júnior	31	19	11	1	20
Enfermeiro Júnior	1159	840	309	10	850
Engenheiro Ambiental Júnior	211	148	61	2	150
Engenheiro Químico Júnior	63	43	19	1	44
Engenheiro Sanitarista Júnior	21	14	7	0	14
Farmacêutico Júnior	366	295	69	2	297
Fonoaudiólogo Júnior	47	34	13	0	34
Geólogo Júnior	25	11	14	0	11
Médico da Família	167	129	38	0	129
Médico do Trabalho Júnior	5	2	3	0	2
Médico Veterinário Júnior	135	91	42	2	93
Procurador do Município Júnior - 40h	1539	993	519	27	1020
Psicólogo Junior	310	224	84	2	226
Técnico Desportivo Júnior	433	354	73	6	360

Inscrições por Nível de Escolaridade	Total	Pago	Não Pago	Isento	Confirmados
Médio	6761	4518	2209	34	4552
Superior	4786	3370	1359	57	3427

Última inscrição: 08/01/2019 23:59:24

Última confirmação de inscrição: 10/01/2019 13:39:53

Último retorno bancário importado: 16/05/2019 14:43:14

Inscrições por Cidade:

UF	Cidade	Confirmados	Total
PR	Foz do Iguaçu	6094 (73.8%)	8257
PR	Santa Terezinha de Itaipu	244 (76.01%)	321
PR	Cascavel	167 (86.53%)	251
PR	Curitiba	87 (48.07%)	181
PR	Medianeira	86 (64.00%)	133
PR	Sao Miguel do Iguaçu	66 (88.75%)	96

4.3. DA PREPARAÇÃO DO MATERIAL PARA APLICAÇÃO DAS PROVAS

Elaboração de questões inéditas produzidas por professores especialistas, mestres e/ou doutores, sendo todos experientes em avaliações públicas;

Revisão das questões quanto à correta utilização e adequação da língua, padronização de enunciados e conteúdo, além de diagramação dos cadernos de provas;

Confecção de provas ampliadas e/ou braile para portadores de necessidades especiais, de acordo com a necessidade e quantidade necessária.

Os critérios adotados pelas bancas examinadoras consistem na segurança e no sigilo da seleção:

É **exclusividade** da Fundação FAFIPA fazer a indicação dos nomes dos participantes, internos e externos, que integrem as referidas bancas;

Manter absoluto sigilo quanto ao conteúdo global a ser aplicado / conteúdo das provas até o momento de sua aplicação;

O conteúdo programático será oportunamente determinado pela instituição realizadora, juntamente com os membros da comissão do concurso previamente designados para o acompanhamento do certame.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 081 / VISTO

4.4. DAS PROVAS

Elaboração das provas ocorrerá de acordo com o item 3.3.1, sendo ainda, todos cadernos de questões tendo a identificação de cargo na capa quanto nos rodapés internos. Na capa do cadernos de questões haverá gabarito que poderá

ser utilizado pelo candidato para anotar suas respostas destacar e levar consigo, procedimento este, apenas para candidatos que deixaram o local de realização das provas antes do horário permitido para levar o cadernos de questões (a ser definido em Edital de Abertura).

Na capa do caderno de questões haverá instruções que consistem em informações sobre a realização e comportamento durante as provas.

No momento da embalagem, as provas passam por conferência de leitura digital e em seguida armazenadas em envelopes identificados por sala, que são acondicionados em malotes com lacre de segurança, sendo aberto no dia da aplicação das provas na presença de candidatos convocados para atestarem a abertura, garantindo o sigilo e a idoneidade do processo.

4.5. DO TRANSPORTE DO MATERIAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

Transporte do material de aplicação de provas até seus locais realizado através de veículos próprios, supervisionado por coordenadores da instituição organizadora;

Todo material de aplicação sai da Instituição lacrado com identificação de cidade, local de aplicação e período de aplicação, ocorrendo em dias anterior a data da aplicação.

Podendo ainda, em cada cidade variando do porte do processo, ser definido e contratado **sala cofre**, em local a ser definido como QG, possuindo obrigatoriamente alarme e monitoramento ao prédio. Na data da aplicação, partirá deste local a distribuição aos demais locais de aplicação, caso tenha outros no Município.

Nesta **sala cofre** ficam armazenados os materiais de aplicação, exceto os de sinalização e treinamento, que são de uso na véspera do Processo Seletivo.

Após inserida nesta sala cofre os malotes contendo os cadernos de questões, é adesivado com lacre de segurança VOID todos os acessos, assinado por membros da CONTRATANTE e CONTRATADA tanto os lacres, quanto Termo de Fechamento da Sala, garantindo a integridade do local.

Na data aplicação é aberta a sala cofre na presença de testemunha que vistam Termo de Abertura e realizam a averiguação das condições dos lacres de segurança.

4.6. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS

Contratação de equipe de aplicação: coordenadores, auxiliares de coordenação, fiscais de sala, fiscais de corredor, porteiros e zeladores.

Para Prova Objetiva, tanto fiscais de Sala quanto Fiscais volantes, serão TREINADOS pela equipe de coordenadores utilizando **VIDEO DE TREINAMENTO ESPECÍFICO** e **MANUAL DE APLICAÇÃO**.

Disponibilização de no mínimo dois fiscais em cada sala de prova, e fiscais volantes em número suficiente sendo um do sexo masculino e outro do feminino para acompanhar os candidatos nas saídas que se fizerem necessárias das respectivas salas.

Registro em ata de todos os procedimentos relativos à aplicação das provas.

A Fundação utiliza coletores de digitais e detectores de metais durante a realização da prova para inibir possíveis fraudes.

4.7. DA CORREÇÃO DAS PROVAS

Divulgação dos gabaritos e imagem da folha de respostas de forma individualizada no endereço eletrônico da organizadora;

Correção das folhas de respostas da prova objetiva por scanners com tratamento de imagens;

Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os gabaritos das provas no página eletrônica da organizadora, de acordo com o estabelecido no Edital regulador do concurso.

4.8. PROCESSAMENTO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Digitalização das folhas de respostas da prova objetiva por scanners com tratamento de imagens;

Divulgação dos gabaritos e imagem da folha de respostas de forma individualizada no endereço eletrônico da organizadora;

Divulgação do resultado do julgamento dos recursos contra os gabaritos das provas na página eletrônica da fundação, de acordo com o estabelecido no Edital regulador do concurso;

Processamento dos dados e emissão dos resultados, respeitando os critérios de desempate especificados no edital do concurso;

Divulgação no endereço eletrônico da organizadora o resultado de cada uma das etapas previstas no concurso público, bem como resultado final dos aprovados no Concurso, observado o cronograma do Edital.

4.9. DA ASSESSORIA JURÍDICA

A contratada prestará toda assessoria jurídica ao contratante desde o início da prestação dos serviços até a aprovação do Concurso Público pelos órgãos fiscalizadores.

4.10 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços não haverá subcontratação total ou parcial do objeto contratado ou a associação da contratada com outrem.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 052 / VISTO

4.11 DOS ARQUIVOS "INSCRITOS" E "APROVADOS" PADRÃO SIAP TCE/PR

Será elaborado e enviado ao CONTRATANTE dentro dos prazos estipulados, os arquivos **Inscritos.csv** e **Aprovados.csv** em layout específico para importação em Sistema Integrado de Atos de Pessoal – SIAP, conforme exigências do Tribunal de Contas - PR

4.12 DA COMISSÃO EXAMINADORA

Envio de documentação relativa a banca examinadora, consistindo em Declaração de Parentesco, Cópia de Comprovante de Vínculo, Cópia de Título dos Examinadores dentro dos prazos estipulados pela Instrução Normativa nº 142/2018 TCE-PR.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 033 / VISTO



**Fundação de Apoio ao Campus de Paranavaí - Faculdade Estadual de
Educação, Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA**

Avenida Paraná, 794 A - Paranavaí - PR | Fone/Fax: 44 3422.9352 | Caixa Postal: 671
CNPJ: 05.566.804/0001-76 | Inscrição Estadual Isenta
Reconhecida de Utilidade Pública - Lei Municipal 2.761/2006

DO PREÇO PROPOSTO

Para planejamento, organização e execução de Concurso Público ao Município de Inajá - PR, a **FUNDAÇÃO FAFIPA**, propõe como preço o valor abaixo:

- **Global de R\$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais)** para um total de 500 (quinhentos) candidatos inscritos. Caso o número de inscritos se confirme maior que 500 INSCRITOS haverá **custo adicional** de R\$ 45,00 por **candidato excedente**.

Obs.: Não contemplam custos e serviços pré-admissionais de avaliação médica ou psicológica.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

FORMA DE PAGAMENTO:

1. **CONTRATO:** Pagamentos feitos pelo contratante em 3 (três) parcelas, sendo ainda as nota fiscais emitidas fracionadas conforme segue abaixo:
 - A. 60% (sessenta por cento) em até 10 (dez) dias após término das inscrições;
 - B. 30% (trinta por cento) em até 10 (dez) dias após a aplicação das provas escritas objetivas;
 - C. 10% (dez por cento) em até 10 (dez) dias após a publicação da homologação final.
2. **CANDIDATOS EXCEDENTES:** Pagamentos em parcela única.
 - A. 100% (cem por cento) em até 15 (quinze) dias após deferimento dos inscritos.

Sem mais para o momento, ficamos no aguardo da análise desta proposta.

Paranavaí, 24 de Agosto de 2022.

Fabio Ribeiro de Proença
Gestão de Finanças
Cons. Regional de Administração - CRA nº 19.574

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 057 / VISTO

Re: Solicita orçamento para realização de Concursos Público Municipal

Fabio Proença <fabio@fundacaofafipa.org.br>

Qua, 24/08/2022 11:17

Para: Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

📎 1 anexos (715 KB)

154.2022 PP PM Inaja - PR.pdf;

Bom dia Renato,

Conforme solicitação, segue em anexo proposta financeira para planejamento, organização e execução de Concurso Público ao Município de Inajá - PR.

Qualquer dúvida, estamos à disposição.

Att.



FABIO RIBEIRO DE PROENÇA
GERENTE

☎ 44 3422.9352
🌐 www.fundacaofafipa.org.br/

Em 22/08/2022 09:20, Prefeitura Municipal Inajá escreveu:

Bom dia!

Conforme anexo, solicito-lhes que seja enviada proposta comercial para contratação de empresa responsável pela elaboração e aplicação de provas para realização de Concurso Público Municipal, para o provimento de cargos efetivos para esta administração.

Renato
Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR

MUNICÍPIO DE INAJÁ
ELS. 088 / VISTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.566.804/0001-76 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/03/2003
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI - FAFIPA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.31-7-00 - Educação superior - graduação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada

LOGRADOURO AV PARANA	NÚMERO 794-A	COMPLEMENTO ANDAR: 1;
-------------------------	-----------------	--------------------------

CEP 87.705-190	BAIRRO/DISTRITO JARDIM AMERICA	MUNICÍPIO PARANAVAI	UF PR
-------------------	-----------------------------------	------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FAFIPA@FAFIPA.ORG	TELEFONE (44) 3422-9352
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/03/2003
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 05/05/2023 às 13:49:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 36 / VISTO

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	05.566.804/0001-76
NOME EMPRESARIAL:	FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAÍ - FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAÍ - FAFIPA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	HELENA DE OLIVEIRA LEITE
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 05/05/2023 às 13:50 (data e hora de Brasília).

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Relação das Coletas de Preços (Geral)

(Período de 01/03/2023 a 09/05/2023)

Número Coleta	Data Coleta	Validade	Item	Fornecedor	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Venceu
Material: 09-01-0073 - APLICACAO DE PROVAS TEORICAS E PRATICAS - CONCURSO PUBLICO									
42/2023	03/03/2023	01/06/2023	1	INSTITUTO UNIFAMMA - (4891)		1,000	71.250,0000	71.250,00	Sim ***
42/2023	03/03/2023	01/06/2023	1	INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA - (4892)		1,000	75.000,0000	75.000,00	Não
42/2023	03/03/2023	01/06/2023	1	FUNDACAO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAI - FACULTE		1,000	85.500,0000	85.500,00	Não
						Preço Médio -->	77.250,0000	77.250,00	
						Total Preço Médio -->		77.250,00	

→ Conferir se só foram 3 participantes
→ Acertar no Cad. dos licitantes



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Ao Exmo. Sr.,
Cléber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal.

ASSUNTO: Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas.

Exmo. Sr. Prefeito:

1. Em atendimento ao requerimento efetuado pela Secretaria de Administração quanto a **Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas.**
 2. O valor máximo global de referência ficou em **R\$ 71.250,000 (Setenta e um mil, duzentos e cinquenta reais)**, conforme orçamentos apresentados anexos à solicitação da Secretaria supracitada.
 - 2.1 Sendo adicionado o valor de **R\$ 20,00 (Vinte reais)**, para cada inscrição que exceda à **400 (Quatrocentas inscrições)**.
 3. Considerando o disposto no artigo 37, XXI da CF, c/c artigo 2º “caput” da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes à matéria de que as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão **necessariamente precedidas de licitação**, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei;
- Solicitamos à Vossa Excelência autorização para a realização de Processo Licitatório e a realização das demais providências necessárias à contratação.
4. Ressaltamos que a descrição detalhada dos itens (materiais/serviços) a serem adquiridos, foi realizada pela Secretaria supracitada, conforme pedido de compra em anexo.
 5. Informamos que em atendimento ao disposto na Recomendação Administrativa GEPATRIA n. 03/2018 e no inciso VIII e do §3º ao art. 12 da Lei Estadual n. 15.608/2007, foi realizada a consulta a plataforma Nota Paraná, desenvolvida pelo Governo, conforme documento em anexo; todavia, a pesquisa voltou sem resultados.

Sem mais, reiteramos nossos votos de estima e reais considerações.

Atenciosamente,
Álvaro César de Assis
Departamento de Licitações.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 059 / VISTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

GABINETE DO PREFEITO

PARA OS DEPARTAMENTOS: Contabilidade; Procuradoria Jurídica.

ASSUNTO: Emissão de Parecer.

Prezado(a) senhor(a):

Preliminarmente à autorização solicitada mediante o requerimento de compra realizado pela Secretaria de Administração, quanto a **Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas**, o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

1. À contabilidade para a indicação de recursos de ordem orçamentária que irá fazer face à despesa; e atestar se há adequação ao PPA, LDO e LOA;
2. À Procuradoria Jurídica para elaboração de Parecer Jurídico sobre a necessidade de procedimento licitatório, opinando sobre a modalidade e tipo da licitação a serem adotados no certame.

Sendo favorável todos os pareceres técnicos, DEFIRO a autorização pleiteada pela secretaria supracitada. Caso contrário, retornem os autos conclusos para deliberação.

Inajá – PR, 10 de abril de 2023.

Cordialmente,


Cléber Geraldo da Silva
PREFEITO

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 060 / VISTO



Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

A/C Divisão de Contabilidade,

Em 10 de abril de 2023

Por ocasião do recebimento de solicitação proveniente do Departamento Municipal de Administração, para Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, com as devidas justificativas informadas e autorização do Departamento, solicito a Divisão, manifestação da existência de saldo orçamentário e financeiro, para celebração de contrato e atendimento a demanda.

Atenciosamente,

Renato Rafael Diogo Do Valle
Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 061 / VISTO



Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

Divisão de Contabilidade

A Divisão de Licitação e Compras,

Referente a informação sobre recursos orçamentários,

Em conformidade com a solicitação efetuada pela Divisão, informo que verificando os saldos da execução orçamentária do corrente exercício, constatamos que nesta data:

☒ existe,

☐ não existe,

previsão de recursos para a Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, na seguinte dotação relacionada abaixo.

RECURSO FINANCEIRO	
UNIDADE ORÇAMENTARIA	05
FUNÇÃO PROGRAMATICA	01
PROJETO DE ATIVIDADE	2.501
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00.00.00.00
FONTE DE RECURSO	1000
SALDO ORÇAMENTARIO	R\$ 180.000,00

Em 10 de abril de 2023.

Ana Paula de Oliveira
Contadora



Paraná

PRÉFECTURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Relação da Despesa Com Saldo Atual

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Saldo Bloqueado	Saldo Atual
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ						
Órgão: 05 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO						
Unidade: 01 ADMINISTRAÇÃO						
Proj./Ativ. 2.501 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO						
37	3.3.90.39.00.00.00.00	1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSO	Não	Não	0,00	180.463,90
Total do Projeto/Atividade:						180.463,90
Total da Unidade:						180.463,90
Total do Órgão:						180.463,90
Total da Entidade:						180.463,90
Total Geral:						180.463,90

Inajá, 12/04/2023


CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
EDSON DE ASSIS
TESOUREIROMUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 03 / VISTO

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.054.507/0001-00
Razão Social: INSTITUTO UNIFAMMA
Endereço: AV MAUA 2854 / ZONA 01 / MARINGA / PR / 87013-160

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/04/2023 a 27/05/2023

Certificação Número: 2023042802193555423134

Informação obtida em 05/05/2023 13:33:33

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INSTITUTO UNIFAMMA
CNPJ: 09.054.507/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:59:03 do dia 04/11/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/05/2023.

Código de controle da certidão: **9DB6.680F.30FB.AC0D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 05 / VISTO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO UNIFAMMA
CNPJ: 09.054.507/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:39:56 do dia 05/05/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/11/2023.

Código de controle da certidão: **7796.8969.B57E.4A9B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 066 / VISTO

Confirmação da Autenticidade de Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 09.054.507/0001-00

Código de Controle: 7796.8969.B57E.4A9B

Data da Emissão: 05/05/2023

Hora da Emissão: 13:39:56

Tipo Certidão: Negativa

Certidão Negativa emitida em 05/05/2023, com validade até 01/11/2023.

[Página Anterior \(/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Voltar\)](/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Voltar)

[Nova consulta \(/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Confirmar\)](/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Confirmar)



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030172164-80

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **09.054.507/0001-00**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 16/08/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Governo do Estado do Paraná
Secretaria da
Fazenda

Informações do Documento

Certidão 030172164-80
Tipo Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual - Automática
Fornecida para o CNPJ 09.054.507/0001-00
CNPJ não consta no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR
Emissão 18/04/2023 16:37:28
Data de Validade 16/08/2023

Voltar

© Secretaria da Fazenda - SEFA

Av. Vicente Machado, 445 - Centro - 80420-902 - Curitiba - PR
Localização



Governo do Estado do Paraná
Secretaria da
Fazenda

Informações do Documento

Certidão 030172164-80

Tipo Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual - Automática

Voltar

© Secretaria da Fazenda - SEFA

Av. Vicente Machado, 445 - Centro - 80420-902 - Curitiba - PR

Localização





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO UNIFAMMA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.054.507/0001-00

Certidão nº: 17769808/2023

Expedição: 28/04/2023, às 13:09:07

Validade: 25/10/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO UNIFAMMA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.054.507/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

Certidão Negativa de Débitos Nº 448999/2022

Certificamos, conforme requerido por **INSTITUTO UNIFAMMA**, CPF/CNPJ nº **09.054.507/0001-00**, para fins **DE VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuições, receitas não tributárias, inscritos em dívida ativa ou não dos Cadastros Mobiliários e Imobiliários) até a presente data em nome de **INSTITUTO UNIFAMA**, CPF/CNPJ nº **09.054.507/0001-00**, situado(a) na cidade de Maringá.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal em cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

Emitida em: **09/11/2022**

Válida até: **08/01/2023**

Certidão emitida com base nas normas:

CTN - Código Tributário Nacional

CTM - Código Tributário Municipal

Decreto Municipal nº 1500/2017

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 032 / VISTO

Código de Autenticação: **8FD1B4F7CA59892E206E7AE94242AA0D**

Para verificar a autenticidade, consulte o site: <http://venus.maringa.pr.gov.br:8090/portal-contribuinte>

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) **1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 28/04/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

INSTITUTO UNIFAMMA

09.054.507/0001-00

OBSERVAÇÕES:

- Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 28/04/2023

Selo digital de segurança: **2023.CTD.I6K1.L8ZG.ZFIK.RPUN.CHDV**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 338 / VISTO

Maringá, 21 de novembro de 2.022

ATESTADO TÉCNICO

Ref.: Ações Instituto UNIVIDA

Declaramos para os devidos fins que o INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA, associação privada de natureza não lucrativa e duração ilimitada, inscrita no CNPJ sob nº. 09.054.507/0001-00, sediado na cidade de Maringá/PR. coordenou a realização do **Vestibular de Verão e de Inverno de 2020 dos cursos ofertados na modalidade presencial** da Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

Informamos que o **Vestibular de Verão** foi realizado entre os dias 10/10/2019 a 10/03/2020 e contou com a inscrição de **432 candidatos** e o **Vestibular de Inverno** aconteceu entre os dias 20/05/2020 e 30/08/2020 e teve a inscrição de **50 candidatos**, perfazendo um total de **482 candidatos**.

Salientamos que os referidos Concursos foram realizados dentro dos padrões de qualidade técnica exigidos pela Faculdade atendeu todas as prerrogativas objetivadas pelos Concursos.

É o que temos para atestar.

Nos colocamos ao dispor para eventuais esclarecimentos complementares.



Centro Universitário Metropolitano de Maringá
Elenice Campana
Reitoria

Maringá, 21 de novembro de 2.022

ATESTADO TÉCNICO

Ref.: Ações Instituto UNIVIDA

Declaramos para os devidos fins que o INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA, associação privada de natureza não lucrativa e duração ilimitada, inscrita no CNPJ sob nº. 09.054.507/0001-00, sediado na cidade de Maringá/PR. coordenou a realização do **Vestibular de Verão e de Inverno de 2021 dos cursos ofertados na modalidade presencial** da Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

Informamos que o **Vestibular de Verão** foi realizado entre os dias 01/10/2020 a 22/03/2021 e contou com a inscrição de **82 candidatos** e o **Vestibular de Inverno** aconteceu entre os dias 05/05/2020 e 11/09/2021 e teve a inscrição de **72 candidatos**, perfazendo um total de **154 candidatos**.

Salientamos que os referidos Concursos foram realizados dentro dos padrões de qualidade técnica exigidos pela Faculdade atendeu todas as prerrogativas objetivadas pelos Concursos.

É o que temos para atestar.

Nos colocamos ao dispor para eventuais esclarecimentos complementares






Centro Universitário Metropolitano de Maringá
Elenice Campana
Reitoria

Página de assinaturas



Elenice Campana
037.923.429-79
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|-------------------------|---|--|
| 22 nov 2022
15:06:01 |  | Elenice Campana criou este documento. (E-mail: elenice.campana@unifamma.edu.br, CPF: 037.923.429-79) |
| 22 nov 2022
15:06:05 |  | Elenice Campana (E-mail: elenice.campana@unifamma.edu.br, CPF: 037.923.429-79) visualizou este documento por meio do IP 177.220.177.171 localizado em Curitiba - Parana - Brazil. |
| 22 nov 2022
15:06:07 |  | Elenice Campana (E-mail: elenice.campana@unifamma.edu.br, CPF: 037.923.429-79) assinou este documento por meio do IP 177.220.177.171 localizado em Curitiba - Parana - Brazil. |

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 08 / VISTO



02/19


INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA

Estatuto Social

PREÂMBULO

- I. Fundado em 18 de Abril de 2007, e registrado em 16 de Maio de 2007.
- II. Estatuto registrado no Cartório de Registro de Título e Documentos sob o nº 5.184, Livro A-021 em 16 de Maio de 2007, alterado em 31 de Agosto de 2007 sob o protocolo nº 335.805, alterado em 31 de Março de 2010 sob o protocolo nº 369.407 e alterado em 24 de novembro de 2014 sob o protocolo nº 435.941.
- III. Reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 8.503 de 18 de Novembro de 2009.
- IV. Reconhecido de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 17.566 de 15 de Maio de 2013.
- V. Entidade sem fins lucrativos inscrita sob o CNPJ nº 09.054.507/0001-00.

Capítulo I

Da Denominação, Natureza Jurídica, Sede e Prazo de Duração.

Art. 1.º **INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA**, inscrito no CNPJ/MF nº 09.054.507/0001-00, pessoa jurídica de direito privado, organização civil, sem fins lucrativos, dotado de autonomia administrativa e financeira, com prazo de duração por tempo indeterminado, reger-se-á pelas normas e condições estabelecidas neste Estatuto e por demais disposições legais aplicáveis à espécie, com sede e foro sito à Avenida Virgílio Manilla, 22260, Sala A, Jardim Ouro Cola, CEP 87070-170, em Maringá, Paraná.

Maringá - Paraná

1/15

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 08 / VISTO

09/19
2

Capítulo II

Dos Princípios

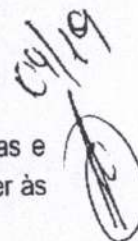
Art. 2.º O Instituto Social UNIVIDA obedecerá aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, da universalidade do atendimento, além dos demais princípios constitucionais aplicáveis e correlatos relacionados a seguir:

- I. O reconhecimento da participação social como direito do cidadão.
- II. A solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade para a construção de valores de cidadania e de inclusão social e produtiva.
- III. A promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, inclusivo e sustentável.
- IV. O direito à informação, à transparência e ao controle social das ações públicas.
- V. A integração e a transversalidade dos procedimentos, mecanismos e instâncias de participação social.
- VI. A valorização da diversidade cultural e da educação para a cidadania ativa.
- VII. A promoção e a defesa dos direitos humanos.
- VIII. A preservação, a conservação e a proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente.
- IX. A valorização dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.
- X. A preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, em suas dimensões material e imaterial.
- XI. A adoção de práticas necessárias e suficientes para coibir os vários tipos de expressões das violências.
- XII. A promoção de soluções derivadas da aplicação de conhecimentos, da ciência e tecnologia e da inovação para atender necessidades e demandas de maior qualidade de vida da população em situação de desigualdade social.
- XIII. A contribuição na busca de autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.
- XIV. A defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
- XV. O posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
- XVI. O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, sem dominação, exploração de classe, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.
- XVII. A articulação com os movimentos sociais que partilhem dos princípios deste Estatuto.
- XVIII. O compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual.

Das Finalidades e Objetivos

Art. 3.º O Instituto Social UNIVIDA tem por finalidade atuar isolada ou cumulativamente em mais de uma área nas políticas da assistência social; educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente, com a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, em consonância com as normativas vigentes.

- I. Promover e articular ações de assistência social, especialmente relacionados com crianças, adolescentes, idosos, família, mulheres em estado de vulnerabilidade social;
- II. Desenvolver projetos e prestar serviços técnico, científicos e sociais a sociedade e a órgãos públicos, diretamente ou por intermediação, executar obras para pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado;

14/19


- III. Desenvolver atividades técnicas e de consultoria, de auditoria, de assessoria e atividades científicas e administrativas de instituições públicas ou privadas, podendo inclusive, contratar pessoal para atender às finalidades propostas;
- IV. Promover e realizar concursos, testes seletivos, cursos e treinamentos especializados.

Parágrafo único. O objetivo do "INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA" será prestar serviços e executar programas ou projetos voltados para o acesso, apoio, atenção, proteção, formação e promoção da defesa e garantia de direitos para cidadania ativa de grupos, famílias e indivíduos, articulando as políticas intersetoriais.

Da Assistência Social

Art. 4.º O Instituto Social UNIVIDA poderá atuar isolada ou cumulativamente, prestando assessoramento e defesa e garantia de direitos, de forma gratuita, continuada, planejada, participativa, sustentável, sem qualquer tipo de discriminação sobre os/as seus/suas usuários/as.

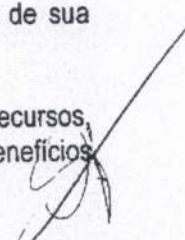
- I. De assessoramento: O assessoramento acontecerá de forma continuada, permanente e planejada, com prestação de serviços e execução de programas ou projetos voltados, prioritariamente, para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários/as, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.
- II. De defesa e garantia de direitos: A defesa e garantia de direitos acontecerá de forma continuada, permanente e planejada, com prestação de serviços e execução de programas ou projetos voltados, prioritariamente, para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.


§ 1.º As ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos comporão o conjunto das ofertas e atenções da política pública de assistência social articulado à rede socioassistencial, possibilitando a abertura de espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa, no campo socioassistencial, a criação de espaços para a defesa dos direitos socioassistenciais, bem como o fortalecimento da organização, autonomia e protagonismo do usuário.

§ 2.º As ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos acontecerão, prioritariamente, para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários e movimentos sociais, gestores, trabalhadores, conselheiros e entidades com atuação preponderante ou não na Assistência Social, potencializando práticas participativas.

III. Do Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro:

- a. Fortalecer a participação, autonomia e protagonismo de movimentos sociais, organizações e grupos populares e de usuários.
- b. Identificar as potencialidades, mobilizar e organizar grupos e lideranças locais, por meio de sua articulação com a política de assistência social e demais políticas públicas.
- c. Subsidiar a intervenção nas instâncias e espaços de participação democrática.
- d. Fortalecer e qualificar as entidades e organizações quanto ao seu planejamento, captação de recursos, gestão, monitoramento, avaliação, oferta e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e para sua atuação na defesa e garantia de direitos.



05/19


- IV. Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas, fomentando e apoiando projetos de inclusão cidadã, com base nas vulnerabilidades e riscos identificados no diagnóstico socioterritorial, que visem o enfrentamento da pobreza e o desenvolvimento social e econômico.
- V. Do Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda.
- a. Favorecer a inserção no mundo do trabalho, por meio da identificação de potencialidades do território, desde o planejamento, estruturação, monitoramento e avaliação das ações de inclusão produtiva em âmbito local e da articulação com o sistema público do trabalho, emprego e renda.
 - b. Potencializar o desenvolvimento do empreendedorismo e da capacidade de autogestão, na perspectiva da economia solidária.
- VI. Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre os seus direitos de cidadania e da política de assistência social, bem como dos/as gestores/as públicos/as, trabalhadores/as e entidades com atuação preponderante ou não na assistência social subsidiando-os na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social.
- a. Ampliar o conhecimento público sobre a política de assistência social.
 - b. Incorporar o conhecimento produzido pela sociedade sobre a defesa dos direitos e subsidiar a formulação, implementação e avaliação da política de assistência social.
 - c. Orientar e promover a oferta sistemática e continuada de capacitação introdutória e de atualização bem como supervisão técnica sob a perspectiva da interdisciplinaridade e historicidade.
 - d. Orientar e promover a oferta sistemática e continuada de formação com cursos de Aperfeiçoamento. Caberá a elaboração de diagnósticos para o fortalecimento da rede de atendimento.
 - e. Implantar e implementar o Observatório de Violências para produzir, registrar, sistematizar e disseminar/d disponibilizar dados estatísticos acerca das violências nas várias áreas das políticas públicas em parcerias públicas e privadas com informações e indicadores que subsidiem o desenvolvimento das políticas.
 - f. Fomentar e propiciar estudos e pesquisas relacionados aos desafios contemporâneos que articulem os temas correlatos sobre gênero, geração de trabalho e renda, relações étnico-raciais, juventude, envelhecimento, pobreza, desigualdade social, pessoas privadas de liberdade; pessoas com deficiência, educação inclusiva, educação ambiental, educação em direitos humanos e os vários tipos de violências bem como a tecnologia assistida em suas relações com as políticas públicas; os movimentos sociais e o controle social.
- VII. Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos.
- a. Fortalecer o protagonismo dos/as usuários/as na defesa dos seus direitos de cidadania.
 - b. Acessar/promover os direitos de cidadania já estabelecidos.
 - c. Planejar, organizar e supervisionar as atividades de atendimento à comunidade.
 - d. Estabelecer possibilidades de prestação de serviços na relação teórico- prática para o enfrentamento de todas as formas de violência e ameaças com a resolução de conflitos e minimização das reincidências nas várias expressões das violências.
- VIII. Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente.
- a. Buscar o reconhecimento de novos direitos de cidadania e acesso à proteção social.
 - b. Fortalecer as famílias e indivíduos de migrantes, imigrantes e refugiados com necessidades de apoio em serviços socioassistenciais; coletivos étnicos com necessidades específicas e vivência de exclusão como os/as indígenas; os sujeitos que passam por discriminação em decorrência de

06/19

- orientação sexual e/ou de raça/etnia; discriminações culturais, de classe social, etárias, de gênero, geracionais, condição física, partidos políticos e nacionalidade.
- c. Buscar práticas alternativas de soluções de conflitos com a aplicação de penas e medidas alternativas, entre outras, em parceria com os vários poderes constituídos.

- IX. Formação político-cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e lideranças populares.
- a. Promover acesso a conhecimento, meios, recursos e metodologias direcionadas ao aumento da participação social e ao fortalecimento do protagonismo dos usuários na reivindicação dos direitos de cidadania.
- b. Contribuir no fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática com a formação continuada de todos os atores estratégicos dessas políticas.
- X. Desenvolvimento de ações de monitoramento e controle popular sobre o alcance de direitos socioassistenciais e a existência de suas violações, tomando públicas as diferentes formas em que se expressam e requerendo do poder público serviço, programas e projetos de assistência social.
- a. Ampliar o acesso da população em geral às informações sobre a implementação da política de assistência social.
- b. Qualificar as intervenções nos espaços de participação democrática.
- c. Aferir se a política de assistência está em consonância com as demandas da sociedade.
- d. Planejar, organizar e supervisionar as atividades de atendimento à comunidade.

Da Educação

Art. 5.º O Instituto Social UNIVIDA tem por finalidade desenvolver atividades isolada ou cumulativamente, ações e serviços de promoção da educação e com os seguintes objetivos:

- I. Conceder, anualmente, bolsas de estudos, pesquisas e de extensão na modalidade parcial ou integral no ensino técnico e congêneres, de graduação e/ou pós-graduação stricto sensu para o estímulo à qualificação e/ou desenvolvimento profissional e científico, inclusive e não somente, para profissionais e parceiros/as do Instituto Social UNIVIDA e, se necessário, com eventuais benefícios complementares bem como projetos e atividades para a garantia da educação, sempre com a deliberação da Diretoria.
- II. Contribuir com a dinâmica de inclusão de estagiários remunerados à rede de atendimento pública e privada em nível local e regional e com a parceria de coordenadores e outros profissionais de Instituições de Ensino Superior.
- III. Contribuir na efetivação das diretrizes e dos princípios da política nacional de educação em Direitos Humanos para fortalecer uma cultura de direitos.
- IV. Apoiar programas na graduação e na pós-graduação para a atualização de capacitação da mão de obra e treinamento com qualificação.
- V. Apoiar e incentivar a instalação e manutenção de cursos, a edição de obras e a produção e difusão de bens culturais, educacionais, de valor universal formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória.
- VI. Apoiar e colaborar na realização de estudos, pesquisas científicas e de desenvolvimento institucional e em órgãos públicos e privados.
- VII. Participar, realizar e assessorar eventos variados de cunho social; educacional e afins.
- VIII. Reconhecer a educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos.
- IX. Promover intercâmbio, quando possível, com entidades congêneres nacionais e/ou estrangeiras, mantendo interação com esses organismos ou serviços.

07/19

- X. Instituir prêmios de estímulo e reconhecimento aos/às pesquisadores/as; acadêmicos/as que tenham contribuído para o desenvolvimento científico, técnico e cultural da comunidade.
- XI. Emitir pareceres técnicos e promover a divulgação dos resultados de pesquisas, entre outros.
- XII. Instituir programas de capacitação para gestores/as, representantes de organizações da sociedade civil e conselheiros/as dos conselhos de políticas públicas, dentre outros. A ação poderá ser integrada e complementar com celebração de parcerias.
- XIII. Fortalecer o diálogo entre a comunidade acadêmica, os gestores das políticas e os diversos atores envolvidos no processo educacional com o fomento de estudos e pesquisas relacionados aos diferentes níveis e modalidades da educação.
- XIV. Divulgar a produção e os resultados encontrados, compartilhando conhecimento e boas práticas na dinâmica do Instituto e dos sistemas públicos.

§ 1.º O Instituto deverá divulgar em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o Poder Público.

§ 2.º A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Da Saúde

Art. 6.º O Instituto Social UNIVIDA tem por finalidade desenvolver atividades isolada ou cumulativamente, ações e serviços de promoção da saúde voltadas para a redução de risco à saúde bem como realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS- Sistema Único de Saúde, sem exigência de contraprestação do/a usuáριο/a pelas ações e serviços de saúde realizados; de prestação de serviços ao SUS; projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS. O Instituto fará o planejamento, organização e/ou supervisão das atividades de atendimento à comunidade.

As ações e serviços de promoção da saúde são voltadas para redução de risco à saúde em áreas como:

- I. Nutrição e alimentação saudável
- II. Prática corporal ou atividade física
- III. Prevenção e controle do tabagismo
- IV. Prevenção ao câncer, ao vírus da imunodeficiência humana (HIV), às hepatites virais, à tuberculose, à hanseníase, à malária e à dengue.
- V. Redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas
- VI. Redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito
- VII. Prevenção da violência
- VIII. Redução da morbimortalidade nos diversos ciclos de vida

Art. 7.º As ações e serviços de promoção da saúde são voltadas para realização de projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS, implicando nas seguintes áreas de atuação:

- I. Estudos de avaliação e incorporação de tecnologias
- II. Capacitação de recursos humanos
- III. Pesquisas de interesse público em saúde e/ou
- IV. Desenvolvimento de técnicas e operação de gestão em serviços de saúde

08/19


Da Cultura

Art. 8.º O Instituto Social UNIVIDA tem por finalidade desenvolver atividades isolada ou cumulativamente, ações e serviços de promoção da cultura e com os seguintes objetivos:

- I. Incentivar a formação artística e cultural
- II. Fomentar a produção cultural e artística
- III. Preservar e difundir o patrimônio artístico, cultural e histórico.
- IV. Estimular o conhecimento dos bens e valores culturais
- V. Apoiar a outras atividades culturais e artísticas
- VI. Exibir, utilizar e circular, publicamente, os bens culturais, a saber:
 - a. teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres;
 - b. produção cinematográfica, videográfica, fotográfica, discografia e congêneres;
 - c. literatura, inclusive obras de referência;
 - d. música;
 - e. artes plásticas, artes gráficas, gravuras, cartazes, filatelia e outras congêneres;
 - f. folclore e artesanato;
 - g. patrimônio cultural, inclusive histórico, arquitetônico, arqueológico, bibliotecas, museus, arquivos e demais acervos;
 - h. humanidades;
 - i. rádio e televisão, educativas e culturais, de caráter não comercial.

Do Esporte

Art. 9.º O Instituto Social UNIVIDA tem por finalidade desenvolver atividades isolada ou cumulativamente, ações e serviços de promoção do esporte e com os seguintes objetivos:

- I. Promover a inclusão social por meio de práticas desportivas formais e não-formais, preferencialmente, em comunidades de vulnerabilidade social pelo desporto educacional; o desporto de participação e o desporto de rendimento.
- II. Promover e/ou participar de práticas desportivas na organização de ligas municipal, regional e/ou nacional, preferencialmente, com calendários anuais prévios.
- III. Desenvolver a capacitação de recursos humanos na área de esporte.
- IV. Apoiar projetos de pesquisa, documentação, informação e similares.
- V. Fomentar a construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas.
- VI. Apoiar o desporto para pessoas com deficiência.
- VII. Promover, gratuitamente, a formação de atleta com programas de treinamento nas categorias de base e complementação educacional.
 - a. O tempo destinado à efetiva atividade de formação do atleta, não será superior a 4 (quatro) horas por dia e nem coincidirá com os horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, além de propiciar-lhe a matrícula escolar, com exigência de frequência e satisfatório aproveitamento.
 - b. A inclusão social por meio do esporte poderá acontecer por patrocínio e/ou doação bem como por outras fontes e/ou parcerias.

Capítulo III

Dos Associados

Art. 10º. O Instituto admitirá como associadas pessoas físicas ou jurídicas que se comprometam pessoal e ou financeiramente para a consecução dos seus objetivos sociais.

Maringá - Paraná

7/15

09/19

Seção I

Das Categorias de Associados

Art. 11.º São categorias de associados:

- I. Associado Fundador: participantes da Assembléia Geral de fundação do Instituto;
- II. Associado Efetivo: aquelas pessoas admitidas como associadas por ato da Diretoria;
- III. Associado Patrocinador ou Doadores: aquele que patrocine projeto ou programa específico;
- IV. Associado Benemérito: pessoas assim consideradas em razão de apoio e serviços relevantes prestados.

§ 1.º Os associados não respondem individualmente nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do Instituto, nem pelos atos praticados pelo seu Presidente ou Diretoria Executiva.

§ 2.º Os associados responderão civil e ou criminalmente por atos ilícitos que praticarem, com dolo ou culpa, em nome ou contra o Instituto.

Seção II

Dos Direitos dos Associados

Art. 12.º São direitos dos associados:

- I. freqüentar a sede do Instituto;
- II. participar de atos, reuniões e assembléias, independentemente de convocação;
- III. requerer, por escrito, informações sobre as atividades do Instituto;
- IV. recorrer à Assembléia Geral de atos e deliberações que violem normas estatutárias ou legais;
- V. excluir-se do quadro de associados, protocolando pedido na sede;
- VI. encaminhar aos gestores sugestões, propostas, memoriais e trabalhos no interesse das organizações que se enquadrem nos objetivos e finalidades do Instituto;
- VII. os associados fundadores e efetivos, exclusivamente, podem votar e serem votados.

Seção III

Dos Deveres dos Associados

Art. 13.º São deveres dos associados:

- I. acatar as decisões da Assembléia Geral, do Conselho Fiscal e da Diretoria;
- II. cumprir e fazer cumprir o Estatuto;
- III. atender e colaborar para a realização dos objetivos sociais e finalidades do Instituto;
- IV. cumprir com as obrigações assumidas para com o Instituto nos prazos fixados;
- V. zelar pelo bom nome e patrimônio do Instituto;
- VI. contribuir na apresentação de propostas, projetos e programas para a realização dos fins institucionais.

Seção IV

Da Admissão, Demissão e Exclusão de Associados

Art. 14.º Novos associados serão admitidos por ato da Diretoria.

Maringá - Paraná

8/15

12/19

1

Art. 15.º A aplicação de qualquer espécie de penalidade a associado será sempre por deliberação da Diretoria.

Art. 16.º A exclusão de associados será sempre por justa causa, quando este não cumprir com seus deveres estatutários ou concorrer com motivos graves ou contrários a moral, a ética, usos e costumes e à lei, oportunizados a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo único. Do ato de exclusão do associado caberá recurso à Assembléia Geral, dirigido ao presidente da Diretoria, o qual poderá reconsiderar a decisão, com prazo de quinze dias da ciência do ato.

Capítulo IV

Do Patrimônio

Art. 17. O patrimônio do Instituto será constituído por bens imóveis, móveis, semoventes, créditos e direitos, que venha a adquirir no desempenho das suas atividades sociais, a qualquer título.

Art. 18. A Diretoria tem competência para vender bens móveis no valor de até cem (100) salários mínimos, sem autorização da Assembléia Geral.

Capítulo V

Dos Recursos Econômicos e Receitas

Art. 19. Constituem recursos econômicos, receitas, rendas e rendimentos a serem empregados na realização dos objetivos sociais do Instituto, constituição e manutenção do seu patrimônio, os seguintes recursos:

- I. contribuições, patrocínios, doações, anuidades, mensalidades, rendas, investimentos ou legados, constituídos por associados ou terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;
- II. oriundos de convênios, termos de cooperação, termos de parceria, subvenções e auxílios, celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras;
- III. contribuições, doações, patrocínios, verbas e investimentos captados através de benefícios, incentivos ou renúncias fiscais, de pessoas físicas ou jurídicas, de qualquer natureza;
- IV. provenientes da comercialização de serviços e produtos, respeitada a legislação correlata;
- V. de investimentos financeiros;
- VI. de apoio cultural para a edição de material educativo, artístico, promocional, científico e publicitário através da edição de livros, periódicos e multimídia;
- VII. resultado financeiro e operacional do exercício anterior;
- VIII. direitos autorais.


§ 1.º Recursos financeiros ou de qualquer outra espécie, de origem pública ou privada, subvenções sociais, dotações orçamentárias, termos de parceria, termos de cooperação, doações e patrocínios, serão aplicados de acordo com o vínculo.

§ 2.º O Instituto não constituirá patrimônio de indivíduo ou de organização sem caráter cultural, educativo ou de promoção da assistência social.

Art. 20. Obrigatoriamente, o Instituto aplicará suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional, na consecução dos seus objetivos sociais.

Maringá - Paraná

9/15

11/19


Art. 21 O Instituto não distribuirá para os seus associados, conselheiros, diretores, gerentes, empregados, doadores, benfeitores ou equivalentes, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações, prêmios, benefícios, vantagens ou parcelas do seu patrimônio, receitas, rendas, rendimentos fundo de reserva e fundo patrimonial, sob nenhuma forma, aplicando-os integralmente na consecução dos seus objetivos sociais.

Art. 22. O Instituto, na manutenção de seus serviços e atividades poderá valer-se de recursos financeiros colocados à disposição pelo sistema financeiro às pessoas jurídicas de direito privado, por decisão da Diretoria.

Capítulo VI

Das Bolsas e do Fomento a Programas

Art. 23. Com o objetivo de estimular o desenvolvimento profissional, científico e de qualificação dos recursos humanos empregados na gestão do Instituto e de organizações sem fins lucrativos e órgãos públicos, ficam criadas bolsas de estudos e de pesquisas que serão concedidas a indivíduos ligados a estas organizações, por decisão da Diretoria.

Art. 24. O Instituto poderá constituir ou participar de fundo de fomento e de apoio a pesquisas, programas de extensão e projetos específicos, que terá regulamento próprio, observando-se a legislação aplicável à espécie, por deliberação da Diretoria.

Art. 25. O valor das bolsas, investimentos e fundos serão fixados em decorrência dos encargos do programa ou projeto, por decisão da Diretoria.

Capítulo VII

Do Processo Eletivo

Art. 26. Participam do processo eletivo somente associados fundadores e efetivos que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, podendo votar e serem votados.

§ 1º. A posse dos eleitos se dará no primeiro dia útil do mês de maio.

§ 2º. Havendo participação no pleito de chapa única a votação será por aclamação.

Art. 27. Os membros da chapa eleita devem apresentar antes do registro da ata de eleição em cartório, no prazo máximo de três dias, cópia dos documentos de identidade (RG), cadastro de pessoas físicas (CPF) e comprovante de residência.

Capítulo VIII

Dos Órgãos de Administração

Art. 28. São órgãos de Administração do Instituto:

- I. a Assembléia Geral;
- II. a Diretoria;
- III. o Conselho Fiscal.

12/15


Seção I

Da Assembléia Geral

Art. 29. A Assembléia Geral é o organismo deliberativo em última instância do Instituto e ocorrerá, ordinariamente uma vez por ano.

§ 1º. A Assembléia Geral é formada por todas as categorias de associados.

§ 2º. Somente os associados fundadores e efetivos adimplentes com suas obrigações associativas possuem direito de voz, voto e de serem votados.

§ 3º. O presidente da Assembléia Geral é o Presidente da Diretoria.

Art. 30. Compete privativamente a Assembléia Geral:

- I. eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- II. destituir os membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
- III. aprovar as contas após parecer do Conselho Fiscal;
- IV. alterar o Estatuto;
- V. dissolver, extinguir ou incorporar o Instituto à outra instituição;
- VI. assuntos gerais.

Parágrafo único. Para as deliberações a que se referem os incisos II, IV e V é exigido o voto favorável de dois terços dos presentes à Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um quinto nas convocações seguintes.

Art. 31. A Assembléia Geral reunir-se-á em caráter extraordinário, por convocação da Diretoria, do Conselho Fiscal, ou por proposição de um quinto dos seus associados.

§ 1º. O prazo de convocação das Assembléias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, deve ser com antecedência mínima de quinze dias da data, através da publicação de edital na sede ou envio de comunicação eletrônica a todos os associados.

§ 2º. São requisitos essenciais do edital de convocação para as Assembléias Gerais: a data, o horário, o local com endereço completo, a ordem do dia e a referência do órgão convocante.

Art. 32. A Assembléia Geral deliberará em primeira chamada com a presença da maioria absoluta dos associados e, nas convocações seguintes, meia hora após, com qualquer número, por maioria simples, ressalvados os *quoruns* específicos.

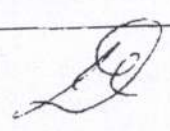
Parágrafo único. Somente os associados em dia com seus deveres estatutários poderão exercer o direito de deliberar em Assembléias, nas quais haverá lista disponível dos associados com direito a voto e de ser votado.

Seção II

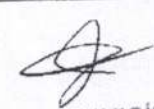
Da Diretoria

Art. 33. A Diretoria é o órgão executivo da administração, composta de quatro membros, eleitos dentre os associados fundadores e efetivos, para um mandato de três anos, admitida a reeleição, sendo:

Maringá - Paraná



11/15



MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 033 / VISTO

13/12


- I. um presidente;
- II. um vice-presidente;
- III. um secretário;
- IV. um tesoureiro.

Parágrafo único. A Diretoria adotará práticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes, que visem a coibir a obtenção, individual ou coletiva, de bens ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Art. 34. Compete a Diretoria do Instituto:

- I. gerir e administrar a organização;
- II. examinar e aprovar os projetos e programas relativos às suas atividades;
- III. decidir sobre beneficência, assistência social e concessão de gratuidades;
- IV. decidir e estabelecer prazos e condições para o requerimento e concessão de bolsas de estudos e pesquisas;
- V. autorizar a realização de despesas;
- VI. realizar acordos, contratos e convênios que constituam obrigações ou compromissos;
- VII. decidir sobre a admissão e exclusão de associados, na forma estatutária;
- VIII. decidir sobre a aceitação de doações e contribuições em geral;
- IX. decidir sobre matérias e casos omissos;
- X. apresentar as contas do Instituto à Assembléia Geral, após parecer do Conselho Fiscal.

Art. 35. Compete ao presidente e, na sua falta ou impedimento, ao vice-presidente:

- I. representar o Instituto, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- III. superintender todas as atividades sociais do Instituto;
- IV. administrar e gerir os objetivos, finalidades, atribuições e programas do Instituto; V – nomear e contratar, exonerar e demitir empregados e voluntários;
- V. fixar a remuneração de funcionários;
- VI. convocar e presidir as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- VII. zelar pelo cumprimento das disposições estatutárias e pelas sugestões e decisões do Conselho Fiscal e da Assembléia Geral;
- VIII. assinar documentos na forma do artigo 40 deste Estatuto.

Art. 36. Compete ao secretário:

- I. organizar as reuniões;
- II. organizar, guardar, manter e proteger os documentos, patrimônio e atividades do Instituto;
- III. exercer as atividades do Instituto na área administrativa.

Art. 37. Compete ao tesoureiro:

- I. ter sob sua guarda e responsabilidade os recursos, valores e bens, mantendo em depósito em conta corrente os recursos financeiros do Instituto;
- II. efetuar pagamentos, depósitos e recebimentos;
- III. exercer a gestão financeira promovendo as medidas necessárias à obtenção de recursos e de rendimentos;
- IV. assinar documentos na forma do artigo 40 deste estatuto;
- V. exercer as atividades do Instituto nas áreas de finanças e contabilidade.

14/14

Art. 38. Compete aos membros da diretoria, indistintamente:

- I. participarem das reuniões com direito a voz e a voto;
- II. auxiliarem o presidente na coordenação das atividades;
- III. participarem das reuniões da Diretoria apresentando propostas e relatando os assuntos das respectivas áreas de atuação;
- IV. proporem a política de atuação das áreas e executarem as suas atribuições operacionais;
- V. fornecerem, sob aspectos técnicos, pareceres, avaliações e apoio aos projetos e programas;
- VI. executarem outras atribuições delegadas pelo presidente ou previstas no Estatuto.

Parágrafo único. Ocorrendo vacância em cargo da Diretoria, a substituição poderá ser processada pela mesma no prazo de trinta dias, cumprindo-se o restante do mandato.

Art. 39. A Diretoria poderá contratar pessoal remunerado e dirigente para atuar efetivamente na gestão executiva, e consultores e profissionais liberais, que prestam serviços específicos, observando-se a prática e política salarial, em ambos os casos, correlata aos valores praticados pelo mercado local.

Art. 40. Contratos, distratos, convênios, empréstimos, mandatos procuratórios judiciais e extrajudiciais, cheques e documentos bancários e outros atos necessários para o alcance dos objetivos sociais do Instituto, que importem em obrigações civis ou financeiras, serão assinados pelo diretor presidente em conjunto com o tesoureiro.

Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 41. O Conselho Fiscal é o Conselho do Instituto, composto de três membros efetivos, associados fundadores ou efetivos, indicados e eleitos individualmente pela Assembléia Geral, para um mandato de três anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, no mês de abril ou, extraordinariamente, por convocação de um dos seus membros ou pelo presidente da Diretoria.

Art. 42. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar, opinar e emitir parecer sobre o desempenho, a prestação anual de contas e o relatório anual de atividades realizado pela Diretoria, constando as informações complementares que julgarem necessárias ou úteis, para posterior apreciação pela Assembléia Geral;
- II. fiscalizar os atos dos administradores do Instituto e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, os integrantes do Conselho Fiscal terão acesso aos lançamentos contábeis, atas de reuniões e demais documentos do Instituto.

Capítulo IX

Do Regime Contábil

Art. 43. O exercício financeiro do Instituto coincidirá com o ano civil, a sua contabilidade respeitará os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade e, obrigatoriamente, as seguintes demonstrações contábeis:

Maringá - Paraná

13/15

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 090 / VISTO

15/09


- I. balanço patrimonial;
- II. demonstração de resultados do exercício;
- III. demonstração das origens e aplicações de recursos;
- IV. demonstração das mutações do patrimônio social.

Capítulo X

Da Prestação de Contas

Art. 44. A prestação anual de contas conterá:

- I. demonstrações contábeis relacionadas no artigo 43;
- II. notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- III. parecer e relatório de auditoria, se for o caso;
- IV. comprovação da aplicação dos recursos públicos quando houver recebido;
- V. relatório anual de execução de atividades;
- VI. parecer do Conselho Fiscal sobre as contas prestadas;
- VII. informações bancárias contendo cópias de extratos bancários que comprovem os saldos das contas bancárias na data de encerramento do exercício, acompanhadas das respectivas conciliações.

Parágrafo único. A prestação de contas de recursos e bens de origem pública será feita conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Art. 45. O Instituto realizará auditoria, obrigatoriamente, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, sempre que ocorrer alguma situação de determinação legal, como também em face do cumprimento de normas que estabeleçam como requisitos para requerimento ou manutenção de certificações e qualificações e, facultativamente, por deliberação de qualquer dos órgãos da administração do Instituto.

Capítulo XI

Da Alteração Estatutária

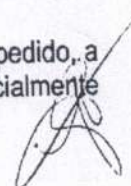
Art. 46. Este estatuto poderá ser alterado por proposição da Diretoria, que se revele útil ou necessária à consecução dos objetivos sociais, devendo o respectivo ato ser aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, na forma do parágrafo único do artigo 30.

Capítulo XII

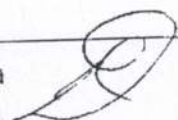
Da Extinção

Art. 47. O Instituto somente será dissolvido ou extinto, ou mesmo incorporado à outra instituição, nos casos previstos em lei e desde que comprovada a impossibilidade de realização dos seus fins com autonomia, devendo o respectivo ato ser aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, na forma do parágrafo único do artigo 30 deste Estatuto.

Parágrafo único. O Presidente da Diretoria será o liquidante da instituição, declarando-se impedido, a Assembleia Geral poderá nomear um dos associados presentes para a função ou terceiros, especialmente contratados.



Maringá - Paraná



14/15



16/10

Art. 48. Extinto ou dissolvido o Instituto, o resultado do seu patrimônio líquido será destinado a entidades congêneres, de fins idênticos ou semelhantes, preferencialmente que seja cadastrada no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e possua certificação de entidade beneficente e de assistência social.

Parágrafo único. A transferência de bens tratada no *caput* atenderá, previamente, as doações recebidas pela Instituição com cláusulas condicionais e as obrigações decorrentes do desempenho das suas atividades.

Capítulo XII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 49. Havendo vacância de membro da estrutura organizacional, a Diretoria poderá indicar associado para recompor o quadro, o qual deverá ter seu nome referendado na Assembléia Geral seguinte.

Art. 50. Este estatuto é reformável quanto à sua organização administrativa por decisão da Assembléia Geral.

Art. 51. O Instituto poderá elaborar um regimento interno, que após aprovado pela Diretoria, regulamentará a sua rotina administrativa, financeira, operacional e técnica.

Art. 52. Excepcionalmente, os membros dos órgãos da estrutura organizacional eleitos na Assembléia Geral Extraordinária de alteração estatutária terão seus mandatos vigentes até o final do mês de novembro de 2017 (dois mil e dezessete).

Art. 53. Os casos omissos neste Estatuto serão decididos pela Diretoria e referendados na Assembléia Geral seguinte.

Art. 54. Esta Sexta Alteração Estatutária foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária e terá sua vigência depois de Registrada no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

Maringá-PR, 17 de Outubro de 2022.

Zenóbio Araújo Galdino
Zenóbio Araújo Galdino
Presidente

Luciana Cristina de Souza
Luciana Cristina de Souza
Secretária *ad hoc*

Emanuelle Tomitão
Emanuelle Tomitão
OAB/PR 32921
Advogada *ad hoc*



Emolumentos 24,60
Funrejuv 9,82
ISS 0,49
FUNDEP 1,23
Funrejuv 1,60
Distribuidor 11,67
Fotocópias 13,32
Digitalização 0,74
Total R\$ 83,47
VRC VRC 100,00
Arquivo 5184
Selo Digital 1368774454720702b
valide o Selo Digital em <https://www.fdnarpen.com.br>

Registro de Títulos e Documentos - MARINGÁ - PR
Av. XV de Novembro, 331 (44) 3029-9453
Filia: Serviço de Maringá - e-Registo - Maringá
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Averbação nº 1015.184 Livro A-021
Maringá-PR, 29 de Novembro de 2022.
Cybele T. B. M. de Oliveira
Esc. Autorizada
Protocolo 541238





CERTIDÃO

A presente fotocópia confere com documento arquivado em cartório conforme anotações.	MARINGÁ, 10/03/2023 Cybele T.B.M. de Oliveira Esc. Autorizada
---	---

(§ 1º, ART. 19 LEI 6015/73)
Selo Digital-1308MqKqDXzJMwuaCzqze705t
Valide o Selo Digital em <http://www.funarpem.com.br>



**Registro Civil das
Pessoas Jurídicas**

EM BRANCO

**AV. XV DE NOVEMBRO, 331
MARINGÁ - PARANÁ**

18/19

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DO
INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA
REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2022

NOMES (LEGÍVEL)

(ASSINATURA)

Zenóbio Araujo Galdino

Zenóbio Araujo Galdino
Elenice Campana

Elenice Campana

Caroline Chirstine Cristovam

Ausente

Luciana Cristina de Souza

Luciana Cristina de Souza

Valdir Bezerra Matara

Valdir Bezerra Matara

Alexandre Lourenço

Ausente

Givago Dias Mendonça

Givago Dias Mendonça



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR
Hélio Baiardi de Oliveira - Agente Delegado
Av. XV de Novembro, 331 (44) 3029-9453

Emolumentos	24,60
Funrejus	9,92
ISS	0,49
FUNDEP	1,23
Funarpen	1,60
Distribuidor	11,67
Fotocópias	13,32
Digitalização	0,74
Total R\$	63,47

Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Averbação nº 10/5.184 Livro A-021
Maringá-PR, 29 de novembro de 2022.

Cybele T.B.M. de Oliveira
Esc. Autorizada



VRC VRC 100,00 Arquivo 5184 Protocolo 541.238
Selo Digital-1308MT7qdZy9ra2epEZDTyQsb
Valide o Selo Digital em <http://www.funarpen.com.br>



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR
Hélio Baiardi de Oliveira - Agente Delegado
Av. XV de Novembro, 331 (44) 3029-9453

CERTIDÃO

A presente fotocópia
confere com documento
arquivado em cartório
conforme anotações

MARINGÁ 10/03/2023

Cybele T.B.M. de Oliveira
Esc. Autorizada



(§ 1º, ART. 19 LEI 6015/73)
Selo Digital-1308MqKqdxz3MwuaCzccajN5t
Valide o Selo Digital em <http://www.funarpen.com.br>

INSTITUTO UNIFAMMA – CNPJ/MF Nº 09.054.507/0001-00
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

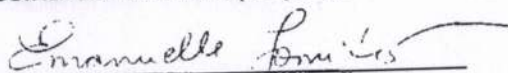
Aos dezessete (17) dias do mês de outubro do ano de dois mil vinte e dois (2022), às 09:00 horas, no endereço da avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 394, Zona 07 – CEP 87030-010, Maringá – Pr., sob a Presidência do Sr. **ZENOBIO ARAUJO GALDINO**, o qual tão logo assumiu a direção dos trabalhos indicou a mim, **LUCIANA CRISTINA DE SOUZA**, para secretaria-los. A presente Assembleia foi convocada na forma estatutária, em 2ª convocação das 09:30 horas, observando-se, pois, o quórum estabelecido no estatuto social da maioria absoluta dos associados. Dessa forma foi dada por instalada a Assembleia geral extraordinária, para deliberar sobre as seguintes **Ordens do dia 1) ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO**. Foi alterado o nome do “Instituto Unifamma” para “Instituto Social Univida”

2) ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO. Foi definido um novo endereço para o Instituto, que será localizado na Avenida Virgílio Manília, 22260, Sala A, Jardim Ouro Cola, CEP 87070-170, em Maringá, Paraná.

3) INCLUSÃO DE NOVAS FINALIDADES E OBJETIVOS. Foi incluído as seguintes atividades/objetivos:

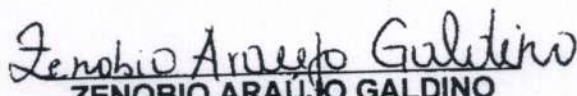
- I. Promover e articular ações de assistência social, especialmente relacionados com crianças, adolescentes, idosos, família, mulheres em estado de vulnerabilidade social;
- II. Desenvolver projetos e prestar serviços técnico, científicos e sociais a sociedade e a órgãos públicos, diretamente ou por intermediação, executar obras para pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado;
- III. Desenvolver atividades técnicas e de consultoria, de auditoria, de assessoria e atividades científicas e administrativas de instituições públicas ou privadas, podendo inclusive, contratar pessoal para atender às finalidades propostas;
- IV. Promover e realizar concursos, testes seletivos, cursos e treinamentos especializados.

4) CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL. Consolidado as disposições estatutárias as quais vão anexadas a presente ata. Vencida a pauta constante da ordem do dia, as 10: 15 horas foi encerrada a Assembleia com a lavratura da presente Ata, que após lida foi aprovada por unanimidade dos presentes que assinaram em lista própria.



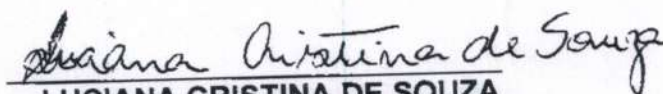
EMANUELLE TOMITÃO

Advogada ad hoc
OAB/PR 32921



ZENOBIO ARAUJO GALDINO

Presidente
CPF: 967.985.804-91



LUCIANA CRISTINA DE SOUZA

Secretária
CPF: 052.662.229-64

**Registro Civil das
Pessoas Jurídicas**

EM BRANCO

AV. XV DE NOVENBRO, 331
MARINGÁ - PARANÁ



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS - MARINGÁ - PR

Hélio Baccardi de Oliveira - Agente Delegado
Av. XV de Novembro, 331 (44) 3029-9453

CERTIDÃO

A presente fotocópia
confere com documento
arquivado em cartório
conforme anotações

MARINGÁ, 10/03/2023

Cybele T.B.M. de Oliveira
Esc. Autorizada

(§ 1º, ART. 19 LEI 6015/73)

Selo Digital-1308MqKqDXz3MwuaCzqz3n5t

Valide o Selo Digital em <http://www.funarpem.com.br>



MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 04 / VISTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

19/09
①

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

INSTITUTO UNIFAMMA, inscrito no CNPJ nº 09.054.507/0001-00, com sede e foro na cidade de Maringá-PR, na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 394, centro, CEP: 87.030.010, através de seu Presidente, **ZEMOBIO ARAUJO GALDINO**, brasileiro, Solteiro, assistente social, portador da cédula de identidade RG nº 1.562.585 SESP/RN e inscrito no CPF/MF sob o nº 967.985.804-91, residente e domiciliado nesta cidade a Rua Marcilio Dias, 194, Vila Operaria, CEP: 87050-120, na cidade de Maringá/PR., CONVOCA, através do presente edital, todos os membros deste Instituto, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 17 de Outubro de 2022, às 09:00 horas, em 1ª chamada e em 2ª chamada às 09 horas e 30 minutos com a seguinte ordem do dia:

- 1. ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL DO INSTITUTO;**
- 2. ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO;**
- 3. INCLUSÃO DE NOVAS FINALIDADES E OBJETIVOS;**
- 4. CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL.**

Maringá, 30 de setembro de 2022.

Zenobio Araujo Galdino
ZENOBIO ARAUJO GALDINO
Presidente

RELATÓRIO DE ASSOCIADOS ELEITOS PARA ATUALIZAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DO "INSTITUTO UNIFAMMA"
Avenida: Bento Munhoz da Rocha Netto, 394 Centro CEP: 87030-010 - Maringá- Pr. CNPJ Nº 09.054.507/0001-00 com o mandato de:
02 de agosto de 2021 a 30 de abril de 2025.

ANEXO
19
8018

NOME	CARGO	NAC.	PROFISSÃO	RG	CPF	ESTADO CIVIL	ENDEREÇO	CIDADE
ZENÓBIO ARAUJO GALDINO	PRESIDENTE	Brasileiro	Assistente Social	1.562585	96798580491	Solteiro	R-Guararapes, 356 B Vila Operaria.	Maringá-PR
ELENICE CAMPANA	VICE-PRESIDENTE	Brasileira	Fisioterapeuta	6095430-5	03792342979	Divorciada	Rua. Nilo Peçanha, 12 zona 4	Maringá-PR
CAROLINE CHRISTINE CRISTOVAM	TESOUREIRO	Brasileira	Analista Financeira	107320768	09121797919	Divorciada	R. 01, 85, Ouro Verde	Sarandi -PR
LUCIANA CRISTINA DE SOUZA	SECRETÁRIA	Brasileira	Bióloga	93509854	05266222964	Divorciada	R. Cuiabá, 2811 apt.304 bloco b. Jardim Real II	Sarandi -PR
VALDIR BEZERRA MATARA	CONSELHO FISCAL. TITULAR 1	Brasileiro	Administrador	17.468183-5	082140288-92	Casado	R. Leinibg, 110, Vila Regina	Maringá-pr
ALEXANDRE LOURENÇO	CONSELHO FICAL Titular 2	Brasileiro	Consultor de Polos	10693248-4	07902046906	Casado	R.JoiséBertão, 365.Parque industrial	Marialva-PR
GIVAGO DIAS MENDONÇA	SUPLENTE	Brasileiro	Professor	7801628-0	040747749-76	Solteiro	R. Campos Sales, 575 Zona.7	Maringá

Zenobio Araujo Galdino

ZENOBIO ARAUJO GALDINO

Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

GABINETE DO PREFEITO

Para: Departamento de Licitações

Assunto: Autorização para realização de DISPENSA.

Prezado (a) Senhor (a):

Considerando as informações e os pareceres exarados pelos departamentos de Contabilidade e Procuradoria Jurídica, **AUTORIZO a realização de dispensa para Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes.**

Inajá – PR, 10 de abril de 2023.

Cordialmente,


Cléber Geraldo da Silva
PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Em 10 de abril de 2023.

A Excelentíssima Sra.,
ZEILLE MARIA DE OLIVEIRA
PROCURADORA JURÍDICA DESTE MUNICÍPIO

Encaminho a Vossa Excelência, processo para:

- Contratação de empresa especializada no ramo Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas, atendendo à solicitação do Departamento Municipal de Administração.
- Solicito Parecer Jurídico com análise e atendimento a demanda.

Atenciosamente,

Renato Rafael Diogo Do Valle
Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 100 / VISTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

PARECER JURÍDICO

Órgão Solicitante: Comissão Permanente de Licitação.

Órgão(s) Interessado(s): Comissão Permanente de Licitação

Chefe do Executivo

Assunto: Procedimento administrativo de contratação/aquisição.

EMENTA: Licitação. Dispensa Art. 24, XIII, Lei 8.666/93. Possibilidade. Observações.

I - RELATÓRIO

Trata-se, os autos sobre a contratação direta de **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de provas objetivos e discursivas, prova de títulos e prova prática, visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de nível fundamental, médio e superior, para atender as necessidades da Administração Municipal.

A autorização para a realização do concurso público foi exarada pelo senhor Prefeito. A justificativa baseia-se na necessidade de realização de concurso público para provimento de 86 vagas, em cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, bem como formação de cadastro de reserva para eventuais convocações dentro do prazo de validade do concurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

As despesas estão previstas na rubrica 05.01.2.501, elemento de despesa 3.3.90.39.00.00.00.00, fonte 1000, com saldo informado de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) segundo informação contábil, cumprido, portanto, o requisito orçamentário.

Vieram os autos para esta Procuradoria para a análise da contratação direta, com fundamento no art. 24, XIII da Lei n. 8.666/93.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

EXAME DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

O art. 37, inciso XXI da Constituição Federal estabelece:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)”

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Como se vê, a exigência de prévia licitação é requisito essencial, de índole constitucional, para a realização de contratos com a Administração. Com efeito, tal exigência se faz necessária para a efetiva realização dos princípios basilares que regem a Administração pública, elencados no art. 37, caput, da CF/88.

A esse respeito, colho esclarecedor excerto da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

“O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, de conteúdo conceptual extensível primacialmente aos procedimentos licitatórios, insculpiu o princípio da isonomia assecuratória da igualdade de tratamento entre todos os concorrentes, em sintonia



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

com o seu caput — obediência aos critérios da legalidade, impessoalidade e moralidade — e ao de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.” (MS 22.509, Rel. Min. Maurício Corrêa, DJ 04.12.1996)

No entanto, o próprio dispositivo constitucional admite a ocorrência de casos específicos, expressamente previstos pela legislação, em que há exceção à regra geral da prévia licitação como requisito à celebração de contratos com a Administração.

Tais exceções encontram-se nos arts. 24 e 25 da Lei 8.666/93, respectivamente, dispensa e inexigibilidade de licitação.

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO esclarece a distinção entre os dois institutos¹:

“A diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na dispensa, há possibilidade de competição que justifique a licitação; de modo que a lei faculta a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto, ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável”

No caso em exame, pretende-se a contratação direta do Instituto Social Univida - UNIFAMMA, mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, XIII da Lei 8.666/93, o qual dispõe:

“Art. 24. É dispensável a licitação: (...) XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;”

Deste modo, não se vislumbra, ao menos a esse momento processual, impedimento para que o Município prossiga na contratação de entidade visando a realização de concursos públicos com fundamento no art. 24, XIII, da Lei n. 8.666/93, desde que atendidos os requisitos legais específicos do dispositivo.

¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo, 13ª Ed., São Paulo: Atlas, 2001, p. 302



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

De qualquer forma, cumpre observar a recomendação do TCU, no sentido de que se “observe o caráter de excepcionalidade e os requisitos estritos da norma contida no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, tomando como regra a realização do procedimento licitatório” (Acórdão 188/2009 – Plenário).

Oportuno trazer a lume uma síntese do entendimento de JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR² quanto ao tema:

“Infere-se que longo e sinuoso tem sido o caminho do amadurecimento hermenêutico do inciso XIII do art. 24 da Lei Geral de Licitações. Hoje, seria possível extrair-se do decisório do TCU que são requisitos de validade da contratação direta nele amparável, em síntese esquemática: (a) a pessoa jurídica a ser contratada atender à qualificação expressa no texto legal (o estatuto ou regimento interno fazê-la dedicada ao ensino, à pesquisa ou ao desenvolvimento institucional); (b) o objeto do contrato corresponder a uma dessas especialidades; (c) o caráter intuito personae do contrato, a impor, que a execução das obrigações seja feita pela própria entidade, vedadas, em princípio, a subcontratação e a terceirização; (d) a expressão ‘desenvolvimento institucional’ compreender bem ou atividade sob a tutela da Constituição, conferindo à dispensa nota de excepcionalidade, com a qual não se compadecem serviços corriqueiramente encontrados no mercado”

O Tribunal de Contas da União produziu duas súmulas quanto aos requisitos para as contratações diretas com base no art. 24, XIII da Lei 8.666/93, sendo uma genérica e outra especificamente para a hipótese de contratação de serviço de promoção e realização de concurso público:

Súmula TCU 250: “A contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.”

Súmula TCU 287: “É lícita a contratação de serviço de promoção de concurso público por meio de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, desde que sejam observados todos os requisitos previstos no

² PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres, Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 6ª Ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 284



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

referido dispositivo e demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser contratada, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.”

Além da pertinência entre as finalidades institucionais e o objeto da contratação, prestigiada parcela da doutrina pátria, dentre os quais menciono MARÇAL JUSTEN FILHO³, entende que:

“somente podem ser abrigadas no permissivo do inc. XIII contratações cujo objeto se enquadre no conceito de pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional ou recuperação social de presos”.

O Tribunal de Contas da União, acolhendo o entendimento doutrinário que tem por necessária a pertinência absoluta entre o objeto da contratação e as finalidades institucionais elencadas de forma expressa na norma, fixou o entendimento de que é juridicamente viável a contratação direta de instituição para a realização de concursos públicos com fundamento no art. 24, XIII da Lei 8.666/93, desde que preenchidos todos os requisitos constantes no citado dispositivo e esteja demonstrado, com critérios objetivos, no seu plano estratégico ou em instrumento congênere, a essencialidade do preenchimento do cargo objeto do concurso público para o seu desenvolvimento institucional (TC-011.348/2002-5, Acórdão nº 569/2005 - TCU).

Em outras palavras, reconheceu o TCU que a contratação de instituição para a realização de concursos públicos pode, em determinadas hipóteses, inserir-se no conceito de **desenvolvimento institucional** mencionado na norma permissiva.

Transcrevo, pois, elucidativo trecho do voto do Ministro-Revisor, Min. Marcos Bemquerer Costa, voto condutor do mencionado julgado:

“(…)

4. A tese do eminente Relator centra-se, no essencial, no entendimento de que a contratação direta para a promoção de concurso público, com base no art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, no presente caso, não consistiria em atividade de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional nem guardaria relação com os fins estatutários da contratada. O dispositivo legal mencionado tem o seguinte teor:

³ JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratos, 10. ed., São Paulo: Dialética, 2004, p. 254



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telef. (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

‘Art. 24. É dispensável a licitação: (...)’

XIII – na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;’

5. Não há dúvidas de que licitar é regra com sede constitucional (art. 37, inciso XXI, CF) e volta-se a assegurar os princípios da isonomia, da moralidade e da impessoalidade, sempre com vista a garantir a prevalência do interesse público inerente aos negócios e gestões conduzidos pela Administração Pública.

6. Nesse mesmo intuito – o de perseguir o interesse público –, a Lei de Licitações e Contratos ressalva casos especificados que afastam a imperatividade do dever de licitar, permitindo, então, a contratação direta, mediante os institutos da dispensa e inexigibilidade (arts. 17, incisos I e II, in fine, § 2º, 24 e 25 da Lei n. 8.666/1993).

7. Procurando delimitar a abrangência da norma contida no art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, sem contudo aniquilar os seus efeitos, este Tribunal, com a Decisão n. 830/1998 – Plenário, imprimiu ao referido dispositivo interpretação restritiva, no sentido de que somente será aplicável essa espécie de contratação direta aos casos em que haja nexo entre o referido dispositivo, a natureza da instituição e o objeto a ser contratado. Noutros termos: deve-se limitar as contratações com dispensa de licitação fundamentada nesse inciso aos casos em que, comprovadamente, houver nexo entre esse dispositivo, a natureza da instituição contratada e o objeto contratual, este necessariamente relativo a ensino, a pesquisa ou a desenvolvimento institucional (Decisão n. 30/2000 – Plenário).

8. Essa interpretação restritiva é bem-vinda, sobretudo nos casos em que o interesse público seja por meio dela resguardado. Note-se, em especial, que o objeto, no caso da deliberação mencionada (Decisão n. 830/1998 – Plenário), não diz respeito a serviços de seleção de pessoal mediante concurso público, mas a serviços de informática, cujas características não exigem a contratação direta.

9. Nesse mesmo sentido são as demais deliberações mencionadas no Relatório e Voto apresentados pelo Exmo. Ministro-Relator, cujas dispensas de licitações realizadas com base no art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 tratam, na sua maioria, da contratação de serviços de informática e de consultoria organizacional (Decisões Plenárias n. 830/1998; 346/1999; 30/2000; 252/1999; 1.101/2002; 1.232/2002; 955/2002; Decisão n. 145/2002; e Acórdão n. 427/2002 – Plenário).

10. Nesses exemplos, constata-se que a interpretação restritiva prestigia o interesse público, permitindo à Administração, mediante a materialização dos princípios da impessoalidade, moralidade e isonomia, escolher, efetivamente, a proposta mais vantajosa e ao mesmo tempo impedir pretensa legitimação da contratação direta, com base no multicitado art. 24, inciso XIII, pois, para tais casos, não se deve ampliar desmesuradamente o termo ‘desenvolvimento institucional’ a ponto de abrigar todo e qualquer tipo de objeto a ser contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

11. Contudo, destaco que nos mencionados Relatório e Voto também foram citadas deliberações nas quais esta Corte de Contas tratou de dispensa de licitação – fulcrada, de igual modo, no art. 24, inciso XIII –, voltada especificamente para a contratação de entidades visando à promoção de concurso público (Decisão n. 470/1993–Plenário; Acórdãos n. 105/1998 e 710/1994–Plenário; Decisão 282/1994 – Plenário), e nelas não se verifica a imposição de interpretação restritiva a ponto de considerar inaplicável o dispositivo para a contratação direta de fundações para realização de seleção de pessoal via concurso.

12. Ao contrário, defendeu este Tribunal, especificamente no caso de concurso público, a aplicabilidade do art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993. Eis alguns trechos dessas deliberações: ‘a) conhecer da presente Solicitação para responder ao eminente interessado que a contratação sem licitação da Fundação CESGRANRIO, pelo Ministério da Justiça, para executar concurso público para os cargos de patrulheiro rodoviário criados pela Lei n. 8.702/1993 encontra amparo no inciso XIII do art. 24 da Lei n. 8.666/93, não existindo, na referida dispensa do certame licitatório, indícios de irregularidades que motivem a atuação desta Corte’ (Decisão n. 470/1993–Plenário) ‘b) determinar, nos termos do disposto no art. 18 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 80, inciso V, do RI/TCU, ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Eleitoral de Mato Grosso – TRE/MT que adote as seguintes providências: (...)

b11) realizar o competente processo licitatório ou contratar instituição nacional sem fins lucrativos nos termos do art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, notadamente nos casos de prestação de serviços para a realização de concurso público para provimento de cargo, conforme entendimento firmado pela Decisão n. 282/1994 – TCU – Plenário [Sigilosa], reiterada pela Decisão n. 710/1994 – TCU – Plenário;’ (Acórdão n. 105/1998–Plenário) ‘8.3 – orientar o TRT da 21ª Região para proceder à competente licitação ou contratar instituição nacional sem fins lucrativos, nos termos do inciso XIII do artigo 24 da Lei n. 8.666/93’ (Decisão n. 710/1994–Plenário, trecho do respectivo Relatório relativo à Decisão n. 282/1994–Plenária–Sigilosa.)

13. Assim, em termos de contratação direta visando à promoção de concurso público para provimento de cargos, não vislumbro, com base na mencionada jurisprudência desta Casa, haver entendimento firmado acerca da inaplicabilidade do art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993. A bem da verdade, observo que a compreensão abrange dois caminhos a percorrer; um que aponta a possibilidade de licitação para contratação de instituição apta a promover concurso público e outro que indica a contratação direta, em especial porque, nesse caso, há um relevante interesse público subjacente que justifica a dispensa de licitação: assegurar a moralidade, a segurança, o sigilo e a credibilidade do concurso público, bem como a isonomia na acessibilidade aos cargos públicos, prestigiando a excelência da qualidade do certame na seleção de recursos humanos para a Administração Pública. Os riscos de eventual comprometimento do certame devem ser minimizados ao máximo, seja mediante a realização de licitação ou de contratação direta, sob pena de se frustrar a acessibilidade de forma isonômica aos cargos públicos e o próprio desenvolvimento institucional da contratante, questão que tratarei adiante. III



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

14. Para legitimar a dispensa da licitação, com base no art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, é preciso apontar a correlação entre o objeto licitado e as atividades de pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional a que se refere o dispositivo em questão.

15. No caso específico do 'desenvolvimento institucional', Jorge Ulisses Jacoby Fernandes anota que de todas as expressões utilizadas no inciso pelo legislador, essa foi a mais ampla. Prossegue, anotando que 'se a doutrina se debate, até agora, por açambarcar e analisar as acepções da palavra instituição, a rigor, 'desenvolvimento institucional' compreenderia crescimento, progresso, de qualquer coisa em que possa estar compreendido o termo instituição.' (FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby, Contratação Direta Sem Licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. 5 ed. Brasília Jurídica, 2000, p. 417).

16. Nessa acepção tão ampla, qualquer ato que promovesse o aperfeiçoamento das organizações poderia receber o abrigo da expressão desenvolvimento institucional, de forma a justificar a dispensa da licitação, o que seria inconstitucional, ante a violação do art. 37, inciso XXI, da Carta Maior.

17. Dessa forma, entendo que é o interesse público que vai permitir ter-se a exata dimensão da expressão do termo em comento, a cada caso concreto, a fim de compatibilizá-lo às normas de licitação, sem alargá-lo tanto, a ponto de impedir o cumprimento do citado princípio constitucional da licitação, nem restringi-lo demasiadamente ao limite de tornar letra morta a norma expressa no art. 24, XIII, da Lei n. 8.666/1993. É necessário haver equilíbrio entre a regra de licitar e a exceção da dispensa de licitar, tudo de acordo com o interesse público que emerge do caso concreto.

18. De modo geral, as atividades relacionadas à promoção de concurso público têm pertinência com o desenvolvimento institucional da contratante. Essa afirmação apoia-se no entendimento de que a política de recursos humanos da Administração Pública inicia-se com a seleção, mediante concurso público, de pessoal para provimento dos seus cargos vagos. E o desenvolvimento institucional da Administração depende, dentre outros fatores, da qualificação do pessoal selecionado, que deve atender, desde o princípio, às necessidades da Administração contratante. Portanto, não há como dissociar o desenvolvimento institucional do objeto realização de concurso público.

19. A eficiência na Administração Pública, princípio constitucional a ser perseguido de forma constante, passa necessariamente pela seleção de pessoal que integrará os quadros dos órgãos e entidades da Administração Pública. Todos os demais programas, ações, projetos e atividades voltados para resultado institucional têm que levar em conta os recursos humanos de que dispõe a Administração Pública. Daí a correlação do objeto contratado — promoção de concurso público — com o desenvolvimento institucional, porquanto este depende diretamente de um processo seletivo com excelência de qualidade.

20. Nesse contexto, vale lembrar que os últimos concursos públicos, inclusive o deste ano, para provimento dos cargos de Analista de Controle Externo da Carreira de



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

E-mail pminaja@uol.com.br

Especialista do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, para não mencionar exemplos de outros órgãos, têm sido realizados mediante a contratação direta da Fundação Universidade Brasília – FUB, por meio do seu Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE, e da Escola de Administração Fazendária – ESAF com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, porquanto, segundo os pareceres emitidos pela Consultoria Jurídica deste TCU para cada contratação direta, os requisitos constantes do citado dispositivo legal foram observados, restando demonstrada a correlação entre o objeto contratado e o desenvolvimento institucional deste Tribunal.

21. E de fato somos todas testemunhas de que a política institucional do TCU na seleção de pessoal, mediante concurso público promovido pela FUB ou ESAF, tem resultado na alta qualificação dos servidores desta Casa, os quais têm contribuído, juntamente com outras políticas internas voltadas nesse sentido, para permanente e crescente desenvolvimento institucional desta Casa.

22. Além da jurisprudência deste Tribunal, destaco que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao julgar a Apelação Cível em sede de Ação Popular, entendeu não haver ilegalidade na contratação direta de fundação de apoio para realização de concurso público, consoante pode-se observar na seguinte ementa inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 não suporta toda e qualquer contratação direta de instituição para realização de concurso público, mas apenas de instituições que atendam aos requisitos constantes do próprio texto legal, ou seja: ser brasileira, não ter fins lucrativos, apresentar inquestionável reputação ético-profissional, ter como objetivo estatutário-regimental a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional. Além disso, a instituição deve deter reputação ético-profissional na estrita área para a qual está sendo contratada (Decisão 908/1999 – TCU – Plenário) e o objeto contratado deve guardar correlação com o ensino, pesquisa ou o desenvolvimento institucional.

25. No caso específico de concurso público, para traçar a correlação do objeto contratado com o desenvolvimento institucional, a administração pública contratante deve demonstrar de forma inequívoca a essencialidade do preenchimento dos cargos para o seu desenvolvimento institucional. Nesse sentido, há de constar do próprio plano estratégico, ou de instrumento congênere, da administração pública contratante essa demonstração que deve ser estipulada com base em critérios objetivos capazes de revelar a contribuição direta das atividades inerentes aos cargos objetos do concurso público que se pretende realizar no desenvolvimento da organização.

26. Dessa forma, o ato de dispensa da licitação estaria vinculado à essencialidade do cargo ou das respectivas atividades para o desenvolvimento institucional, noutras palavras, se não restar demonstrada essa conexão entre essencialidade e desenvolvimento institucional no plano estratégico ou instrumento congênere da administração contratante como indispensável ao atingimento dos objetivos institucionais da organização, então a dispensa de licitação não tem base legal no inciso XIII do art. 24. Portanto, não se enquadrando o cargo objeto do concurso público nessa moldura, a administração contratante deve promover licitação, deixando de aplicar a norma do art. 24, inciso XIII, haja vista não restar demonstrada a correlação do objeto contratado – concurso público para



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefex (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

preenchimento de determinado cargo – com o desenvolvimento institucional da contratante.

27. Demais, importa anotar que a inserção dessas especificações sobre a essencialidade dos cargos no citado plano estratégico permitirá a posterior atuação dos sistemas de controle existentes com vistas a verificar se a dispensa de licitação, fundamentada no multicitado art. 24, inciso XIII, é ou não legítima.

28. Para finalizar este tópico, pode-se, então, concluir, com base na jurisprudência mencionada (Decisão n. 470/1993–Plenário; Acórdãos n. 105/1998 e 710/1994–Plenário; Decisão 282/1994 – Plenário), que é possível terceirizar a realização de concurso público com e sem licitação (FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby, Contratação Direta Sem Licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. 5 ed. Brasília Jurídica, 2000, p. 416.): a licitação continua sendo a regra geral e a contratação direta, como norma de exceção, deve ser empregada somente quando houver o preenchimento dos requisitos do art. 24, inciso XIII, devendo a administração contratante deixar evidenciada também a correlação entre o objeto contratado e o seu desenvolvimento institucional. (...)” (grifei)

Como se vê, o interesse público a nortear a dispensa de licitação prende-se à essencialidade do cargo ou das respectivas atividades para o atingimento dos objetivos institucionais do Órgão contratante.

Em síntese, são esses os requisitos para justificar a contratação direta de pessoa jurídica para a realização de concurso público com fundamento no art. 24, XIII da Lei n. 8.666/93:

- (a) a pessoa jurídica a ser contratada deve atender à qualificação expressa no texto legal, ou seja, seu estatuto ou regimento interno deve apontar como finalidade institucional a dedicação ao ensino, à pesquisa ou ao desenvolvimento institucional;
- (b) tratar-se de pessoa jurídica sem fins lucrativos;
- (c) a instituição a ser contratada deve gozar de inquestionável reputação ético-profissional;
- (d) o objeto do contrato corresponder a uma dessas especialidades;
- (e) o contrato deve possuir caráter intuito personae, de sorte que a execução das obrigações seja feita pela própria entidade, vedadas, a princípio, a subcontratação e a terceirização;
- (f) a expressão “desenvolvimento institucional” deve compreender bem ou atividade sob a tutela da Constituição, conferindo à dispensa nota de excepcionalidade, não se destinando para a contratação de serviços corriqueiramente encontrados no mercado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

(g) deve estar demonstrada, no plano estratégico ou instrumento congênere da administração contratante, a essencialidade do preenchimento dos cargos para o desenvolvimento institucional, como medida indispensável ao atingimento dos objetivos institucionais da organização.

No que diz respeito à natureza dos serviços serem contratados, conforme Termo de Referência, consta do projeto básico que:

“(…) DO OBJETO – 1.1. Contratação de Instituição de Ensino sem fins lucrativos para prestação de serviços especializados de planejamento, organização e realização de Concurso Público de Provas Objetivas e Discursivas, Prova de Títulos e Prova Prática visando a seleção de candidatos para provimento de vagas em cargos de Nível Fundamental, Médio e Superior, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Inajá, com fornecimento completo de recursos materiais e humanos e a execução de todas as atividades envolvidas e correlatas.(…)”

Não se trata assim, de serviço corriqueiramente encontrado em mercado, mas de procedimento complexo, alusivo a todas as fases que objetivam à realização de concurso público destinado ao provimento de vagas para os cargos constantes no termo de referência.

No que diz respeito à demonstração, quer no plano estratégico ou em outro instrumento congênere da administração contratante, quanto à essencialidade do preenchimento dos cargos para o desenvolvimento institucional, como medida indispensável ao atingimento dos objetivos institucionais das Secretarias interessadas, esclareceu:

“(…) DA JUSTIFICATIVA – 2.1. A realização de concurso público para provimento de 86 vagas, em cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, bem como formação de cadastro de reserva para eventuais convocações dentro do prazo de validade do Concurso, tudo em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal, haja vista, as solicitações de contratação de pessoal e as justificativas apresentadas pelos Departamentos Municipais a Divisão de Recursos da Prefeitura Municipal. (…)”



Logo, o número de vagas do concurso, já autorizado pelo titular desta Pasta finda devidamente justificado pelos motivos acima, bem como fica demonstrado, também, a essencialidade de se preencher os cargos pleiteados.

Dessa forma, verifico se os autos se encontram devidamente instruídos: a) Projeto básico/termo de referência aprovado pela autoridade competente (art. 7º, §2º, I, Lei 8.666/93), contendo orçamento detalhado (art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93).

O projeto básico de atende ao exigido no art. 6º, IX da Lei 8.666/93. Não havendo ônus para a Administração na realização do concurso, eis que existe dotação orçamentaria suficiente para a despesa, e ainda, os autos estão instruídos com orçamentos e pesquisas de mercado de sites oficiais.

Habilitação jurídica (art. 28 da Lei 8.666/93): Foram juntados aos autos documentos que comprovam a habilitação jurídica da Instituição Univida -UNIFAMMA para contratar com a Administração.

Documentação relativa à regularidade fiscal (art. 29, Lei 8.666/93): As certidões alusivas à regularidade fiscal da entidade que se busca contratar não foram juntadas, assim, deverão ser acostadas ao procedimento, sob **pena de nulidade**.

Deve, assim, a Secretaria consulente, **providenciar a juntada de declarações aos autos, como forma de garantir a regularidade fiscal da instituição a ser contratada**.

Documentação relativa à Capacidade Técnica (art. 30, Lei 8.666/93): Constam do documento atestados de capacidade técnica quanto à realização pretérita de objetos assemelhados ao que ora se pretende contratar.

Documentação relativa à qualificação econômico-financeira (art. 31, Lei 8.666/93): foram apresentadas as certidões e declarações quanto à qualificação econômico-financeira.

Julgo oportuno asseverar que a verificação quanto à regularidade dos documentos apresentados, bem como a avaliação de que seu teor se mostra idôneo para o preenchimento dos requisitos de habilitação para a prestação dos serviços demandados, por envolver matéria técnica alheia à seara jurídica, são atividades de competência exclusiva da Secretaria consulente.

III- CONCLUSÃO

Ante a todo o exposto, opina-se pela possibilidade jurídica da contratação direta, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO** da INSTITUIÇÃO SOCIAL UNIVIDA – UNIFAMMA,



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ**

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000
E-mail pminaja@uol.com.br

CNPJ nº 09.054.507/0001-00, para realização de Concurso Público da Prefeitura Municipal de Inajá, com fulcro no artigo 24, inciso XIII, da Lei de Licitações.

Esse é, s.m.j., o parecer que submeto à análise superior para deliberação.

Inajá-PR, 24 de abril de 2023.

**ZEILLE MARIA
DE OLIVEIRA**

**Zeille Maria de Oliveira
OAB/PR 71.894**

Assinado de forma digital por
ZEILLE MARIA DE OLIVEIRA
Dados: 2023.04.26 09:49:07
-03'00'

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-67
 AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
 C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) PREFEITO MUNICIPAL

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA A PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS JUNTO A ESTA MUNICIPALIDADE, COMPREENDENDO A ETAPA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Processo Adm. nº: 46/2023 **Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO
Forma Pgto. / Reajuste: CONFORME PROPOSTA COMERCIAL / NÃO HAVERÁ
Prazo Entrega/Exec.: IMEDIATO
Local de Entrega: MUNICÍPIO DE INAJÁ-PR - DIVERSOS
Urgência: IMEDIATA
Vigência: 12 MESES
Observações:

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
37	05.01.2.501.3.3.90.39.00.00.00.00	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINIS	3.3.90.39.79.00.00.00	75.000,00
Fonte de Recurso : 1000 - Recursos Ordinários (Livres)				
Total previsto:				75.000,00

ITENS:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	1,000	SERV	ELABORACAO, IMPRESSAO E APLICACAO DE PROVAS TEORICAS E PRATICAS - CONCURSO PUBLICO - ASSIM COMO OS DEMAIS ATOS PERTINENTES PARA A ORGANIZACAO E REALIZACAO DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, CONFORME OS CARGOS CITADOS NO TERMO DE REFERENCIA (09-01-0073)	71.250,0000	71.250,00
Total Geral ----->				71.250,0000	71.250,00


Inajá, 9 de Maio de 2023.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
 FLS. 119 / VISTO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

Inajá, 9 de Maio de 2023.



.....
Renato Do Valle
Divisão de Licitação e Compras
Prefeitura Municipal de Inajá - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) PREFEITO MUNICIPAL, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 46/2023, na modalidade de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços.

Inajá, 9 de Maio de 2023.


.....
CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do presente processo administrativo de licitação, assim identificado:

A - Processo Nr.: 46/2023
B - Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
C - Forma de Julgamento: MENOR PREÇO
D - Forma Pgto./ Reajuste: CONFORME PROPOSTA COMERCIAL / NAO HAVERA
E - Prazo Entrega/Exec.: IMEDIATO
- Local de Entrega: MUNICIPIO DE INAJA-PR
G - Urgência: IMEDIATA
H - Vigência: 12 MESES
I - Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA A PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS JUNTO A ESTA MUNICIPALIDADE, COMPREENDENDO A ETAPA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

J - Observações:

K - Convidados:

02 - Indicação de Recursos - Dotação Orçamentária:

1-PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
37 05.01.2.501.3.3.90.39.00.00.00.00 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTR	3.3.90.39.79.00.00.00	75.000,00
Fonte de Recurso : 1000 - Recursos Ordinários (Livres)		

Total Previsto : 75.000,00

Inajá, 9 de Maio de 2023.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 116 / VISTO

STADO DO PARANÁ
REFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 71.250,00

Processo / Ano:	49/2023	Processo Administrativo:	46/2023
Licitação.....:	29/2023 - DL		
Modalidade.....:	Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços		
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE ENSINO PARA A PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS JUNTO A ESTA MUNICIPALIDADE, COMPREENDENDO A ETAPA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	9010073	- APLICACAO DE PROVAS TEORICAS E PRATICAS - CONCURSO PUBLICO - Unidade: SERV	1,000	0,0000	71.250,0000	71.250,00	Venceu	1 *****

4891 INSTITUTO UNIFAMMA

Inajá, Em 12/05/2023

RENATO RAFAEL DIOGO DO VALLE - Presidente da Comissão

DIEGO RAFAEL FLORIPES DE SOUZA - VICE-PRESIDENTE

ALVARO CEZAR DE ASSIS - SECRETARIO

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 111 / VISTO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 29/2023 - DL

Processo Administrativo: 46/2023
Processo de Licitação: 49/2023
Data do Processo: 12/05/2023

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 49/2023
b) Licitação Nr.: 29/2023-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 12/05/2023
e) Data da Adjudicação: 12/05/2023 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA A PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS JUNTO A ESTA MUNICIPALIDADE, COMPREENDENDO A ETAPA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

INSTITUTO UNIFAMMA (4891)

- 1 ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS - CONCURSO PÚBLICO - ASSIM COMO OS DEMAIS ATOS PERTINENTES PARA A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, CONFORME OS CARGOS CITADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

(em Reais R\$)					
Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item	
SERV	1,00	0,0000	71.250,00	71.250,00	
Total do Fornecedor:				71.250,00	
Total Geral:				71.250,00	

Inajá, 12 de Maio de 2023.

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 118 / VISTO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

CNPJ: 76.970.318/0001-67
AVENIDA ANTONIO VEIGA MARTINS, 80
C.E.P.: 87670-000 - Inajá - PR

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nr.: 29/2023 - DL

Processo Administrativo:	46/2023
Processo de Licitação:	49/2023
Data do Processo:	12/05/2023

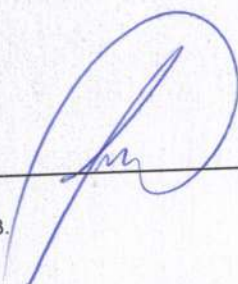
Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.501.3.3.90.39.00.00.00.00 (37)

Inajá, 12 de Maio de 2023.



MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 119 / VISTO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, CLEBER GERALDO DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 49/2023
b) Licitação Nr.: 29/2023-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 12/05/2023
e) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO PARA A PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS JUNTO A ESTA MUNICIPALIDADE, COMPREENDENDO A ETAPA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

INSTITUTO UNIFAMMA (4891)

1	ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS - CONCURSO PÚBLICO - ASSIM COMO OS DEMAIS ATOS PERTINENTES PARA A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, CONFORME OS CARGOS CITADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA	SERV	1,00	0,0000	71.250,00	71.250,00
---	--	------	------	--------	-----------	-----------

Total do Fornecedor: 71.250,00

Total Geral: 71.250,00

Inajá, 12 de Maio de 2023.


Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal
CPF: 037.233.919-07

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 110 / VISTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA 125/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

RECORRAR a partir de 05 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PPS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (Contrato temporário de trabalho - Regime CLT) de profissionais qualificados no âmbito do Poder Judiciário.

PROFESSORAS: CMEI ROSA PASTOR
CMEI ROSA PASTOR - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ELISABETE OLIVEIRA - MATRÍCULA 10634 - CPF: 03.030.201-74 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ROSMARI REICIANE DA SILVA PEREIRA - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP -

Registre-se, publicando-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 05 de maio de 2023, às 10h30 e 15h30.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA 125/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

RECORRAR a partir de 05 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PPS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (Contrato temporário de trabalho - Regime CLT) de profissionais qualificados no âmbito do Poder Judiciário.

PROFESSORAS: CMEI ROSA PASTOR
CMEI ROSA PASTOR - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ELISABETE OLIVEIRA - MATRÍCULA 10634 - CPF: 03.030.201-74 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ROSMARI REICIANE DA SILVA PEREIRA - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP -

Registre-se, publicando-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 05 de maio de 2023, às 10h30 e 15h30.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA 125/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

RECORRAR a partir de 05 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PPS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (Contrato temporário de trabalho - Regime CLT) de profissionais qualificados no âmbito do Poder Judiciário.

PROFESSORAS: CMEI ROSA PASTOR
CMEI ROSA PASTOR - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ELISABETE OLIVEIRA - MATRÍCULA 10634 - CPF: 03.030.201-74 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ROSMARI REICIANE DA SILVA PEREIRA - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP -

Registre-se, publicando-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 05 de maio de 2023, às 10h30 e 15h30.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA 125/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

RECORRAR a partir de 05 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PPS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (Contrato temporário de trabalho - Regime CLT) de profissionais qualificados no âmbito do Poder Judiciário.

PROFESSORAS: CMEI ROSA PASTOR
CMEI ROSA PASTOR - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ELISABETE OLIVEIRA - MATRÍCULA 10634 - CPF: 03.030.201-74 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ROSMARI REICIANE DA SILVA PEREIRA - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP -

Registre-se, publicando-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 05 de maio de 2023, às 10h30 e 15h30.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA 125/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

RECORRAR a partir de 05 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PPS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (Contrato temporário de trabalho - Regime CLT) de profissionais qualificados no âmbito do Poder Judiciário.

PROFESSORAS: CMEI ROSA PASTOR
CMEI ROSA PASTOR - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ELISABETE OLIVEIRA - MATRÍCULA 10634 - CPF: 03.030.201-74 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ROSMARI REICIANE DA SILVA PEREIRA - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP -

Registre-se, publicando-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 05 de maio de 2023, às 10h30 e 15h30.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA 125/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

RECORRAR a partir de 05 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PPS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (Contrato temporário de trabalho - Regime CLT) de profissionais qualificados no âmbito do Poder Judiciário.

PROFESSORAS: CMEI ROSA PASTOR
CMEI ROSA PASTOR - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ELISABETE OLIVEIRA - MATRÍCULA 10634 - CPF: 03.030.201-74 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ROSMARI REICIANE DA SILVA PEREIRA - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP -

Registre-se, publicando-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 05 de maio de 2023, às 10h30 e 15h30.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA 125/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

RECORRAR a partir de 05 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PPS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (Contrato temporário de trabalho - Regime CLT) de profissionais qualificados no âmbito do Poder Judiciário.

PROFESSORAS: CMEI ROSA PASTOR
CMEI ROSA PASTOR - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ELISABETE OLIVEIRA - MATRÍCULA 10634 - CPF: 03.030.201-74 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ROSMARI REICIANE DA SILVA PEREIRA - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP -

Registre-se, publicando-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 05 de maio de 2023, às 10h30 e 15h30.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA 125/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

RECORRAR a partir de 05 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PPS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (Contrato temporário de trabalho - Regime CLT) de profissionais qualificados no âmbito do Poder Judiciário.

PROFESSORAS: CMEI ROSA PASTOR
CMEI ROSA PASTOR - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ELISABETE OLIVEIRA - MATRÍCULA 10634 - CPF: 03.030.201-74 - RG: 4.406.482-8 DE AP - ROSMARI REICIANE DA SILVA PEREIRA - MATRÍCULA 10645 - CPF: 02.014.412-02 - RG: 4.406.482-8 DE AP -

Registre-se, publicando-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 05 de maio de 2023, às 10h30 e 15h30.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE INAJÁ - PR, E INSTITUTO UNIFAMA, NOS TERMOS DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023 de 15/05/2023.....

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, com endereço a Av. Antônio Veiga Martins, Nº 80/82, Centro, inscrita sob o CNPJ Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL, casado, portador do RG Nº 7.580.647-7-SSP/PR e CPF Nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITÓRIA, Nº 367, CENTRO, neste município.

CONTRATADA: INSTITUTO UNIFAMMA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 09.054.507/0001-00, situada na AV: BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO, Nº 394, BAIRRO: CENTRO -CEP- 87.030-010- MARINGÁ- PR, neste ato, representada pelo Sr. ZENOBIO ARAUJO GALDINO- RG - 1.562.585/RN - CPF -Nº -967.985.804-91-PRESIDENTE, doravante denominada contratada, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, em razão da Dispensa de Licitação, autuada sob o nº 029/2023, devidamente ratificada, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá **vigência de 12 meses**. Sendo que a contratada terá um **prazo de 120 dias** a contar da publicação do edital de abertura do concurso para executar o objeto do presente contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato administrativo poderá ser prorrogado com base em justificativa por escrito e após prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. (art.57, §2º da lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES: Pelo objeto referido na cláusula primeira o contratante pagará à contratada o valor de **R\$ 71.250,00** (setenta e um mil duzentos e cinquenta reais) até 400 (quatrocentos) candidatos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso haja um número excedente de candidatos será pago um valor para a contratada de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda a 400 (quatrocentos).

CLÁUSULA QUARTA CONDIÇÕES E PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- I – O prazo para lançamento do edital do concurso público será no máximo de 20 (vinte) dias a partir do envio de toda documentação relativa aos cargos em conformidade com legislações vigentes.
- II - Os serviços deverão ser prestados pela contratada, sendo que ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante às especificações, condições e obrigações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

III - Os serviços deverão ser prestados junto ao Chefe de Gabinete Municipal, que será a responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, com competência para rejeitá-los, no todo ou em parte, caso não estejam sendo executados de acordo com as condições contratuais e a qualidade mínima exigida.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado da seguinte forma mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pela administração:

- 1 - 50% em até 05 dias após a homologação das inscrições;
- 2- 25% em até 05 dias após aplicação da prova escrita objetiva;
- 3- 25% em até 05 dias após a homologação do resultado final.

§1º Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir da sua reapresentação.

§2º O pagamento onerará o Orçamento da Prefeitura para o Exercício de 2023 conforme dotação a seguir:

05.01.2.501 3.3.90.39.00.00.00.00 1000 R\$ 180.000,00

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE5.

O preço ora contratado não sofrerá reajuste durante o período de sua vigência, salvo disposição em contrário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

§ 1º - São obrigações da contratante:

- I - receber o objeto da licitação, através do setor competente e atestar a execução do objeto;
- II - efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos estipulados por este instrumento.
- III - As despesas referentes a publicações oficiais em jornais serão de responsabilidade do município.
- IV- Disponibilizará à contratada, local para aplicação das provas objetivas com capacidade mínima para atendimento ao número de inscritos homologados no certame, composto de carteiras em padrão adulto. O (s) local (is) deverá (ão) possuir ventilação adequada, ser (em) fornecido (s) devidamente limpo (s) e em quantidade de acordo com o ensalamento; O(s) local (is) de aplicação deverá(ão) ser informado (s) pela contratante à contratada, no máximo até a divulgação provisória do Edital de Deferimento das Inscrições, garantindo tempo hábil para a realização dos processos. Deverá a contratante realizar e se responsabilizar pela vistoria do (s) local (is) de aplicação, através de Termo de Vistoria com as informações solicitadas pela contratada. Disponibilizar à contratada, equipamentos/máquinas/veículos/espço físico conforme as demais fases do certame.

§2º São obrigações da contratada:

- I- Elaborar os Editais de abertura e seus anexos;
- II- Elaborar minuta dos Editais para publicação na imprensa;
- III- Formular Editais de divulgação e homologação das inscrições;
- IV - Formular listas de presença por sala;
- V- Elaborar e aplicar as provas escritas e práticas, garantindo o sigilo e segurança indispensáveis à lisura do concurso;
- VI - Instruir fiscais das provas escritas e práticas, garantindo, no mínimo, 1 (um) fiscal para cada 25 (vinte e cinco) candidatos.
- VII- Divulgar gabarito oficial de todas as provas;
- VIII- Elaborar Editais de divulgação do resultado das provas;
- XI- Emitir pareceres referentes a possíveis recursos administrativos;
- X- Formular Editais de homologação do resultado final dos concursos por ordem de classificação;
- XI- Demais atos relacionados aos concursos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

XII- Confecção dos cadernos de provas escritas conforme o número de candidatos inscritos;

XIII- Correção dos gabaritos.

XIV – Será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, isentando integralmente a contratante.

XV - Os serviços deverão ser concluídos no prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo considerado como concluído, a data de publicação da homologação do resultado final.

XVI- Deverá apresentar até o dia da realização de cada concurso/teste seletivo, a relação dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada prova com cópia do respectivo comprovante de titulação.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através de seus setor(es) competente(s), o(s) qual(is) poderá(ão), junto ao representante da contratada, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial à contratada, a qual submeter-se-á à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo Único Fica designado (a) o (a) servidor (a) **Debora Gomes de Souza**, Ocupante do cargo de Fiscal de Contrato Público, conforme Portaria Nº 001/2023, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto deste contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL: A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e restrito do contratante, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
- c) Subcontratação total do objeto deste contrato, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;
- d) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
- e) Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- f) Dissolução da sociedade da contratada;
- g) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudiquem a execução do contrato;
- h) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;

II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES: Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Inexecução parcial do ajuste: multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

II - Inexecução total do ajuste: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

Parágrafo único. As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE: Uma vez firmado, o extrato do presente contrato será publicado no jornal oficial do município “JORNAL O REGIONAL” em cumprimento ao disposto no artigo 61, § 1º, da lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ


Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: É parte integrante deste contrato, independente de transcrição, as condições estabelecidas na **Dispensa de Licitação nº 029/2023** e as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, a qual será aplicada aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Paranaity, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Inajá Pr, 15 de maio de 2023



MUNICÍPIO DE INAJÁ
CNPJ. 76.970.318/0001-67
Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal

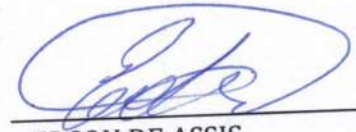
ZENOBIO ARAUJO
GALDINO:967985
80491

Assinado de forma digital
por ZENOBIO ARAUJO
GALDINO:96798580491
Dados: 2023.05.18
14:26:33 -03'00'

INSTITUTO UNIFAMMA
CNPJ. 09.054.507/0001-00
ZENOBIO ARAUJO GALDINO
CPF/MF nº 967.985.804-91

TESTEMUNHAS:


HELIO RODRIGUES DE JESUS
CPF -894.443.459-04


EDSON DE ASSIS
CPF -438.083.369-00



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE INAJÁ - PR, E INSTITUTO UNIFAMA, NOS TERMOS DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023 de 15/05/2023.....

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, com endereço a Av. Antônio Veiga Martins, Nº 80/82, Centro, inscrita sob o CNPJ Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL, casado, portador do RG Nº 7.580.647-7-SSP/PR e CPF Nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITÓRIA, Nº 367, CENTRO, neste município.

CONTRATADA: INSTITUTO UNIFAMMA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 09.054.507/0001-00, situada na AV: BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO, Nº 394, BAIRRO: CENTRO -CEP- 87.030-010- MARINGÁ- PR, neste ato, representada pelo Sr. ZENOBIO ARAUJO GALDINO- RG – 1.562.585/RN - CPF -Nº -967.985.804-91-PRESIDENTE, doravante denominada contratada, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, em razão da Dispensa de Licitação, autuada sob o nº 029/2023, devidamente ratificada, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá **vigência de 12 meses**. Sendo que a contratada terá um **prazo de 120 dias** a contar da publicação do edital de abertura do concurso para executar o objeto do presente contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato administrativo poderá ser prorrogado com base em justificativa por escrito e após prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. (art.57, §2º da lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES: Pelo objeto referido na cláusula primeira o contratante pagará à contratada o valor de **R\$ 71.250,00** (setenta e um mil duzentos e cinquenta reais) até 400 (quatrocentos) candidatos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso haja um número excedente de candidatos será pago um valor para a contratada de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda a 400 (quatrocentos).

CLÁUSULA QUARTA CONDIÇÕES E PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- I – O prazo para lançamento do edital do concurso público será no máximo de 20 (vinte) dias a partir do envio de toda documentação relativa aos cargos em conformidade com legislações vigentes.
- II - Os serviços deverão ser prestados pela contratada, sendo que ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante às especificações, condições e obrigações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

III - Os serviços deverão ser prestados junto ao Chefe de Gabinete Municipal, que será a responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, com competência para rejeitá-los, no todo ou em parte, caso não estejam sendo executados de acordo com as condições contratuais e a qualidade mínima exigida.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado da seguinte forma mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pela administração:

- 1 - 50% em até 05 dias após a homologação das inscrições;
- 2- 25% em até 05 dias após aplicação da prova escrita objetiva;
- 3- 25% em até 05 dias após a homologação do resultado final.

§1º Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir da sua reapresentação.

§2º O pagamento onerará o Orçamento da Prefeitura para o Exercício de 2023 conforme dotação a seguir:

05.01.2.501 3.3.90.39.00.00.00.00 1000 R\$ 180.000,00

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE5.

O preço ora contratado não sofrerá reajuste durante o período de sua vigência, salvo disposição em contrário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

§ 1º - São obrigações da contratante:

- I - receber o objeto da licitação, através do setor competente e atestar a execução do objeto;
- II - efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos estipulados por este instrumento.
- III - As despesas referentes a publicações oficiais em jornais serão de responsabilidade do município.
- IV- Disponibilizará à contratada, local para aplicação das provas objetivas com capacidade mínima para atendimento ao número de inscritos homologados no certame, composto de carteiras em padrão adulto. O (s) local (is) deverá (ão) possuir ventilação adequada, ser (em) fornecido (s) devidamente limpo (s) e em quantidade de acordo com o ensalamento; O(s) local (is) de aplicação deverá(ão) ser informado (s) pela contratante à contratada, no máximo até a divulgação provisória do Edital de Deferimento das Inscrições, garantindo tempo hábil para a realização dos processos. Deverá a contratante realizar e se responsabilizar pela vistoria do (s) local (is) de aplicação, através de Termo de Vistoria com as informações solicitadas pela contratada. Disponibilizar à contratada, equipamentos/máquinas/veículos/espaco físico conforme as demais fases do certame.

§2º São obrigações da contratada:

- I- Elaborar os Editais de abertura e seus anexos;
- II- Elaborar minuta dos Editais para publicação na imprensa;
- III- Formular Editais de divulgação e homologação das inscrições;
- IV - Formular listas de presença por sala;
- V- Elaborar e aplicar as provas escritas e práticas, garantindo o sigilo e segurança indispensáveis à lisura do concurso;
- VI - Instruir fiscais das provas escritas e práticas, garantindo, no mínimo, 1 (um) fiscal para cada 25 (vinte e cinco) candidatos.
- VII- Divulgar gabarito oficial de todas as provas;
- VIII- Elaborar Editais de divulgação do resultado das provas;
- XI- Emitir pareceres referentes a possíveis recursos administrativos;
- X- Formular Editais de homologação do resultado final dos concursos por ordem de classificação;
- XI- Demais atos relacionados aos concursos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

XII- Confecção dos cadernos de provas escritas conforme o número de candidatos inscritos;

XIII- Correção dos gabaritos.

XIV – Será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, isentando integralmente a contratante.

XV - Os serviços deverão ser concluídos no prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo considerado como concluído, a data de publicação da homologação do resultado final.

XVI- Deverá apresentar até o dia da realização de cada concurso/teste seletivo, a relação dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada prova com cópia do respectivo comprovante de titulação.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através de seus setor(es) competente(s), o(s) qual(is) poderá(ão), junto ao representante da contratada, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial à contratada, a qual submeter-se-á à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo Único Fica designado (a) o (a) servidor (a) **Debora Gomes de Souza**, Ocupante do cargo de Fiscal de Contrato Público, conforme Portaria Nº 001/2023, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto deste contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL: A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e restrito do contratante, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
- c) Subcontratação total do objeto deste contrato, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;
- d) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
- e) Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- f) Dissolução da sociedade da contratada;
- g) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudiquem a execução do contrato;
- h) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;

II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES: Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Inexecução parcial do ajuste: multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

II - Inexecução total do ajuste: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

Parágrafo único. As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE: Uma vez firmado, o extrato do presente contrato será publicado no jornal oficial do município “JORNAL O REGIONAL” em cumprimento ao disposto no artigo 61, § 1º, da lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ


Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 - CEP 87670-000 - CENTRO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: É parte integrante deste contrato, independente de transcrição, as condições estabelecidas na **Dispensa de Licitação nº 029/2023** e as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, a qual será aplicada aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Paranacity, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.


Inajá Pr, 15 de maio de 2023



MUNICÍPIO DE INAJÁ
CNPJ. 76.970.318/0001-67
Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal

ZENOBIO ARAUJO
GALDINO:967985
80491
Assinado de forma digital
por ZENOBIO ARAUJO
GALDINO:96798580491
Dados: 2023.05.18
14:26:33 -03'00'

INSTITUTO UNIFAMMA
CNPJ. 09.054.507/0001-00
ZENOBIO ARAUJO GALDINO
CPF/MF nº 967.985.804-91

TESTEMUNHAS:


HELIO RODRIGUES DE JESUS
CPF -894.443.459-04


EDSON DE ASSIS
CPF -438.083.369-00



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE INAJÁ - PR, E INSTITUTO UNIFAMA, NOS TERMOS DO PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023 de 15/05/2023.....

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, com endereço a Av. Antônio Veiga Martins, Nº 80/82, Centro, inscrita sob o CNPJ Nº 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL, casado, portador do RG Nº 7.580.647-7-SSP/PR e CPF Nº 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITÓRIA, Nº 367, CENTRO, neste município.

CONTRATADA: INSTITUTO UNIFAMMA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF Nº 09.054.507/0001-00, situada na AV: BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO, Nº 394, BAIRRO: CENTRO -CEP- 87.030-010- MARINGÁ- PR, neste ato, representada pelo Sr. ZENOBIO ARAUJO GALDINO- RG - 1.562.585/RN - CPF -Nº -967.985.804-91-PRESIDENTE, doravante denominada contratada, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 8.666/93, em razão da Dispensa de Licitação, autuada sob o nº 029/2023, devidamente ratificada, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá **vigência de 12 meses**. Sendo que a contratada terá um **prazo de 120 dias** a contar da publicação do edital de abertura do concurso para executar o objeto do presente contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contrato administrativo poderá ser prorrogado com base em justificativa por escrito e após prévia autorização da autoridade competente para celebrar o contrato. (art.57, §2º da lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES: Pelo objeto referido na cláusula primeira o contratante pagará à contratada o valor de **R\$ 71.250,00** (setenta e um mil duzentos e cinquenta reais) até 400 (quatrocentos) candidatos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso haja um número excedente de candidatos será pago um valor para a contratada de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda a 400 (quatrocentos).

CLÁUSULA QUARTA CONDIÇÕES E PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- I – O prazo para lançamento do edital do concurso público será no máximo de 20 (vinte) dias a partir do envio de toda documentação relativa aos cargos em conformidade com legislações vigentes.
- II - Os serviços deverão ser prestados pela contratada, sendo que ao contratado desta licitação cabe a total responsabilidade quanto ao correto atendimento, no tocante às especificações, condições e obrigações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

III - Os serviços deverão ser prestados junto ao Chefe de Gabinete Municipal, que será a responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, com competência para rejeitá-los, no todo ou em parte, caso não estejam sendo executados de acordo com as condições contratuais e a qualidade mínima exigida.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado da seguinte forma mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pela administração:

- 1 - 50% em até 05 dias após a homologação das inscrições;
- 2- 25% em até 05 dias após aplicação da prova escrita objetiva;
- 3- 25% em até 05 dias após a homologação do resultado final.

§1º Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir da sua reapresentação.

§2º O pagamento onerará o Orçamento da Prefeitura para o Exercício de 2023 conforme dotação a seguir:

05.01.2.501 3.3.90.39.00.00.00.00 1000 R\$ 180.000,00

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE5.

O preço ora contratado não sofrerá reajuste durante o período de sua vigência, salvo disposição em contrário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

§ 1º - São obrigações da contratante:

- I - receber o objeto da licitação, através do setor competente e atestar a execução do objeto;
- II - efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos estipulados por este instrumento.
- III - As despesas referentes a publicações oficiais em jornais serão de responsabilidade do município.
- IV- Disponibilizará à contratada, local para aplicação das provas objetivas com capacidade mínima para atendimento ao número de inscritos homologados no certame, composto de carteiras em padrão adulto. O (s) local (is) deverá (ão) possuir ventilação adequada, ser (em) fornecido (s) devidamente limpo (s) e em quantidade de acordo com o ensalamento; O(s) local (is) de aplicação deverá(ão) ser informado (s) pela contratante à contratada, no máximo até a divulgação provisória do Edital de Deferimento das Inscrições, garantindo tempo hábil para a realização dos processos. Deverá a contratante realizar e se responsabilizar pela vistoria do (s) local (is) de aplicação, através de Termo de Vistoria com as informações solicitadas pela contratada. Disponibilizar à contratada, equipamentos/máquinas/veículos/espaco físico conforme as demais fases do certame.

§2º São obrigações da contratada:

- I- Elaborar os Editais de abertura e seus anexos;
- II- Elaborar minuta dos Editais para publicação na imprensa;
- III- Formular Editais de divulgação e homologação das inscrições;
- IV - Formular listas de presença por sala;
- V- Elaborar e aplicar as provas escritas e práticas, garantindo o sigilo e segurança indispensáveis à lisura do concurso;
- VI - Instruir fiscais das provas escritas e práticas, garantindo, no mínimo, 1 (um) fiscal para cada 25 (vinte e cinco) candidatos.
- VII- Divulgar gabarito oficial de todas as provas;
- VIII- Elaborar Editais de divulgação do resultado das provas;
- XI- Emitir pareceres referentes a possíveis recursos administrativos;
- X- Formular Editais de homologação do resultado final dos concursos por ordem de classificação;
- XI- Demais atos relacionados aos concursos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

XII- Confecção dos cadernos de provas escritas conforme o número de candidatos inscritos;

XIII- Correção dos gabaritos.

XIV – Será responsável por todas as obrigações sociais de proteção aos seus profissionais, bem como todas as despesas necessárias para a execução dos serviços contratados, incluindo despesas com deslocamentos, estadia, alimentação, salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, isentando integralmente a contratante.

XV - Os serviços deverão ser concluídos no prazo de 120 (cento e vinte) dias, sendo considerado como concluído, a data de publicação da homologação do resultado final.

XVI- Deverá apresentar até o dia da realização de cada concurso/teste seletivo, a relação dos profissionais responsáveis pela elaboração de cada prova com cópia do respectivo comprovante de titulação.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através de seus setor(es) competente(s), o(s) qual(is) poderá(ão), junto ao representante da contratada, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial à contratada, a qual submeter-se-á à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo Único Fica designado (a) o (a) servidor (a) **Debora Gomes de Souza**, Ocupante do cargo de Fiscal de Contrato Público, conforme Portaria Nº 001/2023, para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto deste contrato, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL: A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e restrito do contratante, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
- b) Cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
- c) Subcontratação total do objeto deste contrato, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;
- d) Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
- e) Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- f) Dissolução da sociedade da contratada;
- g) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudiquem a execução do contrato;
- h) Ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;

II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência do contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES: Sem prejuízo do previsto no art. 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Inexecução parcial do ajuste: multa de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

II - Inexecução total do ajuste: multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

Parágrafo único. As multas legais e a prevista neste contrato não eximem a contratada, ainda, da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que venha a acarretar ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE: Uma vez firmado, o extrato do presente contrato será publicado no jornal oficial do município “JORNAL O REGIONAL” em cumprimento ao disposto no artigo 61, § 1º, da lei 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ


Estado do Paraná
CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: É parte integrante deste contrato, independente de transcrição, as condições estabelecidas na **Dispensa de Licitação nº 029/2023** e as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93, a qual será aplicada aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Paranaity, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.


Inajá Pr, 15 de maio de 2023



MUNICÍPIO DE INAJÁ
CNPJ. 76.970.318/0001-67
Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal

ZENOBIO ARAUJO
GALDINO:967985
80491
Assinado de forma digital
por ZENOBIO ARAUJO
GALDINO:96798580491
Dados: 2023.05.18
14:26:33 -03'00'

INSTITUTO UNIFAMMA
CNPJ. 09.054.507/0001-00
ZENOBIO ARAUJO GALDINO
CPF/MF nº 967.985.804-91

TESTEMUNHAS:


HELIO RODRIGUES DE JESUS
CPF -894.443.459-04


EDSON DE ASSIS
CPF -438.083.369-00



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – Telefax: (44) 3440-1221

Email: pminaja@uol.com.br

EXTRATO DO CONTRATO N.º 066/2023- PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 046/2023.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ, com endereço a Av. Antônio Veiga Martins, N.º 80/82, Centro, inscrita sob o CNPJ N.º 76.970.318/0001-67, pessoa jurídica de direito público interno, representada neste ato pelo Senhor CLEBER GERALDO DA SILVA – PREFEITO MUNICIPAL, casado, portador do RG N.º 7.580.647-7-SSP/PR e CPF N.º 037.233.919-07, residente e domiciliado na RUA VITORIA, N.º 367, CENTRO, neste município.

CONTRATADA: INSTITUTO UNIFAMMA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF N.º 09.054.507/0001-00, situada na AV: BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO, N.º 394, BAIRRO: CENTRO -CEP-87.030-010- MARINGÁ- PR, neste ato, representada pelo Sr. ZENOBIO ARAUJO GALDINO– RG – 1.562.585 -CPF -N.º -967.985.804-91-PRESIDENTE, doravante denominada contratada, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal n.º 8.666/93, em razão da Dispensa de Licitação, autuada sob o n.º 029/2023, devidamente ratificada, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO: Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas.

VALOR: O valor do contrato é de **R\$ 71.250,00** (setenta e um mil duzentos e cinquenta reais) até 400 (quatrocentos). As despesas com a execução do objeto deste Contrato correrão a conta:

05.01.2.501 3.3.90.39.00.00.00.00 1000 R\$ 180.000,00

PRAZO DE VIGÊNCIA: – O presente contrato terá **vigência de 12 meses**. Sendo que a contratada terá um **prazo de 120 dias** a contar da publicação do edital de abertura do concurso para executar o objeto do presente contrato.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 15 de maio de 2023.

FORO: Comarca de PARANACITY, Estado do Paraná.

Inajá Pr., 15 de maio de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO

Ao
SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE INAJÁ – PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2023.
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 029/2023.

Solicito a V.S.^a Presidente da Comissão de Licitação, que promova os procedimentos necessários para serviços discriminados abaixo.

OBJETO: Realização de Termo Aditivo para implementação do cargo de Engenheiro Civil, no quadro de opções do Concurso Público.

Justificativa: O aditivo se faz necessário, pois ao elaborarmos a lista de cargos para o concurso, de maneira errônea, o cargo de Engenheiro Civil não foi citado, e partindo da premissa de que há a real necessidade de tal profissional para o quadro de funcionários do município, estamos solicitando que seja corrigido o erro e acrescentado o cargo supra citado;

OBS: O VALOR DO SALÁRIO PREVISTO PARA O CARGO É DE R\$ 2.997,02 (DOIS MIL NOVECIENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E DOIS CENTAVOS), para atuar por 20 (VINTE) horas semanais.

Atenciosamente,


Alessandro Tadeu Diogo do Valle

- Diretor da Divisão de Recursos Humanos -



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.318/0001-67
juridico@inaja.pr.gov.br

Memorando nº. 01/2023 – Departamento de Recursos Humanos.

Inajá, 06 de junho de 2023.

Ao senhor
Alvaro Cezar de Assis
Diretor do Departamento de Licitação

Ref.: Inclusão do cargo de Engenheiro Civil ao Concurso Público a ser realizado.

Senhor Diretor,


Venho por meio deste informar que, por um lapso, deixou de constar na relação dos cargos para realização do concurso 001/2023 o cargo de Engenheiro Civil.

Verifica-se a necessidade de sua inclusão no edital do concurso, tendo em vista a vacância do cargo, pois o Município de Inajá não possui engenheiro Civil disponível no quadro dos servidores ativos a mais de 02 (dois) anos, sendo que durante todo esse período foram contratados temporariamente profissionais para suprir a necessidade imediata da administração pública até que saísse o concurso público.

Dessa forma, solicita a inclusão do cargo ao referido contrato junto a empresa que sagrou-se vencedora para realização do concurso público.

A descrição do cargo e seus requisitos estão previstos na Lei 1.260, de 10 de fevereiro de 2023 (páginas 67 e 68).

Sem mais para o momento, renovo os votos de estima e consideração.


Alessandro Tadeu Diogo do Valle
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 02 / VISTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.318/0001-67
juridico@inaja.pr.gov.br

Ofício nº. 021/2023.

Inajá, 06 de junho de 2023.

Ao senhor

Zenóbio Araújo Galdino

Presidente do INSTITUTO UNIFAMMA

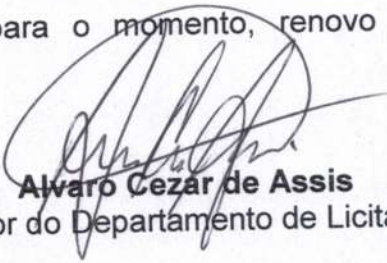
Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 394, centro, CEP 87.030-010,
MaringáPR.

Senhor Presidente

Venho por meio deste informar que tomamos conhecimento através do memorando 001/2023 emitido pelo Departamento de Recursos Humanos, que quando do levantamento dos cargos para compor a lista do concurso público, por, um lapso, deixaram de incluir o cargo de Engenheiro Civil na respectiva lista, sendo que o cargo fazia parte do planejamento para inclusão no concurso público.

Dessa forma, será necessário a realização da inclusão do cargo de Engenheiro Civil no presente contrato.

Sem mais para o momento, renovo os votos de estima e consideração.


Alvaro Cezar de Assis
Diretor do Departamento de Licitação

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 03 / VISTO

Of Solicitando inclusão de cargo (profissional) - Edital

Prefeitura Municipal Inajá <licitacao.pminaja@hotmail.com>

Ter, 06/06/2023 14:26

Para:concursos@institutounivida.org.br <concursos@institutounivida.org.br>

📎 1 anexos (809 KB)

Ofício Sol inclusão de cargo.pdf;

Boa tarde!

Segue documentos para análise e atendimento a demanda.

 Renato

Divisão de Licitação e Compras

Prefeitura Municipal Inajá-PR



Ofício nº 0606/2023

Maringá(PR), 06 de junho de 2023

Para a
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ - CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82
CEP 87670-000 Centro
Inajá - Paraná

ASSUNTO: Concurso Público para provimento de vagas – Aditivo contratual

Senhor Prefeito

1. Relativamente à inclusão de cargo de Engenheiro Civil ao certame público de que trata seu Ofício nº 021/2023, desta data, orientamos e esclarecemos que, para cumprimento de exigências legais, deve essa Prefeitura emitir Termo Aditivo ao contrato, para formalização.
2. Na oportunidade, informamos que a alteração contratual para a citada finalidade implicará o valor adicional de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) sobre o valor contratado, para inclusão no edital de abertura do certame e demais providências de nossa parte.

Atenciosamente,

ZENOBIO ARAUJO
GALDINO:96798580
491

Assinado de forma digital por
ZENOBIO ARAUJO
GALDINO:96798580491
Dados: 2023.06.07 09:51:01
+03'00'

INSTITUTO UNIFAMMA
CNPJ. 09.054.507/0001-00
ZENOBIO ARAUJO GALDINO
CPF/MF nº 967.985.804-91



Ofício nº 0606/2023

Maringá(PR), 06 de junho de 2023

Para a
PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ - CNPJ Nº 76.970.318/0001-67
Av. Antonio Veiga Martins, 80/82
CEP 87670-000 Centro
Inajá - Paraná

ASSUNTO: Concurso Público para provimento de vagas – Aditivo contratual

Senhor Prefeito

1. Relativamente à inclusão de cargo de Engenheiro Civil ao certame público de que trata seu Ofício nº 021/2023, desta data, orientamos e esclarecemos que, para cumprimento de exigências legais, deve essa Prefeitura emitir Termo Aditivo ao contrato, para formalização.
2. Na oportunidade, informamos que a alteração contratual para a citada finalidade implicará o valor adicional de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) sobre o valor contratado, para inclusão no edital de abertura do certame e demais providências de nossa parte.

Atenciosamente,

ZENOBIO ARAUJO
GALDINO:96798580
491



Assinado de forma digital por
ZENOBIO ARAUJO
GALDINO:96798580491
Dados: 2023.06.07 09:51:01
+03'00'

INSTITUTO UNIFAMMA
CNPJ. 09.054.507/0001-00
ZENOBIO ARAUJO GALDINO
CPF/MF nº 967.985.804-91

CONCURSO PÚBLICO - Aditivo Contratual

 Para Prefeitura Municipal Inajá em 2023-06-07 10:21

  Detalhes  Cabeçalhos

-  Orientacao - Aditivo Concurso.pdf (~596 KB) ▾
-  Memória do Edital - Concurso Inajá 2023.pdf (~142 KB) ▾

Senhor Prefeito:

1. Enviamos Ofício em anexo, com informações e nosso posicionamento para urgente emissão de Termo de Aditivo ao contrato, a partir de suas providências.
2. Na oportunidade, esclarecemos que estamos antecipando os devidos ajustamentos ao edital para o imediato encaminhamento, assinatura, publicação e demais providências de sua parte.
3. Pedimos a gentileza de confirmar o recebimento desta mensagem.

Prof NELSON GUERRA
Secretário Executivo



Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80 - TELEFAX: (44) 3440-1221 - CEP 87670-000

De: Departamento de Compras e Licitação

Para: Departamento de Finanças e Divisão de Contabilidade

Assunto:

Em virtude do recebimento da solicitação do Departamento de Administração, referente à **Inclusão de cargo de Engenheiro Civil ao certame público de que trata o Termo Aditivo ao contrato firmado com o Instituto Unifamma**, necessitamos da manifestação da existência de saldo orçamentário e financeiro.

Salientamos, que a previsão de gastos com a contratação ora pretendida será de aproximadamente R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com base em levantamentos preliminares realizados pelo Departamento solicitante.

Para tanto, solicito ao setor de Contabilidade para confirmação da existência de saldo orçamentário e, para o Departamento de Finanças sobre a existência do saldo financeiro para

Atenciosamente.


Alvaro Cezar de Assis
Comissão C.P.L.

Departamento de Finanças e Divisão de Contabilidade

Recebi a solicitação do Gabinete do Prefeito

em: 06/06/2023


Ana Paula de Oliveira

Contadora



Prefeitura do Município de Inajá

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001-67

Av. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80 - TELEFAX: (44) 3440-1221 - CEP 87670-000

De: Divisão de Contabilidade.

Para: Comissão de Licitação.

Referente: Informação de Recursos Orçamentários

De conformidade com a solicitação efetuada por este Departamento e nos termos do que preceitua a lei nº 8.666/93, tenho a informar que verificando os saldos da execução orçamentária do corrente exercício, constatamos que nesta data:

(X) existe,

() não existe,

Previsão de recursos orçamentários para **Inclusão de cargo de Engenheiro Civil ao certame público de que trata o Termo Aditivo ao contrato firmado com o Instituto Unifamma**, com um custo de aproximadamente R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nas seguintes dotações relacionadas abaixo e conforme relatório anexo.

Discriminar abaixo, os recursos que poderão ser utilizados para despesas, tais quais seus saldos orçamentários disponibilizados:

RECURSO FINANCEIRO	
UNIDADE ORÇAMENTARIA	05
FUNÇÃO PROGRAMATICA	02
PROJETO DE ATIVIDADE	2.501
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00.00.00.00
FONTE DE RECURSO	1000
SALDO ORÇAMENTARIO	R\$ 1.20.758,73

Inajá, 06 de junho de 2023.


Ana Paula de Oliveira

Contadora

Departamento de Licitação e Compras

Recebi da Divisão de Contabilidade

06/06/2023

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 119 / VISTO



Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 09.054.507/0001-00

Razão social: INSTITUTO UNIFAMMA

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
13/07/2023	13/07/2023 a 11/08/2023	2023071320332428913853
06/2023	24/06/2023 a 23/07/2023	2023062402582353311946
05/06/2023	05/06/2023 a 04/07/2023	2023060501573880388108
17/05/2023	17/05/2023 a 15/06/2023	2023051702370515635180
28/04/2023	28/04/2023 a 27/05/2023	2023042802193555423134
09/04/2023	09/04/2023 a 08/05/2023	2023040901512379787100
21/03/2023	21/03/2023 a 19/04/2023	2023032102251533837371
02/03/2023	02/03/2023 a 31/03/2023	2023030202352758076508
11/02/2023	11/02/2023 a 12/03/2023	2023021102190794537991
23/01/2023	23/01/2023 a 21/02/2023	2023012302110855928480
04/01/2023	04/01/2023 a 02/02/2023	2023010402140985119914
16/12/2022	16/12/2022 a 14/01/2023	2022121602354802056425
27/11/2022	27/11/2022 a 26/12/2022	2022112702032966652777
08/11/2022	08/11/2022 a 07/12/2022	2022110802424772820928
20/10/2022	20/10/2022 a 18/11/2022	2022102016353880015826
01/10/2022	01/10/2022 a 30/10/2022	2022100101184610920740
12/09/2022	12/09/2022 a 11/10/2022	2022091201055389160755
24/08/2022	24/08/2022 a 22/09/2022	2022082401174584269702
05/08/2022	05/08/2022 a 03/09/2022	2022080501382303159764
17/07/2022	17/07/2022 a 15/08/2022	2022071701031360454294
28/06/2022	28/06/2022 a 27/07/2022	2022062801202832844582
09/06/2022	09/06/2022 a 08/07/2022	2022060901131628534720
21/05/2022	21/05/2022 a 19/06/2022	2022052101163123129626
02/05/2022	02/05/2022 a 31/05/2022	2022050200545956006072
13/04/2022	13/04/2022 a 12/05/2022	2022041301391442563650
25/03/2022	25/03/2022 a 23/04/2022	2022032501165565625537
06/03/2022	06/03/2022 a 04/04/2022	2022030600570684524399
15/02/2022	15/02/2022 a 16/03/2022	2022021501221993758020
27/01/2022	27/01/2022 a 25/02/2022	2022012704131248167046
08/01/2022	08/01/2022 a 06/02/2022	2022010803554904447060
22/12/2021	22/12/2021 a 19/01/2022	202212220011550051150014

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Em 06 de junho de 2023.

A Excelentíssima Sra.,
ZEILLE MARIA DE OLIVEIRA
PROCURADORA JURÍDICA DESTE MUNICÍPIO

Encaminho a Vossa Excelência, solicitação da Divisão Municipal de Recursos Humanos para inclusão de serviço no Contrato N° 066/2023, referente ao processo licitatório N° 049/2023, do fornecedor INSTITUTO UNIFAMMA, atendendo as necessidades da administração, na contemplação a todos os cargos previstos para contratação de pessoal, não citado no momento de contratação.

Atenciosamente,



Renato Rafael Diogo Do Valle
Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Em 06 de junho de 2023.

A Excelentíssima Sra.,
ZEILLE MARIA DE OLIVEIRA
PROCURADORA JURÍDICA DESTE MUNICÍPIO

Encaminho a Vossa Excelência, solicitação da Divisão Municipal de Recursos Humanos para inclusão de serviço no Contrato N° 066/2023, referente ao processo licitatório N° 049/2023, do fornecedor INSTITUTO UNIFAMMA, atendendo as necessidades da administração, na contemplação a todos os cargos previstos para contratação de pessoal, não citado no momento de contratação.

Atenciosamente,



Renato Rafael Diogo Do Valle
Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL

MUNICÍPIO DE INAJÁ
FLS. 14 / VISTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO, PARA PROMOÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA DESENVOLVIMENTO DE TRABALHO JUNTO A ESTA MUNICIPALIDADE, COMPREENDENDO A ETAPA DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS. INTERESSADOS: PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E PREGOEIRO.

Trata-se de consulta encaminhada pela CPL, que requer análise acerca da regularidade jurídico-formal do 1º termo aditivo do Contrato Administrativo nº 066/2023, no qual contratou o INSTITUTO UNIFAMMA, CNPJ nº 09.054.507/0001-00, com vistas a atender às necessidades precípua da Administração.

O solicitante justifica a necessidade do aditivo de contrato, em virtude de que, quando do levantamento dos cargos para compor a lista do concurso público, por equívoco deixou de constar o cargo de engenheiro civil, no planejamento para inclusão do certame.

Quanto ao acréscimo do valor, representa um aumento no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), ou seja, valor abaixo do máximo permitido pela Lei de Licitações, percentual de 25%.

Verifica-se que o contrato administrativo firmado entre as partes em consonância com a Lei de Licitações prevê a possibilidade solicitada, vejamos:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

I - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Considerando a Lei de Licitações, que embasa o referido Contrato Administrativo, o aditivo quantitativo solicitado está previsto no art.65, inciso II, §1º, *in verbis*:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: II -por acordo das partes: d) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (...).

No caso em tela, verifica-se que o presente aditivo no valor de R\$ 6.000,00(seis mil reais) é inferior ao máximo de 25% permitido pela Legislação vigente, portanto, dentro do limite previsto no § 1º II do Art.65 da Lei nº 8.666/93.

Constata-se que a pretensão da Administração é tempestiva, vez que o aludido contrato encontra-se em vigor, tendo em vista que o seu vencimento ocorrerá em maio de 2024.

As despesas estão previstas na rubrica 05.01.2.501, elemento de despesa 3.3.90.39.00.00.00.00, fonte 1000, com saldo informado de R\$ 120.758,73 (cento e vinte mil, setecentos e cinquenta e oito mil e setenta e três centavos) cumprindo assim o requisito orçamentário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

No que se refere à regularidade fiscal da contratada, constam anexo aos autos os certificados de regularidade com o INSS, FGTS, bem como, a Certidão Negativa de Débitos Municipais, Federais e à Dívida Ativa da União, Dívida Ativa Estadual.

Sendo assim, opino pela possibilidade de realização do aditivo requerido, vez que, a situação concreta está devidamente justificada, nos termos do art. 65, II, de § 1º da Lei 8.666/93.

É o parecer sob censura.

Inajá/PR, 12 de junho de 2023.

**ZEILLE MARIA
DE OLIVEIRA**

Assinado de forma digital por
ZEILLE MARIA DE OLIVEIRA
Dados: 2023.06.12 10:33:30
-03'00'

Zeille Maria de Oliveira

OAB/PR 71.894

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001

AV. ANTONIO VEIGA MARTINS, 80 TELEFAX: (44) 3440-1221 - CEP: 87670-000

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO, Referente a Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INAJÁ E A PESSOA JURIDICA: INSTITUTO UNIFAMMA.

O Município de INAJÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida ANTÔNIO VEIGA MARTINS, Nº 80/82, inscrita no CNPJ Nº 76.970.318/0001-67, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL SR. CLEBER GERALDO DA SILVA, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG Nº 7.580.647-7SSP/PR e do CPF/MF Nº 037.233.919-07, Instituição de Ensino: INSTITUTO UNIFAMMA, **pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ- Nº 09.054.507/0001-00, situada na Avenida: Bento Munhoz da Rocha Netto, nº 394, Bairro: Centro, CEP 87.030-010 - MARINGÁ - PR., neste ato representada pelo Sr. ZENORBIO ARAUJO GALDINO, RG Nº 1.562.585/RN, CPF Nº 967.985.804-91, denominado, CONTRATADA, acordam e ajustam** firmar o presente Termo, nos termos da Lei Nº 8.666/93, e suas alterações, e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023 – PMI – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO

Nos termos do Art. 65, inciso II, parag. 1º, da Lei 8.666/93, as partes resolvem aditiva a inclusão de cargo de Engenheiro Civil, no valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, homologado em 12 de maio de 2023, do **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023 – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023**, passando a vigorar pelo mesmo período.

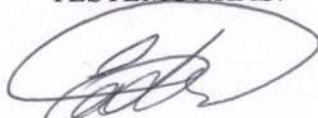
PARÁGRAFO ÚNICO – Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 15 de maio de 2023.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Inajá-PR, 12 de junho de 2023.

CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:


EDSON DE ASSIS

ZENORBIO ARAUJO
GALDINO:9679858049
1
Assinado de forma digital por
ZENORBIO ARAUJO
GALDINO:96798580491
Dados: 2023.06.12 14:43:44 -03'00'

ZENORBIO ARAUJO GALDINO
PRESIDENTE
CONTRATADA


HELIO RODRIGUES DE JESUS

MUNICIPIO DE INAJÁ
FLS. 151 / VISTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001

AV. ANTONIO VEIGA MARTINS, 80 TELEFAX: (44) 3440-1221 - CEP: 87670-000

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO, Referente a Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INAJÁ E A PESSOA JURIDICA: INSTITUTO UNIFAMMA.

O Município de INAJÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida ANTÔNIO VEIGA MARTINS, Nº 80/82, inscrita no CNPJ Nº 76.970.318/0001-67, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL SR. CLEBER GERALDO DA SILVA, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG Nº 7.580.647-7SSP/PR e do CPF/MF Nº 037.233.919-07, Instituição de Ensino: INSTITUTO UNIFAMMA, **pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ- Nº 09.054.507/0001-00, situada na Avenida: Bento Munhoz da Rocha Netto, nº 394, Bairro: Centro, CEP 87.030-010 - MARINGÁ - PR., neste ato representada pelo Sr. ZENORBIO ARAUJO GALDINO, RG Nº 1.562.585/RN, CPF Nº 967.985.804-91, denominado, CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo, nos termos da Lei Nº 8.666/93, e suas alterações, e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023 - PMI - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - ADITIVO

Nos termos do Art. 65, inciso II, parag. 1º, da Lei 8.666/93, as partes resolvem aditiva a inclusão de cargo de Engenheiro Civil, no valor de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, homologado em 12 de maio de 2023, do **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023 - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023**, passando a vigorar pelo mesmo período.

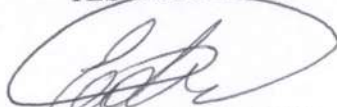
PARÁGRAFO ÚNICO - Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 15 de maio de 2023.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Inajá-PR, 12 de junho de 2023.

CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:


EDSON DE ASSIS

ZENORBIO ARAUJO
GALDINO:9679858049
1

Assinado de forma digital por
ZENORBIO ARAUJO
GALDINO:96798580491
Dados: 2023.06.12 14:43:44 -03'00'

ZENORBIO ARAUJO GALDINO
PRESIDENTE
CONTRATADA


HELIO RODRIGUES DE JESUS

MUNICIPIO DE INAJÁ
FLS 02 / VISTO

14-06.

MEMÓRIA DO EDITAL – CONCURSO (INAJÁ PR 2023)

Escola- ridade	Vagas	Tx ins- crição	CARGOS (item 13 do edital)	Questões Conhec Básico			Questões Conhec Específico	Total Prova Objet	Vr por quest Pr Obj	Nota máx Pr Obj	Tipo Prova (§ 12)	Observações
				Língua Portug	Mate- mática	Noções Inform						
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Assistente Social	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Educador Físico	05	-	-	20	25	2,4	60	O+D+Tit	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Enfermeiro	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Engenheiro Civil	-	05	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Nutricionista 20h	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Nutricionista 40h	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Farmacêutico	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01	100,00	Odontólogo	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Fisioterapeuta	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Psicólogo	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup	04 + CR	70,00	Professor	05	05	05	15	30	2,666	80	Obj+Tit	
Sup	01 + CR	70,00	Prof de Arte	05	05	05	15	30	2,666	80	Obj+Tit	
Sup	01	70,00	Prof de Educ Física	05	05	05	15	30	2,666	80	Obj+Tit	
Méd+Reg	01 + CR	70,00	Técnico Agrícola	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd+Reg	01 + CR	70,00	Téc em Enfermagem	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd+Reg	01	70,00	Téc em Higiene Dental	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd	01 + CR	70,00	Auxiliar Administrativo	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd	01 + CR	70,00	Atendente de Farmácia	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd	01 + CR	70,00	Ag Comb a Endemias	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd	01 + CR	70,00	Monitor de Artesanato	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Fund	04 + CR	50,00	Agente de Serv Gerais	10	10	-	-	20	5	100	Obj	
Fund	01 + CR	50,00	Eletricista	05	05	-	20	30	3,333	100	Ob+Prát	
Fund+CNH	02 + CR	50,00	Motorista	05	05	-	20	30	3,333	100	Ob+Prát	
Fund+CNH	01 + CR	50,00	Operador de Máquinas	05	05	-	20	30	3,333	100	Ob+Prát	
Fund+CNH	01 + CR	50,00	Tratorista	05	05	-	20	30	3,333	100	Ob+Prát	

MEMÓRIA DO EDITAL – CONCURSO (INAJÁ PR 2023)

Escola- ridade	Vagas	Tx ins- crição	CARGOS (item 13 do edital)	Questões Conhec Básico			Questões Conhec Específico	Total Prova Objet	Vr por quest Pr Obj	Nota máx Pr Obj	Tipos de Prova de Prova (§ 12)	Observações
				Língua Portug	Mate- mática	Noções Inform						
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Assistente Social	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Educador Físico	05	-	-	20	25	2,4	60	O+D+Tít	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Enfermeiro	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Engenheiro Civil	-	05	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Nutricionista 20h	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Nutricionista 40h	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Farmacêutico	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01	100,00	Odontólogo	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Fisioterapeuta	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup+Reg	01 + CR	100,00	Psicólogo	05	-	-	20	25	3,2	80	Obj+D	
Sup	04 + CR	70,00	Professor	05	05	05	15	30	2,666	80	Obj+Tít	
Sup	01 + CR	70,00	Prof de Arte	05	05	05	15	30	2,666	80	Obj+Tít	
Sup	01	70,00	Prof de Educ Física	05	05	05	15	30	2,666	80	Obj+Tít	
Méd+Reg	01 + CR	70,00	Técnico Agrícola	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd+Reg	01 + CR	70,00	Téc em Enfermagem	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd+Reg	01	70,00	Téc em Higiene Dental	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd	01 + CR	70,00	Auxiliar Administrativo	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd	01 + CR	70,00	Auxiliar de Farmácia	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd	01 + CR	70,00	Ag Comb a Endemias	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Méd	01 + CR	70,00	Instrutor de Artesanato	05	05	05	15	30	3,333	100	Obj	
Fund	04 + CR	50,00	Agente de Serv Gerais	10	10	-	-	20	5	100	Obj	
Fund	01 + CR	50,00	Eletricista	05	05	-	20	30	3,333	100	Ob+Prát	
Fund+CNH	02 + CR	50,00	Motorista	05	05	-	20	30	3,333	100	Ob+Prát	
Fund+CNH	01 + CR	50,00	Operador de Máquinas	05	05	-	20	30	3,333	100	Ob+Prát	
Fund+CNH	01 + CR	50,00	Tratorista	05	05	-	20	30	3,333	100	Ob+Prát	



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

DIVISÃO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS

Para: Departamento de Licitações.

Assunto: Autorização para aditivo de valor.

Prezado (a) Senhor (a):

Diante da necessidade superveniente desta Municipalidade em relação, à **Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas, da Dispensa de Licitação nº 029/2023, de proposta homologada em 15/05/2023.**


Contratados junto à empresa **INSTITUTO UNIFAMMA**, surgidas após a formalização de contrato nº **066/2023**, oriundo do processo **Dispensa de Licitação Nº 029/2023**, e constata-se que é necessário promover o aditivo de valor, pois conforme fora estipulado em Contrato - **PARÁGRAFO ÚNICO: Caso haja um número excedente de candidatos será pago um valor para a contratada de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda a 400 (quatrocentos).** - sendo assim, a quantidade de inscrições que ultrapassassem o limite previsto de **400 (quatrocentos) inscritos**, deveriam serem pagas à parte, sendo cada uma dessas com valor unitário de **R\$ 20,00 (vinte reais)**, que multiplicadas pela quantidade de inscritos além, sendo esses **483 (quatrocentas e oitenta e três)**, totalizam o montante de **R\$ 9.660,00 (nove mil, seiscentos e sessenta reais)**.

Portanto é de grande importância a efetivação de desse aditivo, tornando viável este termo de aditivo.

Assim sendo, pede-se manifestação a respeito da possibilidade de formalização do aditivo do **Contrato nº. 066/2023**.

Inajá-PR, 17 de outubro de 2023.

Cordialmente,


ALESSANDRO TADEU DIOGO DO VALLE
DIRETOR DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

A/C Divisão de Contabilidade,

Em 17 de outubro de 2023.

- Por ocasião do recebimento de solicitação proveniente da Divisão de Recursos Humanos, para o aditivo referente a Dispensa de Licitação nº 029/2023, de proposta homologada em 15/05/2023. Cujo objeto é: **Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas. Para fins de pagamento das inscrições que extrapolaram o limite das previamente previstas em Contrato, PARÁGRAFO ÚNICO: Caso haja um número excedente de candidatos será pago um valor para a contratada de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda a 400 (quatrocentos).** - sendo assim, a quantidade de inscrições que ultrapassassem o limite previsto de **400 (quatrocentos) inscritos**, deveriam serem pagas à parte, sendo cada uma dessas com valor unitário de **R\$ 20,00 (vinte reais)**, que multiplicadas pela quantidade de inscritos além, sendo esses **483 (quatrocentas e oitenta e três)**, totalizam o montante de **R\$ 9.660,00 (nove mil, seiscentos e sessenta reais)**.
- Solicito a divisão manifestação de existência de saldo orçamentário e financeiro para celebração do contrato e atendimento a demanda.

Atenciosamente,

Renato Rafael Diogo Do Valle
Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

A Divisão de Licitação e Compras,

Referente a informação sobre recursos orçamentários,

Em conformidade com a solicitação efetuada pela Divisão, informo que verificando os saldos da execução orçamentária do corrente exercício, constatamos que nesta data:

() existe,

() não existe,

- Por ocasião do recebimento de solicitação proveniente da Divisão de Recursos Humanos, para o aditivo referente a Dispensa de Licitação nº 029/2023, de proposta homologada em 15/05/2023. Cujo objeto é: **Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas. Para fins de pagamento das inscrições que extrapolaram o limite das previamente previstas em Contrato, PARÁGRAFO ÚNICO: Caso haja um número excedente de candidatos será pago um valor para a contratada de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda a 400 (quatrocentos).** - sendo assim, a quantidade de inscrições que ultrapassassem o limite previsto de **400 (quatrocentos) inscritos**, deveriam serem pagas à parte, sendo cada uma dessas com valor unitário de **R\$ 20,00 (vinte reais)**, que multiplicadas pela quantidade de inscritos além, sendo esses **483 (quatrocentas e oitenta e três)**, totalizam o montante de **R\$ 9.660,00 (nove mil, seiscentos e sessenta reais)**.

RECURSO FINANCEIRO	
UNIDADE ORÇAMENTARIA	05
FUNÇÃO PROGRAMATICA	01
PROJETO DE ATIVIDADE	20.501.
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00.00.00.00.
FONTE DE RECURSO	1000
SALDO ORÇAMENTARIO	R\$ 200.000,00

RECURSO FINANCEIRO	
UNIDADE ORÇAMENTARIA	
FUNÇÃO PROGRAMATICA	
PROJETO DE ATIVIDADE	
ELEMENTO DE DESPESA	
FONTE DE RECURSO	
SALDO ORÇAMENTARIO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

RECURSO FINANCEIRO	
UNIDADE ORÇAMENTARIA	
FUNÇÃO PROGRAMATICA	
PROJETO DE ATIVIDADE	
ELEMENTO DE DESPESA	
FONTE DE RECURSO	
SALDO ORÇAMENTARIO	

Em 17 de outubro de 2023.

Ana Paula de Oliveira
Contadora

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 09.054.507/0001-00
Razão Social: INSTITUTO UNIFAMMA
Endereço: AV MAUA 2854 / ZONA 01 / MARINGA / PR / 87013-160

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/11/2023 a 03/12/2023

Certificação Número: 2023110402413364738371

Informação obtida em 22/11/2023 11:18:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Chancela Fecgini
Parágrafo Único

Carteira 16



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INSTITUTO UNIFAMMA
CNPJ: 09.054.507/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:24:25 do dia 26/06/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/12/2023.

Código de controle da certidão: **147D.5321.71A1.BF17**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 032277117-39

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 09.054.507/0001-00

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 21/03/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.054.507/0001-00

Certidão nº: 66244452/2023

Expedição: 22/11/2023, às 11:20:39

Validade: 20/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.054.507/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa , s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871

Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

CERTIDÃO NEGATIVA



Número: 202307311502320808408

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.distribuidormaringa.com.br>

**** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT ****, Distribuidor e anexos da
Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o
Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, nos mesmos constatou a
INEXISTÊNCIA, de quaisquer pedidos de FALÊNCIA, CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL e
EXTRAJUDICIAL (Lei nº 11.101/2005) contra:

INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA

CNPJ: 09.054.507/0001-00

Observações:

Não Há.

*** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.

*** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).

*** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. ***

*** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R\$ 38,15 = 155 VRC - R\$ 0,76 = ISSQN 2% ***

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, segunda-feira, 31 de julho de 2023.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

AV. ANTÔNIO VEIGA MARTINS, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

Em 24 de novembro de 2023.

Ao Excelentíssimo Sr.,
DANILO RODRIGUES DE FIGUEIREDO
ASSESSOR JURÍDICO DESTA MUNICIPALIDADE

Encaminho a Vossa Excelência, processo para:

- Solicitação da Divisão de Recursos Humanos, para o aditivo referente a Dispensa de Licitação nº 029/2023, de proposta homologada em 15/05/2023. Cujo objeto é: Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas. Para fins de pagamento das inscrições que extrapolaram o limite das previamente previstas em Contrato, **PARÁGRAFO ÚNICO:** Caso haja um número excedente de candidatos será pago um valor para a contratada de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda a 400 (quatrocentos). - sendo assim, a quantidade de inscrições que ultrapassassem o limite previsto de 400 (quatrocentos) inscritos, deveriam serem pagas à parte, sendo cada uma dessas com valor unitário de R\$ 20,00 (vinte reais), que multiplicadas pela quantidade de inscritos além, sendo esses 483 (quatrocentas e oitenta e três), totalizam o montante de R\$ 9.660,00 (nove mil, seiscentos e sessenta reais).
- Solicito Parecer Jurídico com análise e atendimento a demanda.

Atenciosamente,

Renato Rafael Diogo Do Valle
Presidente da Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO


DO	GABINETE DO PREFEITO
PARA	RESPONSÁVEL PELO SETOR DE LICITAÇÕES

Inajá – PR, 27 de novembro de 2023.

Prezado (a) Senhor (a):

Considerando as informações e pareceres contidos no presente procedimento licitatórios, **AUTORIZO** aditivo referente a Dispensa de Licitação nº 029/2023, de proposta homologada em 15/05/2023. Cujo objeto é: Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas. Para fins de pagamento das inscrições que extrapolaram o limite das previamente previstas em Contrato, PARÁGRAFO ÚNICO: Caso haja um número excedente de candidatos será pago um valor para a contratada de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda a 400 (quatrocentos). - sendo assim, a quantidade de inscrições que ultrapassassem o limite previsto de 400 (quatrocentos) inscritos, deveriam serem pagas à parte, sendo cada uma dessas com valor unitário de R\$ 20,00 (vinte reais), que multiplicadas pela quantidade de inscritos além, sendo esses 483 (quatrocentas e oitenta e três), totalizam o montante de R\$ 9.660,00 (nove mil, seiscentos e sessenta reais).

Solicitação prévia, através da Divisão de Recursos Humanos, conforme a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.



CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.318/0001-67
juridico@inaja.pr.gov.br

PARECER JURÍDICO

Contrato administrativo nº. 066/2023

Interessado(a): Setor de Licitação

Assunto: Análise de pedido de aditivo do Contrato Administrativo nº 066/2023, referente ao Processo de Dispensa de Licitação nº. 029/2023.

PARECER JURÍDICO. PEDIDO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL. ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE JURÍDICA. ANÁLISE DOS REQUISITOS LEGAIS. ANÁLISE ADMINISTRATIVA SOBRE O DEFERIMENTO. COM OBSERVANCIA DAS CONDIÇÕES DE LEGALIDADE CONTIDAS NESTE PARECER.

I - RELATÓRIO.


Trata-se de solicitação de parecer jurídico sobre aditivo do contrato firmado entre o Município de Inajá/PR e INSTITUTO UNIFAMMA, sob o fundamento da necessidade de pagamento das inscrições que extrapolaram o limite previamente previsto em contrato nos termos do paragrafo único do artigo da Cláusula Terceira: *"caso haja um número excedente de candidatos será pago um valor para a contratada de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda a 400 (quatrocentos)"*.

A administração informou que houve um excedente de 483 inscrições, o que gerou um adicional de R\$ 9.660,00 (nove mil seiscentos e sessenta reais), acarretando modificação dos valores inicialmente pactuados.

Assim, o Departamento de Licitação solicitou a realização do aditivo.

Foi juntado aos autos o detalhamento do total de inscrições realizadas.

Oportunamente, a empresa interessada também acostou ao requerimento certidões negativas de débitos relativos aos tributos federais e estaduais, bem como as dividas ativas da União, Estado e Município. Além de certificado de regularidade quanto ao FGTS e débitos trabalhistas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.318/0001-67
juridico@inaja.pr.gov.br

Após recebimento dos pedidos formulados pelo Ilmo. Presidente da Comissão Permanente de Licitação vieram os autos a esta procuradoria.

II - FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente, cumpre ressaltar-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Destaca-se que o exame a ser realizado pelo presente possui extrema relevância e exige uma avaliação acurada da norma e dos fatos apresentados, pois inclusive os órgãos fiscalizadores do Poder Público possuem especial enfoque na análise sobre os fundamentos aplicados em alterações contratuais decorrentes de licitações, com o intuito de coibir a mácula aos princípios constitucionais do caput do artigo 37 da Carta Magna.

Pois bem. É sabido que a Administração Pública somente pode realizar obras, serviços, compras e alienações mediante processo de licitação pública, conforme disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Da leitura do referido dispositivo é possível identificar na redação constitucional a possibilidade de modificação do contrato com a finalidade precípua de evitar o enriquecimento sem causa, assegurando a equivalência entre o encargo e a remuneração através do restabelecimento do equilíbrio contratual porventura alterado durante a sua execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.318/0001-67
juridico@inaja.pr.gov.br

A Lei 8.666/95 prevê nos seus artigos 54 a 80 disposições referentes aos temas da formalização, alteração, execução, inexecução e rescisão dos contratos firmados com a Administração Pública.

Dentre essas normas, estão àqueles referentes à alteração contratual, possibilidade que alcança o contrato administrativo desde que devidamente justificada:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Portanto, é admissível que as partes modifiquem o contrato na forma quantitativa ou qualitativa, desde que respeitado os limites legais e não haja a desnaturação do objeto, de tal forma que as intervenções alterem profundamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.318/0001-67
juridico@inaja.pr.gov.br

as características inicialmente concebidas no projeto e nos orçamentos do procedimento licitatório.

Sobre as alterações qualitativas afirma Lucas Rocha Furtado:

As alterações qualitativas, por sua vez, decorrem de modificações necessárias ou convenientes nas obras ou serviços sem, entretanto, implicarem mudanças no objeto contratual, seja em natureza ou dimensão. (FURTADO, 2013, p. 419).

O Tribunal de Contas da União em decisão nº 215/1999, também coloca sobre o teor das alterações contratuais:

[VOTO]

Ainda que se admitisse a ocorrência de acréscimo no valor do contrato, em razão das significativas mudanças na concepção original da obra, seria forçoso reconhecer, à toda evidência, que a integridade do objeto contratual inicialmente pactuado, qual seja, a construção do aeroporto, manteve-se inalterada.

As mudanças sobrevindas ao contrato possuíam natureza eminentemente qualitativa, não rompendo a fronteira do obrigatório respeito ao objeto contratual, limite implícito à mutabilidade do contrato administrativo, admitida no ordenamento jurídico. O termo aditivo manteve a essência do objeto imediato contratado, alterando, entretanto, as especificações estabelecidas no Projeto Básico inicial, com vista à melhor adequação técnica e operacional do empreendimento à nova dimensão que lhe fora conferida pelas especificações ditasas."

Sendo assim, a administração deve limitar-se ao objeto contemplado inicialmente no acordo pactuado, sob prejuízo de desnaturar o objeto licitado.

Pois bem, consoante ao exposto acima, observa-se que no pedido apresentado pela contratada, consta a alegação da necessidade de pagamento das inscrições que extrapolaram o limite previamente previsto em contrato nos termos do paragrafo único do artigo da Cláusula Terceira: "*caso haja um número excedente de candidatos será pago um valor para a contratada de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada inscrição que exceda a 400 (quatrocentos)*".

A justificativa para os serviços mencionados foi as 483 inscrições excedentes que ultrapassaram o pactuado em contrato.

Percebe-se, que a Administração apresenta motivos e justificação para a necessidade dos serviços adicionais.

Onf



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.318/0001-67
juridico@inaja.pr.gov.br

Em relação à possibilidade de alterações contratuais, a Lei 8.666/93 estabelece, em seu art. 65, que estas podem ocorrer a partir de medida unilateral da administração, bem como de forma consensual por termos acordados entre as partes. E tais alterações podem ser tanto de natureza qualitativa, quanto quantitativa.

Pela análise do processo, quanto a possibilidade de alteração do contrato, neste momento se entende como possível, contudo devem ser observados determinados parâmetros indicados pela Lei de Licitações.

Tais orientações legais que autorizam a alteração contratual, no presente caso em análise, são as relativas à existência de justificativa para se efetuar a respectiva modificação, e a observância obrigatória de limites a estas alterações, que podem ser traduzidas em acréscimos e supressões no que foi contratado. No caso em comento, as circunstâncias o direcionam a situação de acréscimo contratual.

No que diz respeito à justificativa para a promoção do aditivo contratual, destaca-se a necessidade de se modificar o valor contratado para atender a demanda, condição que evidentemente é essencial para se tornar justa e possível a sua execução. Cumpre transcrever abaixo os termos da alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93:

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

Assim, entende-se que existe justificativa para a alteração contratual em virtude da demanda em relação ao originalmente contratado e a realidade atual.

Por conseguinte, quanto à observância obrigatória de limites à estas alterações, estes são estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei de Licitações, conforme colaciona-se abaixo, *in verbis*:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76.970.318/0001-67
juridico@inaja.pr.gov.br

Considerando toda a fundamentação apresentada acima, pode-se perceber com certa clareza a plena possibilidade de se realizar aditivo de contrato, com fundamento na necessidade de modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo do seu objeto, sobretudo ao se considerar que o valor indicado não ultrapassa o limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

III. CONCLUSÃO.

ANTE O EXPOSTO, considerando a possibilidade de alteração dos contratos por unilateralidade da Administração quando necessário o acréscimo do objeto, na forma do art. 65 da Lei de Licitações, a assessoria jurídica opina pela possibilidade de aditivação do contrato firmado, observando-se sempre, ressalta-se, o limite de limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, como é estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

É o parecer. SMJ.

Lupionópolis, 27 de novembro de 2023.

DANILO RODRIGUES DE FIGUEIREDO
OAB/PR 77.175

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ N.º 76.970.318/0001

AV. ANTONIO VEIGA MARTINS, 80 TELEFAX: (44) 3440-1221 - CEP: 87670-000

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO, Referente a Contratação de Instituição de ensino para a promoção de concurso público para a contratação de pessoal para o desenvolvimento de trabalho junto a esta municipalidade, compreendendo a etapa de planejamento, organização e realização e aplicação de provas teóricas e práticas, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INAJÁ E A PESSOA JURIDICA: INSTITUTO UNIFAMMA.

O Município de INAJÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida ANTÔNIO VEIGA MARTINS, Nº 80/82, inscrita no CNPJ Nº 76.970.318/0001-67, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL SR. CLEBER GERALDO DA SILVA, em pleno exercício de seu mandato e funções, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG Nº 7.580.647-7SSP/PR e do CPF/MF Nº 037.233.919-07, Instituição de Ensino: INSTITUTO UNIFAMMA, **pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ- Nº 09.054.507/0001-00, situada na Avenida: Bento Munhoz da Rocha Netto, nº 394, Bairro: Centro, CEP 87.030-010 - MARINGÁ - PR., neste ato representada pelo Sr. ZENORBIO ARAUJO GALDINO, RG Nº 1.562.585/RN, CPF Nº 967.985.804-91, denominado, CONTRATADA, acordam e ajustam** firmar o presente Termo, nos termos da Lei Nº 8.666/93, e suas alterações, e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023 – PMI – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO

Nos termos do Art. 65, inciso II, parag. 1º, da Lei 8.666/93, as partes resolvem aditiva, para fins de pagamento das inscrições que extrapolaram o limite, previamente previstas em Contrato, no valor de **R\$ 9.660,00 (nove mil e seiscentos e sessenta reais)**, homologado em 12 de maio de 2023, do **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2023 – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023**, passando a vigorar pelo mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO – Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do contrato originário, datado de 15 de maio de 2023.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Inajá-PR, 27 de novembro de 2023.

CLEBER GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

EDSON DE ASSIS

ZENORBIO ARAUJO
GALDINO:96798580491

Assinado de forma digital por ZENORBIO
ARAUJO GALDINO:96798580491
Data: 2023.11.28 17:41:17 -03'00'

ZENORBIO ARAUJO GALDINO
PRESIDENTE
CONTRATADA

HELIO RODRIGUES DE JESUS



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – CENTRO

DEMONSTRATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O presente Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro com a finalidade de atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se referente à contratação de servidores públicos municipais, aprovados no Concurso Público 01/23.

O presente impacto foi realizado considerado a média dos valores apurados referente à Receita Corrente Líquida do ano exercício, bem como apuração do impacto da projeção das despesas com pessoal de 2023 (MÉDIA). Agrupando os valores referentes às obrigações patronais com aplicabilidade para o exercício de 2023.

Os cálculos estão demonstrados nos seguintes quadros:

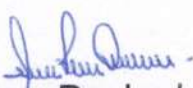
DEMONSTRATIVO DA MÉDIA DA RCL – Receita Corrente Líquida

RCL (RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2023)

Jan/23	Fev/23	Mar/23	Abr/23	Mai/23	Jun/23
R\$ 26.248.310,52	R\$ 26.752.363,22	R\$ 26.760.571,68	R\$ 26.009.454,45	*R\$26.200.445,14	*R\$26.457.378,19
Jul/23	Ago/23	Set/23	Out/23	Nov/23	Dez/23
*R\$ 26.574.487,24	*R\$26.678.347,58	R\$*26.879.621,13	R\$*27.001.267,67	R\$*27.234.144,97	R\$*27.347.246,89

- Competência ainda NÃO FINALIZADA

Inajá, 10 de Abril de 2023


Ana Paula de Oliveira
Contadora Municipal

Ana Paula de Oliveira
CONTADORA
CRC - 058901/0-4

IMPACTO FOLHA DE PAGAMENTO PARA CONCURSO PÚBLICO 2023

Cargo	Vagas	Vencimento Por Vaga	Vencimento Total Mensal (VAGAS)	Vencimento Total Anual (VAGAS)	Obrigações Patronais Mensais	Obrigações Patronais Anuais	13º Salário	Obrigações Patronais 13º Salário	1/3 férias	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
Educador Físico	1	2.377,93	2.377,93	28.535,16	475,59	5.707,03	2.377,93	475,59	792,64	2.853,52	37.888,35
Agente de Endenhas	2	2.604,00	5.208,00	62.496,00	1.041,60	12.489,20	5.208,00	1.041,60	1.736,00	6.249,60	82.980,80
Assistente Social	1	4.755,83	4.755,83	57.069,96	951,17	11.413,99	4.755,83	951,17	1.585,28	5.707,00	75.776,22
Auxiliar Administrativo	3	2.179,77	6.539,31	78.471,72	1.307,86	15.694,34	6.539,31	1.307,86	2.179,77	7.847,17	104.193,01
Atendente de Farmácia	1	1.374,40	1.374,40	16.492,80	274,88	3.298,56	1.374,40	274,88	458,13	1.649,28	21.898,77
Auxiliar Serviços Gerais	15	1.374,40	19.849,95	238.199,40	3.969,99	47.639,88	19.849,95	3.969,99	6.616,65	23.819,94	316.275,87
Eletricista	1	1.913,30	1.913,30	22.959,60	382,66	4.591,92	1.913,30	382,66	637,77	2.285,96	30.485,25
Professora de Educação Física	1	1.867,02	1.867,02	22.404,24	373,40	4.480,85	1.867,02	373,40	622,34	2.240,42	29.747,85
Traítorista	1	1.323,33	1.323,33	15.879,96	264,67	3.175,99	1.323,33	264,67	441,11	1.588,00	21.085,06
Enfermeiras	4	4.359,51	17.438,04	209.256,48	3.487,61	7.192,85	2.997,02	599,40	999,01	3.596,42	47.752,52
Engenheiro Civil 20 h	1	2.997,02	2.997,02	35.964,24	599,40	7.192,85	2.997,02	599,40	1.453,17	5.231,41	69.461,53
Farmacotécnico - 40 h	1	4.359,51	4.359,51	52.314,12	871,90	10.462,82	4.359,51	871,90	1.453,17	5.231,41	69.461,53
Técnico em Higiene Dental	1	1.426,76	1.426,76	17.121,12	285,35	3.424,22	1.426,76	285,35	475,59	1.712,11	22.733,04
Educador Físico	1	2.377,93	2.377,93	28.535,16	475,59	5.707,03	2.377,93	475,59	792,64	2.853,52	37.888,35
Nutricionista	1	2.377,93	2.377,93	28.535,16	475,59	5.707,03	2.377,93	475,59	792,64	2.853,52	37.888,35
Motoristas	5	1.913,30	9.566,50	114.798,00	1.913,30	22.959,60	9.566,50	1.913,30	3.188,83	11.479,80	152.426,23
Operador de Máquinas	1	1.913,30	1.913,30	22.959,60	382,66	4.591,92	1.913,30	382,66	637,77	2.285,96	30.485,25
Professores	5	1.555,85	7.779,25	93.351,00	1.555,85	18.670,20	7.779,25	1.555,85	2.593,08	9.335,10	123.949,38
Psicólogo 30 h	1	4.755,83	4.755,83	57.069,96	951,17	11.413,99	4.755,83	951,17	1.585,28	5.707,00	75.776,22
Psicoterapeuta	1	2.972,38	2.972,38	35.668,56	594,48	7.133,71	2.972,38	594,48	990,79	3.566,86	47.359,92
Psicólogo 30 h	1	3.834,88	3.834,88	46.018,56	766,98	9.203,71	3.834,88	766,98	1.278,29	4.601,86	61.102,42
Odontólogo	1	3.343,34	3.343,34	40.120,08	668,67	8.024,02	3.343,34	668,67	1.114,45	4.012,01	53.270,55
Técnico de Enfermagem	1	1.749,21	1.749,21	20.990,52	349,84	4.198,10	1.749,21	349,84	583,07	2.099,05	27.870,75
Técnico em Agrícola	1	1.749,21	1.749,21	20.990,52	349,84	4.198,10	1.749,21	349,84	583,07	2.099,05	27.870,75
TOTAIS	53	115.599,37	1.387.192,44	23.119,87	277.438,49	115.599,37	23.119,87	38.533,12	138.719,24	1.841.883,30	

Tabela Auxiliar

Obrigações Patronais	20,00%	RCL (RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2022)	Jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	maio/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
Décimo Terceiro Salário	1,00	18.228.940,30	18.603.167,01	19.103.298,76	20.135.010,57	21.161.259,86	22.285.612,04	23.204.736,59	23.701.420,34	23.779.278,43	24.854.074,61	25.292.110,61	25.866.437,21	7.637.496,91
1/3 Férias	1/3	PROJEÇÃO RCL (RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA 2023, BASE ANO 2022)	Jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	maio/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23

RCL em 30/09/2022	26.390.336,28	26.248.310,52	26.752.863,22	26.760.517,68	26.009.454,45	26.200.445,14	26.457.378,19	26.574.487,24	26.678.347,58	26.879.621,13	27.001.267,67	27.234.114,97	27.347.246,89	41,00%
Despesa Pessoal 12/2022*	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	10.661.747,09	
% Despesa de Pessoal 09/2022	40,40%	40,40%	40,40%	40,40%	40,40%	40,40%	40,40%	40,40%	40,40%	40,40%	40,40%	40,40%	40,40%	
% Máximo	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	
% Prudencial	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	
% Alerta	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	

RCL projetada para 2023	27.347.246,89	DESPEZA COM PESSOAL 2023 (MÉDIA PARA 12 MESES)	Jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	maio/23	jun/23	jul/23	ago/23	set/23	out/23	nov/23	dez/23
Despesa Pessoal 2023*	12.162.421,78	850.380,94	894.199,12	852.075,14	926.243,14	771.177,85	873.887,66	865.757,20	854.544,29	849.990,16	901.844,22	826.846,73	850.380,94	
% Despesa de Pessoal 2023	44,47%	44,47%	44,47%	44,47%	44,47%	44,47%	44,47%	44,47%	44,47%	44,47%	44,47%	44,47%	44,47%	
% Máximo	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	
% Prudencial	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	
% Alerta	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	48,60%	

* Total realizado até outubro/2022 e projetado Novembro/Dezembro e 13º Salário

**PCA 2022 (projetado)

***PIB para 2023

5,61%

0,64%

RELATÓRIO DE RECURSOS

CONTRA A PROVA PRÁTICA E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS (ITENS 15 E 22 DO EDITAL)

- RESPOSTAS DA BANCA -

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA
GISELE DAIANE DE FIGUEIREDO
INSCRIÇÃO:100553

SOLICITO A REVISÃO DOS TÍTULOS PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.

https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/236.pdf

RESPOSTA:

RECURSO INDEFERIDO: Para os três quesitos de avaliação constantes no quadro do subitem 22.2 do edital, a banca mantém a nota $6,00 + 0,00 + 6,00 = 12,00$ pontos, que corresponde exatamente aos quantitativos de documentos informados inicialmente pela recorrente na apresentação de seus títulos: $4 + 0 + 18$, digitados por ela no site, ao tempo que esclarecemos que sua única comprovação de graduação não é contabilizada para pontuação tendo em vista ser pré-requisito para investidura no cargo, e não graduação adicional.

PROFESSOR
ISABELA VIEIRA LOPES SILVA
INSCRIÇÃO:100491

OLÁ, VENHO ATRAVÉS DESTES SOLICITAR NOVAMENTE A VERIFICAÇÃO DA SOMATÓRIA DOS MEUS TÍTULOS ENVIADOS, POIS DE ACORDO COM A PONTUAÇÃO ADQUIRIDA NÃO CONFERE COM A PONTUAÇÃO DEFINIDA EM EDITAL, UMA VEZ QUE, DE ACORDO COM OS TÍTULOS QUE FORAM ENCAMINHADOS A PONTUAÇÃO DEVERIA SER MAIOR. SENDO ASSIM, SOLICITO A CONFERÊNCIA DA SOMATÓRIA NOVAMENTE DOS TÍTULOS. SEGUIR EM ANEXO NOVAMENTE, OS TÍTULOS ENVIADOS PARA A DEVIDA VERIFICAÇÃO. AGUARDO O RESULTADO DO RECURSO SOLICITADO.

https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/235.pdf

RESPOSTA:

RECURSO INDEFERIDO: Para os três quesitos de avaliação constantes no quadro do subitem 22.2 do edital, a banca mantém a nota $6,00 + 0,00 + 6,00 = 12,00$ pontos, pois não houve a apresentação de graduação adicional, sendo apresentada pela recorrente apenas a graduação que comprova pré-requisito para investidura no cargo.

PROFESSOR:
ANGELICA EUNICE PEREIRA DA ROCHA
INSCRIÇÃO:16

A BANCA EXAMINADORA, CONSIDERA QUE A GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA JÁ É UM REQUISITO E NÃO COMPUTOU COMO PONTOS A GRADUAÇÃO, MAS COMPUTOU TÍTULOS DE CONCORRENTES QUE NÃO TEM O REQUISITO, NO CAPÍTULO 21.9 TODOS OS TÍTULOS SÃO COMPROVADOS POR DOCUMENTOS, JÁ QUE O CONCORRENTE NÃO MANDOU O REQUISITO EM PEDAGOGIA NÃO DEVERIA TER ACEITO OS EVENTOS E CURSOS. SOLICITO A ANULAÇÃO DOS PONTOS DAS CONCORRENTES LARISSA SILVA SANTOS, JULIANI DA COSTA COMPONEZ, VICTORIA SANTOS DE SOUZA, YARA DO NASCIMENTO JONAS AMBAS NÃO ENVIOU TÍTULOS DE REQUISITO EM GRADUAÇÃO POIS NÃO TEM FORMAÇÃO EM PEDAGOGIA. A EMPRESA COMPUTOU O REQUISITO EM PEDAGOGIA DAS CONCORRENTES TAISS RAIS DOS SANTOS REIS, PATRICIA RODRIGUES

AMARAL, ANA PAULA MARTINS FERREIRA BASTOS, ARIELI CAETANO DOS SANTOS, CAMILA MARIA BURIOLA, RENATO CÉSAR ZAINÉ E NÃO FOI SOMADO O MEU REQUISITO SOLICITO A SOMA DO MEU REQUISITO OU ANULAÇÃO DOS REQUISITO EM PEDAGOGIA DOS NOMES CITADO ACIMA. A LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997. PARÁGRAFO ÚNICO. OS DEMAIS REQUISITOS PARA O INGRESSO E O DESENVOLVIMENTO DO SERVIDOR NA CARREIRA, MEDIANTE PROMOÇÃO, SERÃO ESTABELECIDOS PELA LEI QUE FIXAR AS DIRETRIZES DO SISTEMA DE CARREIRA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E SEUS REGULAMENTOS." \ART. 11. O CONCURSO SERÁ DE PROVAS OU DE PROVAS E TÍTULOS, PODENDO SER REALIZADO EM DUAS ETAPAS, CONFORME DISPUSEREM A LEI E O REGULAMENTO DO RESPECTIVO PLANO DE CARREIRA. SENDO ASSIM SOLICITO A RETIRADA DE PONTUAÇÃO DAS MESMAS.

[HTTPS://WWW.INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR/RECURSOS_ANEXOS/234.PDF](https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/234.pdf)

RESPOSTA:

RECURSO INDEFERIDO: A recorrente não apresentou argumentos que, confrontados com seus títulos, elevassem sua nota na avaliação de títulos. A banca mantém a nota atribuída.

MOTORISTA
EMERSSON NOGUEIRA
INSCRIÇÃO:137

O EDITAL Nº 001.017/2023 DA PROVA PRÁTICA PARA MOTORISTA CONVOCOU 15 CANDIDATOS PARA A PROVA PRÁTICA, PORÉM, O EDITAL 001-2023 NO ITEM 17, SUBITEM 17.1 ESTABELECE QUE: \PARTICIPARÃO DA PROVA PRÁTICA DE DIREÇÃO AO CARGO DE MOTORISTA SOMENTE AS 10 (DEZ) PRIMEIROS CANDIDATOS APROVADOS NA PROVA OBJETIVA.\ DESSA MANEIRA, O EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA PRÁTICA Nº 001.017/2023 VAI CONTRA O ESTIPULADO PELO EDITAL 001-2023, RECORRO DESSA MANEIRA, SOLICITANDO A ANULAÇÃO DO MENCIONADO EDITAL E POR CONSEQUENTE, DA PROVA REALIZADA NO DIA 15/10/2023. AINDA, REQUERO O GABARITO DA PROVA PRÁTICA REALIZADA NO DIA 15/10/2023 QUE NÃO FOI PUBLICADO, BEM COMO ACESSO AO GABARITO INDIVIDUAL ONDE FOI REALIZADA AS PONTUAÇÕES DA REFERIDA PROVA OCORRIDA NO DIA 15/10/2023.

[HTTPS://WWW.INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR/RECURSOS_ANEXOS/233.PDF](https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/233.pdf)

RESPOSTA:

RECURSO INDEFERIDO: A banca mantém a nota atribuída ao candidato em sua prova prática para motorista, ao tempo que esclarece que para a prova de motorista o edital previa a convocação dos candidatos aprovados na prova objetiva até a décima posição (subitem 17.1 do edital). Como houve vários candidatos que atingiram essa posição (conforme já revelara o edital 001.013/2023, de 08/09/2023), a convocação ocorreu para quinze candidatos e cumpriu, portanto, exatamente o que estabelecia o edital de abertura das inscrições, não cabendo a anulação requerida pelo recorrente ou de qualquer ato ocorrido pela empresa organizadora.

PROFESSOR DE ARTE
ELISÂNGELA FIORILLO
INSCRIÇÃO:100178

VENHO POR MEIO DESTES RECURSO POIS NÃO TIVE OPÇÃO DE ENVIAR O ARQUIVO INTEIRO NA DATA PREVISTA ENTREI EM CONTATO POR EMAIL CANDIDATOS@INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR APÓS ENTREI EM CONTATO VIA WATS FOI PEDIDO PRA ENVIAR NOVAMENTE E O FIZ. ENVIEI NO DIA 10 OUTUBRO PARA ANÁLISE. ONTEM QUANDO SAÍU O RESULTADO ENTREI EM CONTATO E A MESMO MOÇA PEDIU PRA QUE EU FAÇA O RECURSO. DESTES JÁ AGRADEÇO A ATENÇÃO.

[HTTPS://WWW.INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR/RECURSOS_ANEXOS/232.PDF](https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/232.pdf)

RESPOSTA:

RECURSO INDEFERIDO: Em reanálise aos documentos apresentados pela recorrente, via site e/ou email, a banca confirmou que em relação à GRADUAÇÃO foi apresentado pela candidata apenas um TÍTULO ADICIONAL DE GRADUAÇÃO ao qual foi atribuída a nota 4,00, de modo que o somatório dos três quesitos do quadro do subitem 22.2 do edital mantém-se $6,00 + 4,00 + 6,00 = 16,00$ pontos.

PROFESSOR
ANGELICA EUNICE PEREIRA DA ROCHA
INSCRIÇÃO:16

A BANCA EXAMINADORA, CONSIDERA QUE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO (MÍNIMO DE 360 HORAS), ESPECIALIZAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO, VALE 6,0 PONTOS POR TÍTULO, ENVIEI DUAS PÓS-GRADUAÇÃO, FOI COMPUTADO 01 (UMA). HAJA VISTA QUE CONCORRENTES ENVIOU 02 E ATÉ 03 PÓS E TEVE PONTUAÇÃO OBTIDA. CONFORME A LEI LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997. PARÁGRAFO ÚNICO. OS DEMAIS REQUISITOS PARA O INGRESSO E O DESENVOLVIMENTO DO SERVIDOR NA CARREIRA, MEDIANTE PROMOÇÃO, SERÃO ESTABELECIDOS PELA LEI QUE FIXAR AS DIRETRIZES DO SISTEMA DE CARREIRA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E SEUS REGULAMENTOS." \ "ART. 11. O CONCURSO SERÁ DE PROVAS OU DE PROVAS E TÍTULOS, PODENDO SER REALIZADO EM DUAS ETAPAS, CONFORME DISPUSEREM A LEI E O REGULAMENTO DO RESPECTIVO EDITAL. SOLICITO ACRESCENTAR MINHA PONTUAÇÃO PARA 18 PONTOS CALCULANDO MINHA SEGUNDA PÓS-GRADUAÇÃO IGUAL SOMATÓRIO DE CONCORRENTES QUE ENVIOU MAIS DE UMA.

[HTTPS://WWW.INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR/RECURSOS_ANEXOS/231.PDF](https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/231.pdf)

RESPOSTA:

RECURSO INDEFERIDO: Em reanálise com os documentos apresentados pela candidata, para a avaliação de títulos, e tendo presente que o edital prevê pontuação de apenas uma pós-graduação, como indica a coluna "pontuação máxima" no quadro do subitem 22.2, a banca não tem como atribuir pontuação superior a 6,00 para esse quesito, seja para a recorrente ou para qualquer outro candidato. Portanto, nos três quesitos apresentados no quadro do subitem 22.2 do edital, a banca mantém a nota $6,00 + 0,00 + 6,00 = 12,00$ pontos.

PROFESSOR:
MARCILÉIA MARIA DO NASCIMENTO GONÇALVES
INSCRIÇÃO:361

ILUSTRÍSSIMO SENHOR EXAMINADOR, VENHO RESPEITOSAMENTE POR MEIO DESTES RECURSO SOLICITAR A REVISÃO DO RESULTADO DA NOTA DA PROVA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO DE INAJÁ/PR, EDITAL Nº 001/2023, PELOS FATOS E FUNDAMENTOS A SEGUIR: A BANCA EXAMINADORA EM SEU EDITAL, ART. 13.4 CONSIDERA QUE A PROVA ESCRITA SERÁ AVALIADA NA ESCALA DE 0 A 80 PONTOS PELO NÚMERO DE QUESTÕES DE CADA PROVA, TOTALIZANDO 2.666 PONTOS POR CADA ACERTO DE QUESTÃO. EU, MARCILÉIA MARIA DO NASCIMENTO GONÇALVES CANDIDATA AO CARGO DE PROFESSOR, ACERTEI 15 QUESTÕES, TOTALIZANDO 40,00 PONTOS, QUE SOMANDO-SE ÀS DUAS QUESTÕES ANULADAS (QUESTÃO 22 E A 29), A SOMATÓRIA FINAL ATRIBUI A PONTUAÇÃO DE 45,22 PONTOS, JÁ ENTREI COM RECURSO OUTRAS VEZES E NÃO OBTIVE RETORNO, POR ESSE MOTIVO SOLICITO A REVISÃO DAS MINHAS NOTAS.

[HTTPS://WWW.INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR/RECURSOS_ANEXOS/230.PDF](https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/230.pdf)

RECURSOS:

RECURSO INDEFERIDO: A recorrente não apresentou argumentos que, confrontados com seus títulos apresentados, elevassem sua nota na avaliação de títulos, razão pela qual mantém-se a nota divulgada (12,00), que deve ser somada à nota da prova objetiva, corrigida a partir do gabarito DEFINITIVO, o qual prevê no caso de questões anuladas atribuir pontuação a todos os presentes na prova.

PROFESSOR
CAMILA MARIA BURIOLA
INSCRIÇÃO:17
TENHO 3 PÓS GRADUAÇÕES E SOMENTE FOI ACEITA UMA ?
ARQUIVO DELA ENCAMINHADO NO UPLOAD DE TÍTULOS:

[HTTPS://WWW.INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR/TITULO/TITULO/17.PDF](https://www.institutounivida.org.br/titulo/titulo/17.pdf)

RESPOSTA:

RECURSO INDEFERIDO: Mesmo havendo três pós-graduações, somente uma é contabilizada conforme a limitação ("pontuação máxima") estabelecida no quadro do subitem 22.2 do edital de abertura das inscrições.

PROFESSOR
DÉBORA XAVIER DE SOUZA FERNANDES
INSCRIÇÃO:61

HOUE UM ERRO POR PARTE DO SISTEMA, EU ENVIEI SIM MEUS TÍTULOS DENTRO DO PRAZO ! CONVERSEI NO SETOR DE ATENDIMENTO COM O PROFESSOR GUERRA VIA WHATSAPP, ENVIEI A FOTO QUE TIREI DA TELA DO COMPUTADOR NO DIA QUE MANDEI OS DOCUMENTOS, ONDE MOSTRA QUE MEUS TÍTULOS HAVIAM SIDO ENVIADOS, ELE ENTROU EM CONTATO COM A ÁREA TÉCNICA E FOI VERIFICADO QUE CONSTAVA MESMO UM ERRO POR PARTE DO SISTEMA. O PROFESSOR SOLICITOU QUE EU ENVIASSE NOVAMENTE OS MEUS TÍTULOS AQUI NESSA ÁREA DO RECURSO! OBRIGADO! ESPERO NÃO SER PREJUDICADA POR ESSA FALHA, POIS ENVIEI DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO MEUS TÍTULOS!

[HTTPS://WWW.INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR/RECURSOS_ANEXOS/227.PDF](https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/227.pdf)

RESPOSTA:

RECURSO DEFERIDO: Em virtude de confirmação posterior via sistema, constatou-se que a recorrente realmente enviou o arquivo de documento e, por isso, seus títulos foram analisados em regime de recurso, atribuindo-se-lhe para os quesitos de pontuação da tabela do subitem 22.2 do edital o seguinte: 0,00 + 4,00 + 6,00 = 10,00 pontos.

PROFESSOR
EVA FLAVIA DE SOUZA
INSCRIÇÃO:100683

BOA NOITE! ESTOU ENVIANDO O ARQUIVO EM PDF COM OS TÍTULOS, CONFORME ORIENTAÇÃO RECEBIDA DO PROFESSOR GUERRA, VIA WHATSAPP. ATENCIOSAMENTE.

[HTTPS://WWW.INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR/RECURSOS_ANEXOS/226.PDF](https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/226.pdf)

RESPOSTA:

RECURSO DEFERIDO: Em virtude de confirmação posterior via sistema, constatou-se que a recorrente enviou dentro do prazo o arquivo de documentos e, por isso, seus títulos foram analisados em regime de recurso, atribuindo-se-lhe para os quesitos de pontuação da tabela do subitem 22.2 do edital o seguinte: 6,00 + 0,00 + 6,00 = 12,00 pontos.

PROFESSOR
MAGDA DA SILVA
INSCRIÇÃO:100759

OLÁ BOA TARDE! PRECISO URGENTE DE UMA RESPOSTA! ENVIEI OS MEUS TÍTULOS CORRETAMENTE, O TAMANHO, EM UM ÚNICO ARQUIVO, DENTRO DO PRAZO, DENTRO DO QUE A EMPRESA PEDIA. MAS, CONFERINDO AGORA O RESULTADO APARECE COM NÃO FOI ENVIADO. FIZ EM COMPUTADOR NA CASA DE UMA AMIGA E NÃO TENHO COMO CONFIRMAR, NÃO TENHO VÍDEO, PRINT DE TELA. VOCÊS PODEM ME AJUDAR POR FAVOR!

[HTTPS://WWW.INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR/RECURSOS ANEXOS/225.PDF](https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/225.pdf)

RESPOSTA:

RECURSO DEFERIDO: Em virtude de confirmação posterior via sistema, constatou-se que a recorrente enviou dentro do prazo o arquivo de documentos e, por isso, seus títulos foram analisados em regime de recurso, atribuindo-se-lhe para os quesitos de pontuação da tabela do subitem 22.2 do edital o seguinte: 6,00 + 0,00 + 6,00 = **12,00 pontos**.

PROFESSOR
ANA PAULA MARTINS FERREIRA BASTOS
INSCRIÇÃO:160

BOA TARDE! MEU NOME É ANA PAULA MARTINS FERREIRA BASTOS , PEÇO POR GENTILEZA A REVISÃO DOS TÍTULOS APRESENTADOS POR MIM, PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE INAJÁ DE PROVAS E TÍTULOS E QUAIS TÍTULOS FORAM VÁLIDOS PARA A CLASSIFICAÇÃO.

[HTTPS://WWW.INSTITUTOUNIVIDA.ORG.BR/RECURSOS ANEXOS/224.PDF](https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/224.pdf)

RESPOSTA:

RECURSO INDEFERIDO: Efetuamos reanálise dos títulos enviados dentro do prazo regulamentar pela recorrente e confirmamos a pontuação que lhe foi atribuída para os três quesitos do quadro do subitem 22.2 do edital (6,00 + 0,00 + 6,00 = 12,00 pontos), ao tempo que esclarecemos à recorrente que sua única comprovação de graduação não é contabilizada para pontuação, tendo em vista ser pré-requisito para investidura no cargo, e não graduação adicional.

Inajá(PR), 30 de outubro de 2023

ANA PAULA DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público
Decreto nº 057/2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.641.916/0001-37
Rua Marieta Mocellin nº 588 - Cep 87.915-000
Fone/Fax (44) 3455-1107 – E-mail: prefeitura@santamonica.pr.gov.br

Exportado em : 13/07/2023 15:37:27

I. Relatório

Cuida-se de Recomendação Administrativa proposta pelo Ministério Público sugerindo, ao chefe do Poder Executivo do Município de Santa Mônica/PR, o reconhecimento da ilegalidade dos atos administrativos afetos ao procedimento de Dispensa de Licitação n.º 05/2023, que resultou na contratação do Instituto Avançar para a organização e realização de concurso público para cargos de provimento efetivo do referido município.

A Secretaria Municipal de Administração realizou a contratação direta do Instituto Avançar, através de dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, XIII, da Lei 8666/93 e embasado nos documentos apresentados pelo Instituto, tais como certidões negativas, declaração de profissionais habilitados e os respectivos certificados e atestado de capacidade técnica, todos com finalidade de comprovar a legalidade da contratação

É o breve relatório.

II. RESPOSTA

Primordialmente, verifica-se conforme cópia de e-mail anexo, o Município de Santa Mônica/PR, desde a contratação oficializou ao Ilustríssimo Doutor Promotor de Justiça os atos de contratação, bem como disponibilizou em imediato a contratação no Portal da Transparência.

Prosseguindo, foi encaminhado ofício circular as entidades correspondentes a cada categoria, exemplo OAB, CREA, CRP, CREF, COREN e entre outros. Demonstrando a lisura contratual, e requerente se necessário a presença das entidades para fiscalização e realização do concurso público, demonstrando o interesse na transparência e legalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MÔNICA
ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.641.916/0001-37

Rua Marieta Mocellin nº 588 - Cep 87.915-000

Fone/Fax (44) 3455-1107 – E-mail: prefeitura@santamonica.pr.gov.br

Ofício n.º 139/GAB/2023.

Santa Mônica/PR., 12/07/2023.

Exmo. Senhor,

Antonio Cezar Quevedo Goulart Filho

Promotor de Justiça

Comarca de Santa Isabel do Ivaí/PR.

Ref.: Ofício n.º 612/2023 – MPPR

Assunto: NF 0128.23.000388-0.

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente pela prestimosa e costumeira atenção demonstrada à esta municipalidade e, em atenção ao requisitório inserto no expediente epigrafado, tenho a honra de dirigir-me à Vossa Excelência, pelo presente apresentar-lhe as informações que o caso requer, carreando rol documental – objeto do requisitório em epígrafe:

RESPOSTA À RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 010/2023

Assunto: Dispensa de Licitação

Interessado: Prefeitura Municipal de Santa Mônica/PR /PR





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Notícia de Fato nº 0102.23.000161-6

PARANACITY - PROMOTORIA

Noticiante:

Noticiado: MUNICIPIO DE INAJA

W

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO PROCEDIMENTO

1. Oficie-se ao Prefeito de Inajá a fim de que, num prazo de 5 (cinco) dias, i) apresente os documentos que demonstram a inquestionável reputação ético-profissional do Instituto Univida, ii) apresente o regimento interno da Univida, iii) apresente documentos que provem que se trata de pessoa jurídica sem fins lucrativos, apresente documentos que comprovem a capacidade técnica para cumprir o contrato (realizar o concurso) sem terceirizar ou subcontratar os serviços, iv) apresente documentos que provem que a Univida tem experiência no ramo de concurso público, ou seja, foi contratada anteriormente para realizar concurso público por outro Município ou Estado. O Ministério Público, desde logo, adverte ao Prefeito de que a ausência dos documentos solicitados equivale ao não preenchimento dos requisitos legais para a contratação direta e, por consequência, desde logo recomenda-se a suspensão do certame, porque seria, nesta última hipótese, ilegal a contratação direta.

2. Paute-se audiência administrativa para oitiva, como testemunha, de Valdir Antônio da Silva¹, notificando-o para comparecimento na data de 10/08/2023, às 11h45min.

3. Junte-se aos autos cópia da denúncia anônima do atendimento de n. 0102.23.000189-7 / 1.

4. No mais, verifica-se que este procedimento está com o prazo exaurindo, razão pela qual, com fulcro no art. 7º, *caput*, do Ato conjunto nº 001/2019-PGJ/CGMP, tendo em vista

PARANACITY - PROMOTORIA

AVENIDA 4 DE DEZEMBRO, 930 - Fórum, PARANACITY, Fone: (44) 3463-1163



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

a imprescindibilidade de acompanhamento do objeto do presente procedimento, prorrogo-o por até 90 (noventa) dias.

Paranacity, data da assinatura digital.

1 Brasileiro, casado, inscrito no CPF n. 034.015.309-17, residente e domiciliado na Rua Ercílio Torres, n. 7, na cidade de Inajá-PR. Telefone para contato n. (44) 9 9159-2632, podendo também ser localizado na Câmara de Vereadores, na rua Ronaldo gomes, n. 46, Inajá/PR.

PARANACITY - PROMOTORIA

AVENIDA 4 DE DEZEMBRO, 930 - Fórum, PARANACITY, Fone: (44) 3463-1163



Documento assinado digitalmente por **JOSMAICO GESTEIRA PEDROSO**,
PROMOTOR DE JUSTICA ENTRANCIA INICIAL em 08/08/2023 às 15:10:14,
conforme horário oficial de Brasília, com emprego de certificado digital emitido no
âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de
outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://apps.mppr.mp.br/ords/f?p=121:6> informando o código verificador **1272444** e o
código CRC **1128953125**



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

iv) apresente documentos que provem que a Univida tem experiência no ramo de concurso público, ou seja, foi contratada anteriormente para realizar concurso público por outro Município ou Estado;

Outrossim, advirto ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, de que a ausência dos documentos solicitados equivale ao não preenchimento dos requisitos legais para a contratação direta e, por consequência, desde logo recomenda-se a suspensão do certame, porque seria, nesta última hipótese, ilegal a contratação direta.

Insta salientar que a resposta deverá ser protocolada na sede da Promotoria de Justiça de Paranacity ou através do e-mail paranacity.prom@mppr.mp.br, devendo fazer menção ao número do procedimento e a este ofício, **no prazo de 48 quarenta e oito horas, contados a partir do recebimento deste ofício.**

Atenciosamente.

PARANACITY - PROMOTORIA

AVENIDA 4 DE DEZEMBRO, 930 - Fórum, PARANACITY, Fone: (44) 3463-1163

Gerado pelo sistema ePROMP em 15/08/2023

Página 1



Documento assinado digitalmente por **IBERE BARACIOLI CATANOZI, PROMOTOR DE JUSTICA SUBSTITUTO** em 15/08/2023 às 16:55:16, conforme horário oficial de Brasília, com emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://apps.mppr.mp.br/ords/f?p=121:6> informando o código verificador **1293710** e o código CRC **1563866518**



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

PARECER JURÍDICO

Assunto: Notícia de Fato nº MPPR-0102.23.000161-6

EMENTA: Recomendação - Ministério Público da Comarca de Paranacity/PR – Suspensão do Certame – Concurso Público para provimento de cargos do quadro permanente de pessoal – Município de Inajá/PR.

I - DOS FATOS

Trata-se de Notícia de Fato nº MPPR-0102.23.000161-6, obsecrada pelo Ministério Público da Comarca de Paranacity/PR, por meio do ofício 247/2023, onde requer informações e recomenda-se a **suspensão do certame**, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Esses são, em síntese, os fatos sobre os quais passo a me manifestar.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO

Considerando o Ofício nº 247/2023, oriundo da Promotoria de Justiça da Comarca de Paranacity/PR - Notícia de fato nº MPPR-0102.23.000161-6, na qual narra a necessidade de apuração de fato por supostas irregularidades na contratação do prestador de serviços, e para garantir a lisura e transparência do certame público, recomendou a suspensão do concurso público.

Considerando ainda, o poder de autotutela da Administração Pública, esse controle que a Administração exerce sobre seus atos caracteriza o princípio administrativo: o da autotutela administrativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ
ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. N.º 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 - Centro - Telefax (44) 3440-1221 - CEP 87.670-000

Esse instituto foi pacificado legalmente por duas súmulas do Supremo Tribunal Federal:

STF, súmula 346. "A Administração Pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos."

STF, súmula 473. "A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Essas súmulas estabelecem, portanto, a prerrogativa à Administração de revogar (ou suspender), por motivo de interesse público, ou anular, em razão de ilegalidade ou de vícios insanáveis, seus atos.

Acerca da revogação e anulação, dispõe a Lei nº 8.666/93:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.
(...).

Registramos que quem pode o mais, também pode o menos. Desta forma, se o Poder Público tem as prerrogativas de revogar e anular seus processos licitatórios, conforme o caso concreto, também pode **suspendê-los** para, após as devidas correções, retornar à sua concatenação normal.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

Ofício nº 247/2023,

Paranacity/PR, datado eletronicamente.

NOTÍCIA DE FATO nº MPPR-0102.23.000161-6

(Favor mencionar em sua resposta o número deste ofício e dos autos correlatos)

Excelentíssimo Senhor Prefeito
CLEBER GERALDO DA SILVA

PREFEITO DE INAJÁ/PR

prefeito@inaja.pr.gov.br / juridico@inaja.pr.gov.br

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o(a), atentamente, nos termos do artigo 5º, III, do Ato Conjunto nº 01/2019 - PGJ/CGMP, sirvo-me do presente para **solicitar**¹:

i) apresente os documentos que demonstram a inquestionável reputação ético-profissional do Instituto Univida;

ii) apresente o regimento interno da Univida;

iii) apresente documentos que provem que se trata de pessoa jurídica sem fins lucrativos, apresente documentos que comprovem a capacidade técnica para cumprir o contrato (realizar o concurso) sem terceirizar ou subcontratar os serviços;

¹ Art. 330 do Código Penal - Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

Art. 10 da Lei 7.343/85 - Constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, mais multa de 10 (dez) a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

PARANACITY - PROMOTORIA

AVENIDA 4 DE DEZEMBRO, 930 - Fórum, PARANACITY, Fone: (44) 3463-1163

Gerado pelo sistema ePROMP em 15/08/2023

Procedimento nº: 0102.23.000161-6

Exportado por : HELIO ALBERTO CAMPOS CRISTANTE

Referente ao evento seq. 28 - Ofício



Documento assinado digitalmente por **IBERE BARACIOLI CATANOZI, PROMOTOR DE JUSTICA SUBSTITUTO** em 15/08/2023 às 16:55:16, conforme horário oficial de Brasília, com emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://apps.mppr.mp.br/ords/f?p=121:6> informando o código verificador **1293710** e o código CRC **1563866518**



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



PROCESSO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001.017/2023

CONVOCAÇÃO – PROVA PRÁTICA E ENVIO DE TÍTULOS

A Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Inajá, Estado do Paraná, constituída através do Decreto nº 057, de 30 de maio de 2023, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

1. CONVOCAR para prova prática os candidatos abaixo relacionados, aprovados nas provas objetivas do referido concurso, nos cargos de Eletricista, Motorista, Operador de Máquinas e Tratorista, para no dia 15/10/2023, das 09h00 até as 09h30, comparecerem para a realização da prova prática, as quais terão início às 09h30, na forma estabelecida nos itens 15 a 20 do Edital de Concurso nº 001/2023, na GARAGEM MUNICIPAL, situada na Rua Miguel Garcia, s/nº, Centro, lote 12 quadra 32:

Cargo	Nº INSCR	NOME DO CANDIDATO(A)	Nº DOCUM
Motorista	100744	ADECIO APARECIDO BORBA	66842436
Eletricista	100227	ANDERSON REGUINE DE ARAUJO	43.357.891-9
Motorista	100219	ANDERSON RODRIGUES AMARAL	10.899.137-2
Motorista	188	CLAUDINEI DOS ANJOS MENDONCA	52858259
Eletricista	100601	CLAUDIO MARZO DAS NEVES	5724983-8
Oper de Máquinas	100163	CRISTIANO APARECIDO DE SOUZA FILHO	68697255
Motorista	137	EMERSSON NOGUEIRA	92558177
Tratorista	171	FELIPE CARVALHO BARROS MENDONÇA	110577907
Motorista	352	GEFERSON RAMON VIEIRA DE CARVALHO SOUZA	8660631
Eletricista	100535	GIANNY BORGES DAS NEVES	62415924
Oper de Máquinas	230	GILMAR GASPAS DOS SANTOS	10.387.089-5
Oper de Máquinas	100481	JOAO PAULO PEREIRA DA SILVA	77330682
Motorista	153	JOE LUIZ SILVEIRO	440045609
Motorista	100251	JOSE ALVARO DOS SANTOS	64247301
Motorista	100287	JULIANO DE OLIVEIRA CORDEIRO	92232980
Oper de Máquinas	147	LEANDRO MUNHOZ	100095270
Oper de Máquinas	100485	LUCAS PEREIRA DA SILVA	97535566
Tratorista	100620	LUIZ ANTONIO DA SILVA	20649101
Eletricista	100073	MAICON FERNANDES DE SOUZA	100969076
Oper de Máquinas	100519	MARCIO PEREIRA MENEGON	83845435
Motorista	100432	MARCOS LUIZ LISBOA DA SILVA	97243743
Motorista	130	PAULO JOSÉ DA SILVA	78354011
Eletricista	100705	PAULO RICARDO FERREIRA DOS SANTOS	103870330
Tratorista	65	PEDRO ALVES DE ALMEIDA	96858205
Oper de Máquinas	100086	REGINALDO JOÃO GRACIA	92349985
Motorista	100774	RICARDO CARLOS DOS SANTOS	247164627
Motorista	100530	ROBERTO MARQUES DA SILVA CORDEIRO	12.786.951-0
Oper de Máquinas	225	SEBASTIÃO FAUSTINO	4547159-4



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



Cargo	Nº INSCR	NOME DO CANDIDATO(A)	Nº DOCUM
Oper de Máquinas	119	VAGNER GOBI ZANELLA	73879108
Motorista	100389	VALDIR ANTONIO DA SILVA	78253428
Motorista	24	WALTER INÁCIO DOS SANTOS JUNIOR	104850774
Motorista	148	WILSON XAVIER NEGRI	103592488
(total: 32)			

2. CONVOCAR para **envio de títulos**, fixando prazo de 03/10/2023 a 08/10/2023, os candidatos abaixo relacionados, aprovados na prova objetiva nos cargos de Professor, Professor de Arte e Professor de Educação Física e dos candidatos aprovados na prova objetiva e discursiva no cargo de Educador Físico, na forma estabelecida nos itens 21 e 22 do Edital de Concurso nº 001/2023, a saber:

CARGO	Nº INSCR	NOME DO CANDIDATO(A)	Nº DOCUM
Prof de Educ Física	100453	ADAO DOMINGOS DE OLIVEIRA JUNIOR	90286510
Professor	100681	ADRIANA ANGELA DA SILVA	66136523
Professor	100305	ADRIANA CARLA DE SOUZA MALDONADO	60953244
Professor	100243	ALÉCIO BARBOSA	87362027
Professor de Arte	100713	ALEZANGELA ELIAS MARTINS SILVA	64411748
Professor de Arte	100623	ANA CLAUDIA ALVES PEREIRA	133959874
Professor	100360	ANA KELLY RIBEIRO DA CRUZ	136798464
Professor	160	ANA PAULA MARTINS FERREIRA BASTOS	302742839
Professor	100123	ANA PAULA PINHEIRO PERICELLI	78913878
Educador Físico	100265	ANDRÉ PEREIRA DOS SANTOS	636857219
Prof de Educ Física	100301	ANDREIA DE CASTRO DOLCE	10.435.771-7
Prof de Educ Física	195	ANDRESSA BRANDÃO DE CARVALHO	125682871
Professor	16	ANGELICA EUNICE PEREIRA DA ROCHA	123625773
Professor	100069	ARIELI CAETANO DOS SANTOS	10.872.792-6
Prof de Educ Física	100387	AYRA KAWANA ROGER	137847396
Professor	100716	BIANCA PATTARO	135417840
Professor	17	CAMILA MARIA BURIOLA	102433092
Professor	100368	CARINA RODRIGUES SOARES	14.512.827-7
Prof de Educ Física	100396	CARLOS ALBERTO LEAL	22.184.924-5
Professor	190	CAROLINA FERRARI	90144693
Educador Físico	100016	DANILO FONSECA DA SILVA	10.537.523-9
Professor	61	DÉBORA XAVIER DE SOUZA FERNANDES	108573325
Professor	100128	DIONATAN BRITO SIQUEIRA	103021685
Professor	180	DJOVANA CRISTINA DOS SANTOS	124208815
Professor	100149	ELICLEIDE SILVA SOARES	101281086
Professor de Arte	100178	ELISÂNGELA FIORILLO	71766527
Professor	100388	ERMELISA KELLY MARCILIO GIACOMINI	77070893
Professor	100683	EVA FLAVIA DE SOUZA	56588663



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



CARGO	Nº INSCR	NOME DO CANDIDATO(A)	Nº DOCUM
Professor	169	FABIANA DE ALMEIDA BARBOSA DIAS	98828583
Professor	100447	FATIMA FIGUEIRA	90058240
Professor	100161	FERNANDA NATALINA MUNHOZ	10.475.117-2
Professor	154	FRANCIELY ALVES DOS SANTOS GALINA	105249640
Professor	100357	GABRIELA MANGUEIRA CAVALCANTE	123639081
Prof de Educ Física	100553	GISELE DAIANE DE FIGUEIREDO	80560281
Prof de Educ Física	100712	GUSTAVO PEREIRA	10697174-9
Professor	100285	HELENA MARIA SALVALAGE	36202246
Prof de Educ Física	100375	HELOISA DUTRA VIANA BELLINI	101468429
Professor	100491	ISABELA VIEIRA LOPES SILVA	130520987
Educador Físico	39	ISAC GREGÓRIO DA SILVA	9926368-7
Professor	100635	JANAÍNA RAFAELA BENTO DE FREITAS	10.245.492-8
Professor	100544	JEFFERSON SANTANA VIEIRA DOS SANTOS	14733821
Professor	100020	JOAO HENRIQUE SOUZA SILVA	144559061
Prof de Educ Física	100327	JOÃO PEDRO DEMBOGURSKI	110095066
Professor	100352	JÚLIA EDUARDA CARDOSO GARCIA	12.786.031-9
Professor	34	JULIANI DA COSTA CAMPONEZ	106248338
Educador Físico	100025	JULIANO MASSUIA MAMEDE	133635106
Professor	205	JÚLIO CARLOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA	108934450
Professor	100363	KARINA GERACINA PAULA DO VALLE	97292590
Professor	100668	KEYLA MONIQUE DE SOUZA BEZERRA	127965668
Professor	162	LARISSA SILVA SANTOS	12.744.938-4
Professor	332	LUCIANA REGINA DA SILVA	7.544.382-0
Professor	100759	MAGDA DA SILVA	80587180
Professor	361	MARCILÉIA MARIA DO NASCIMENTO GONÇALVES	9.953.965-8
Prof de Educ Física	100531	MARCOS HARUO ENDO JUNIOR	101474879
Educador Físico	100463	MARYANA CARDOSO BLASQUE	12.689.112-1
Professor	100355	MICAELE SCREMIN MONTEIRO	107788492
Professor	118	MICHELE CLEMENTINA SILVA RODRIGUES DE LIMA	98819231
Professor	100255	MICHELLY BATISTA RODRIGUES	13468170-5
Professor	100316	MONICA GERACINA PAULA	92531627
Professor	100692	MONIQUE SALVADEGO BUENO	127107939
Professor	161	NAIARA FERNANDA GONÇALVES SANTANA	108932295
Professor	100581	NATAN ALVES OLYMPIO	14.883.546-2
Professor	11	PATRICIA ARIADNY FERRO	133397540
Professor	100201	PATRICIA BUSO ROVIDA	79386146
Professor	269	PATRICIA RODRIGUES AMARAL	129815809
Professor	100573	PAULA CRISTINA DA SILVA	98662561
Prof de Educ Física	100758	RENATO CÉZAR ZAINÉ	82640509
Educador Físico	87	ROBSON DA MATA	65433427



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



CARGO	Nº INSCR	NOME DO CANDIDATO(A)	Nº DOCUM
Professor	172	ROSANA MACIEL DO NASCIMENTO MELO	61094571
Prof de Educ Física	241	RUAN CARLOS DA SILVA PESSINI	10.784.322-1
Professor de Arte	100160	SABRINA JORGE DOS SANTOS	111279250
Professor	100566	SAMARA PERICELLI	91430339
Professor	100503	SILVANE SEVERO DOS SANTOS	107339612
Professor	100240	SIMONE APARECIDA PEROBELLI	7.891.390-8
Professor	100045	TAIS RAIS DOS SANTOS REIS	104169341
Professor	314	TALLYS LAISSON ISAAC VITOR	146509959
Professor	100655	TANIA APARECIDA DOS SANTOS AQ MASTEGUIN	83845678
Professor	183	THAYS ALEXANDRA DE SOUZA ROSA MIRANDA	110008856
Professor	100442	VICTÓRIA SANTOS DE SOUZA	13.607.890-9
Professor	100310	YARA DO NASCIMENTO JONAS	109541516

(total: 80)

Inajá(PR), 02 de outubro de 2023

ANA PAULA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público

Decreto n° 057/2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



RELATÓRIO – REPOSTAS A RECURSOS

ao resultado da Prova Discursiva (todos indeferidos)

— Concurso público aberto pelo Edital nº 001/2023 —

A empresa organizadora do Concurso Público em conjunto com a Comissão Organizadora da Prefeitura Municipal de Inajá, Estado do Paraná, esta constituída através do Decreto nº 057, de 30 de maio de 2023, apresentam conjuntamente o presente Relatório com fundamentação dos INDEFERIMENTOS em relação a todos recursos contra o resultado da prova discursiva, relativamente ao concurso público aberto pelo Edital nº 001/2023.

ANÁLISES E RESPOSTAS ENCAMINHADAS AOS RECORRENTES:

01. Identificação do(a) recorrente:

ANA PAULA DA CRUZ MARQUES

INSCRIÇÃO: 95

Prova Enfermeiro

Recurso: NA MINHA CONCEPÇÃO, MINHA NOTA NÃO ESTÁ COMPATÍVEL COM AS RESPOSTAS DESCRITAS, DAS 05 QUESTÕES DEIXEI UMA SEM RESPOSTA, PORÉM RESPONDI AS 4 RESTANTES, GOSTARIA SE POSSÍVEL DE PEDIR VISTA DE PROVA DISCURSIVA PARA ESTAR CIENTE DE QUANTO FOI A MINHA NOTA EM CADA QUESTÃO. ATENCIOSAMENTE, ANA PAULA DA CRUZ MARQUES.

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Resposta: Mantidas as notas das questões discursivas, inclusive nota ZERO para as de número 4 e 5 não respondidas.

Como adendo, a avaliadora lembra sobre a questão 4:

4 – De acordo com seus conhecimentos, defina desbridamento.

R – Aqui foi solicitado a definição do desbridamento, porém na resposta a candidata apresentou os TIPOS de desbridamento, não citando em momento algum sua definição. Por não ter respondido o que foi proposto a nota atribuída foi 0,00/4,00

Definição é uma explicação clara e concisa de alguma coisa, é o significado.

Ex. de definição: “Desbridamento (ou debridamento) é o ato de remover tecido necrótico ou materiais biológicos, como crostas, hiperqueratose, corpos estranhos, fragmentos de ossos e micro-organismos, de uma lesão traumática ou crônica a fim de promover a exposição do tecido saudável.”

Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos-estaduais/debridamento-de-ulcera-de-tecidos-desvitalizados>



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



02. Identificação do(a) recorrente:

SIMONE MARQUES ANTUNES

INSCRIÇÃO: **100210**

Prova Assistente Social

Recurso: Venho por meio deste solicitar acesso a correção da prova discursiva, para assim entender o valor da nota obtida nas questões dissertativas.

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Resposta: MANTIDAS AS MESMAS NOTAS, pelos motivos seguintes:

- Questão 1: 3,50 - candidato alcançou o objetivo porém poderia ter demonstrado mais argumentos.
- Questão 2: 4,00 – candidata alcançou o objetivo da questão
- Questão 3: 2,00 – candidata não expressou com clareza o que foi questionado que seria o papel do assistente social na luta contra as expressões da questão social, a mesma apenas afirmou que o assistente social trabalha com as expressões da questão social e não qual é seu papel.
- Questão 4: 3,50- candidato alcançou o objetivo porém poderia ter demonstrado mais argumentos.
- Questão 5: 3,50 candidato alcançou o objetivo porém poderia ter demonstrado mais argumentos.

03. Identificação do(a) recorrente:

RANIELLI COITO

INSCRIÇÃO: **238**

Prova Assistente Social

Recurso: Devido o texto não estar compatível ao solicitado, foi adicionado como anexo em PDF (clique no link): https://www.institutounivida.org.br/recursos_anexos/219.pdf

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Resposta: MANTIDAS AS MESMAS NOTAS, pelos motivos seguintes:

- Questão 1: 4,00 - candidata alcançou o objetivo da questão (nota máxima).
- Questão 2: 2,00 – na questão número dois esperava-se que o candidato demonstra-se a questão do assistente social viver em movimento contraditório, onde deve ser um profissional que atua na garantia de direitos, na luta pela autonomia e emancipação de indivíduos e famílias e ao mesmo tempo necessita aceitar regras e limitações colocadas pelos setores em que atua, os quais muitas vezes não viabilizam essa busca de acabar com as expressões da questão social.
- Questão 3: 3,00 - texto bom, porém poderiam ser apresentados mais argumentos.
- Questão 4: 3,00 – falou sobre a importância do trabalho multiprofissional, porém não falou sobre o papel do assistente social nessas equipes.
- Questão 5: 3,00 - texto bom, porém poderiam ser apresentados mais argumentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



04. Identificação do(a) recorrente:

LEONARDO ALVIN DE FREITAS

INSCRIÇÃO: 100245

Prova Engenheiro Civil

Recurso: Venho por meio deste solicitar o espelho da prova dissertativa com a correção, para fins recursais. Obs: A solicitação é de extrema urgência, considerando que o prazo para recurso é até o dia 25/09. Lembrando que, o espelho da prova bem como da correção é obrigatório e, caso o recurso reste prejudicado pela ausência do mesmo, o eventual e indesejado litígio será resolvido na via judicial. Att: Leonardo Alvin de Freitas. OBSERVAÇÃO DA BANCA: - Em substituição ao texto acima, o recorrente pediu, em email para a empresa organizadora, a reavaliação da nota apresentando argumentos em arquivo externo em PDF.

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Resposta: Em atenção ao recurso apresentado pelo candidato, inclusive em arquivo em PDF posteriormente enviado por e-mail, manifestamos:

Questão 01 – De acordo com a NBR 8666/93, em seu art 22, §2º: *“Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.”* Analisada a resposta apresentada e entendendo que para esta modalidade é imprescindível cadastramento prévio, o que o candidato não menciona na redação, bem como o valor de 3.000.000,00 apresentado, diverge do apresentado na emenda do decreto 9412 / 18, de dezoito de junho de 2.018, que apresenta o valor limite: *“b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);”*. Dessa forma quando o candidato atesta 3.000.000,00 o teto, as propostas no intervalo entre 3.000.000,01 e 3.300.000,00, estariam automaticamente fora dos limites. **Dessa forma fica mantida a nota.**

Questão 02 - Imperícia não trata apenas de manuseio de equipamentos, mas também de assumir responsabilidades das quais o profissional não é habilitado, por isso o candidato não atingiu a nota máxima. **Dessa forma fica mantida a nota.**

Questão 03 - *O empolamento é um fenômeno característico dos solos que estavam em seu estado natural e foram removidos, o que gera um consideravelmente aumento de vazios, que implicam diretamente no Volume de terra solta.* Logo, o volume aumenta, e nesse caso a precisão no volume é fundamental para o restante da questão. Como um dos objetivos é considerar o conhecimento técnico, esse erro, não é torna simples pois impacta diretamente no orçamento do serviço que se quer contratar. **Dessa forma fica mantida a Nota.**

Questão 04 - Nessa questão não houve uma explicação o comentário a respeito dos números apresentados, solicitado no enunciado da questão, bem como o erro no cálculo, o que certamente, em se tratando de cálculo estrutural, é fato que não deve ser desconsiderado. **Dessa forma fica mantida a nota.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



Questão 05 – Não cumprida a exigência mínima de texto de três linhas. **Dessa forma fica mantida a nota.**

Portanto, ficam mantidas as notas atribuídas pelo avaliador:

- Questão 1: **0,00** (de 0 a 4,00)

- Questão 2: **3,00** (de 0 a 4,00)

- Questão 3: **0,00** (de 0 a 4,00)

- Questão 4: **0,00** (de 0 a 4,00)

- Questão 5: **0,00** (de 0 a 4,00)

NOTA TOTAL OBTIDA: **3,00** (de 0 a 20,00 pontos)

Inajá(PR), 30 de setembro de 2023

ANA PAULA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público

Decreto n° 057/2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



PROCESSO DE SELEÇÃO DE PESSOAL – PSP EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N° 001.016/2023

Altera a data para divulgação do resultado da avaliação de títulos e da prova prática e dá outras providências.

CLÉBER GERALDO DA SILVA, Prefeito do Município de INAJÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no subitem 27.4 do Edital de Concurso n° 001/2023 e, considerando que o subitem 15.3 do referido Edital, determina que o Ato Convocatório para a Prova Prática deverá ser publicado com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos da data de sua realização.

RESOLVE

Tornar público que fica alterado a data para divulgação do resultado da avaliação de títulos e da prova prática e o prazo para apresentação de recursos, passando a vigorar conforme abaixo especificado:

1.23	Divulgação do resultado da avaliação de títulos e da prova prática	23/10/2023
1.24	Prazo para recurso contra o resultado da avaliação dos títulos e da prova prática	26/10/2023

Inajá(PR), 02 de outubro de 2023.

CLÉBER GERALDO DA SILVA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CLÉBER GERALDO DA SILVA, Prefeito do Município de Inajá, Estado do Paraná, **ATESTA** para os devidos fins e efeitos legais, que o **INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA/UNIFAMMA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 09.054.507/0001-00, com sede na Avenida Virgílio Manília, 22.260 - Jardim Ouro Cola, CEP 87.070-170 na cidade de Maringá/PR, presta serviços especializados na realização de **CONCURSO PÚBLICO** para preenchimento de vagas dos diversos cargos de provimento efetivo, para o município de Inajá, PR.

O Certame foi aberto através do Edital 001/2023 e contou com 883 (oitocentos e oitenta e três) candidatos inscritos, conforme abaixo discriminado:

ORDEM	CARGO	Nº INSCRITOS
01	Assistente Social	51
02	Educador Físico	7
03	Enfermeiro	44
04	Engenheiro Civil	16
05	Farmacêutico	16
06	Fisioterapeuta	21
07	Nutricionista	16
08	Odontólogo	26
09	Psicólogo	35
10	Professor de Arte	6
11	Professor de Educação Física	15
12	Professor	172
13	Técnico Agrícola	3
14	Técnico em Enfermagem	42
15	Técnico Higiene Dental	3
16	Agente Combate a Endemias	91
17	Auxiliar Administrativo	107
18	Auxiliar de Farmácia	12
19	Instrutor de Artesanato	2
20	Agente de Serviços Gerais	106
21	Eletricista	11
22	Motorista	65
23	Operador de Maquinas	13
24	Tratorista	3
TOTAL		883



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

ATESTO ainda, que as etapas de trabalho envolvendo a **aplicação da prova objetiva, prova discursiva, avaliação de títulos e prova prática**, foram executadas conforme previsto e pactuados em contrato administrativo, com inquestionável reputação ético-profissional, e que nada consta em nossos registros que desabone técnica e administrativamente, dando prova de sua Aptidão Técnica e de Desempenho, com realizando todos os serviços para o êxito do certame.

Sendo assim damos firme e verdadeiro.

Por expressão da verdade, firmo o presente.

Prefeitura Municipal de Inajá, PR., conforme **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitido e datado em 16 de outubro de 2023.


Cleber Geraldo da Silva
Prefeito Municipal
CPF: 037.233.919-07

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.617.070/0001-40
PORTARIA 134/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

NOMEAR a partir de data de 02 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PMS-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - (Contrato temporário de trabalho-Regime CLT) as professoras classificadas no referido processo seletivo.

PROFESSORAS: CMEI BOM PASTOR
LENER SOARES DA SILVA - MATRÍCULA 158460 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE DE FATIMA FELIX DE SOUZA TELES - MATRÍCULA 158461 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE LUIZES DA SILVA ZANINI - MATRÍCULA 158462 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR

Registre-se, publique-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de maio de 2023, na sede do município.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.617.070/0001-40
PORTARIA 134/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

NOMEAR a partir de data de 02 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PMS-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - (Contrato temporário de trabalho-Regime CLT) as professoras classificadas no referido processo seletivo.

PROFESSORAS: CMEI BOM PASTOR
LENER SOARES DA SILVA - MATRÍCULA 158460 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE DE FATIMA FELIX DE SOUZA TELES - MATRÍCULA 158461 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE LUIZES DA SILVA ZANINI - MATRÍCULA 158462 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR

Registre-se, publique-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de maio de 2023, na sede do município.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.617.070/0001-40
PORTARIA 134/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

NOMEAR a partir de data de 02 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PMS-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - (Contrato temporário de trabalho-Regime CLT) as professoras classificadas no referido processo seletivo.

PROFESSORAS: CMEI BOM PASTOR
LENER SOARES DA SILVA - MATRÍCULA 158460 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE DE FATIMA FELIX DE SOUZA TELES - MATRÍCULA 158461 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE LUIZES DA SILVA ZANINI - MATRÍCULA 158462 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR

Registre-se, publique-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de maio de 2023, na sede do município.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.617.070/0001-40
PORTARIA 134/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

NOMEAR a partir de data de 02 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PMS-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - (Contrato temporário de trabalho-Regime CLT) as professoras classificadas no referido processo seletivo.

PROFESSORAS: CMEI BOM PASTOR
LENER SOARES DA SILVA - MATRÍCULA 158460 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE DE FATIMA FELIX DE SOUZA TELES - MATRÍCULA 158461 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE LUIZES DA SILVA ZANINI - MATRÍCULA 158462 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR

Registre-se, publique-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de maio de 2023, na sede do município.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.617.070/0001-40
PORTARIA 134/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

NOMEAR a partir de data de 02 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PMS-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - (Contrato temporário de trabalho-Regime CLT) as professoras classificadas no referido processo seletivo.

PROFESSORAS: CMEI BOM PASTOR
LENER SOARES DA SILVA - MATRÍCULA 158460 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE DE FATIMA FELIX DE SOUZA TELES - MATRÍCULA 158461 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE LUIZES DA SILVA ZANINI - MATRÍCULA 158462 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR

Registre-se, publique-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de maio de 2023, na sede do município.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.617.070/0001-40
PORTARIA 134/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

NOMEAR a partir de data de 02 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PMS-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - (Contrato temporário de trabalho-Regime CLT) as professoras classificadas no referido processo seletivo.

PROFESSORAS: CMEI BOM PASTOR
LENER SOARES DA SILVA - MATRÍCULA 158460 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE DE FATIMA FELIX DE SOUZA TELES - MATRÍCULA 158461 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE LUIZES DA SILVA ZANINI - MATRÍCULA 158462 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR

Registre-se, publique-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de maio de 2023, na sede do município.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.617.070/0001-40
PORTARIA 134/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE SANTO INÁCIO, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

NOMEAR a partir de data de 02 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PMS-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - (Contrato temporário de trabalho-Regime CLT) as professoras classificadas no referido processo seletivo.

PROFESSORAS: CMEI BOM PASTOR
LENER SOARES DA SILVA - MATRÍCULA 158460 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE DE FATIMA FELIX DE SOUZA TELES - MATRÍCULA 158461 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE LUIZES DA SILVA ZANINI - MATRÍCULA 158462 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR

Registre-se, publique-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de maio de 2023, na sede do município.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 01.617.070/0001-40
PORTARIA 134/2023

GENY VOLATTO, PREFEITA MUNICIPAL DE ITAGUAJÉ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE

NOMEAR a partir de data de 02 de maio de 2023, EDITAL 01/2023 - PMS-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - (Contrato temporário de trabalho-Regime CLT) as professoras classificadas no referido processo seletivo.

PROFESSORAS: CMEI BOM PASTOR
LENER SOARES DA SILVA - MATRÍCULA 158460 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE DE FATIMA FELIX DE SOUZA TELES - MATRÍCULA 158461 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR
ELIANE LUIZES DA SILVA ZANINI - MATRÍCULA 158462 - CPF: 081.974.458-11 RG-4.886.458-3 SSP PR

Registre-se, publique-se e Cumpra-se.

Edição da Prefeitura Municipal de Santo Inácio, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de maio de 2023, na sede do município.

GENY VOLATTO
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. 76.970.318/0001-67

Avenida Antônio Veiga Martins, 80/82 – Centro – Cep 87.670-000

Fone: (44) 3440-1221 – E-mail: prefeito@inaja.pr.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CLEBER GERALDO DA SILVA, Prefeito do Município de Inajá, Estado do Paraná, ATESTA para os devidos fins e efeitos legais, que o **INSTITUTO SOCIAL UNIVIDA/UNIFAMMA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 09.054.507/0001-00, com sede na Avenida Virgílio Manília, 22.260 – Jardim Ouro Cola, CEP: 87.070-170 na cidade de Maringá/PR, presta serviços especializados na realização de **CONCURSO PÚBLICO** para preenchimento de vagas dos diversos cargos de provimento efetivo, sendo Agente de Combate a Endemias, Agente de Serviços Gerais, Assistente Social, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Farmácia, Educador Físico, Eletricista, Enfermeiro, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fisioterapeuta, Instrutor de Artesanato, Motorista, Nutricionista 20 Horas, Nutricionista 40 Horas, Odontólogo, Operador de Máquinas, Professor, Professor de Arte, Professor de Educação Física, Psicólogo, Técnico Agrícola, Técnico em Enfermagem, Técnico em Higiene Dental e Tratorista, contando com 1129 candidatos cadastrados e 883 candidatos homologados.

ATESTO ainda, que as etapas de trabalho envolvendo a aplicação da prova objetiva, prova discursiva, avaliação de títulos e prova prática, foram executadas conforme previsto e pactuados em contrato administrativo, sendo o **resultado final do concurso, com a classificação dos aprovados, foi homologado em 30/10/2023**, tendo sido o processo conduzido com inquestionável reputação ético-profissional, e que nada consta em nossos registros que desabone técnica e administrativamente a organizadora, dando prova de sua aptidão técnica e de desempenho, realizando todos os serviços para o êxito do certame.

Sendo assim damos firme e verdadeiro.

Por expressão da verdade, firmo a presente.

Prefeitura Municipal de Inajá, PR., conforme ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, emitido e datado em 09 de novembro de 2023.

CLEBER GERALDO
DA

SILVA:03723391907

Assinado de forma digital
por CLEBER GERALDO DA
SILVA:03723391907
Data: 2023.11.13 10:21:07
+03'00'

CLEBER GERALDO DA SILVA

Prefeito Municipal



RELATÓRIO

Resultado fundamentado da análise dos recursos contra gabarito preliminar e questões das provas objetivas e apresentação do Gabarito Definitivo

— Concurso público aberto pelo Edital nº 001/2023 —

A empresa organizadora do Concurso Público em conjunto com a Comissão Organizadora da Prefeitura Municipal de Inajá, Estado do Paraná, esta constituída através do Decreto nº 057, de 30 de maio de 2023, apresentam conjuntamente o presente Relatório com fundamentação de DEFERIMENTOS e INDEFERIMENTOS em relação aos recursos contra gabaritos preliminares e questões das provas objetivas, aplicadas no dia 20/08/2023, relativamente ao concurso público aberto pelo Edital nº 001/2023.

A) RESULTADO DA ANÁLISE E RESPOSTAS ENCAMINHADAS AOS RECORRENTES:

01. Recurso: questão nº 01 (de Língua Portuguesa), recorrente(s):

- KARINA GERACINA PAULA DO VALLE, inscrição nº 100363 (cargo: Professor)
- LAZARO GABRIEL SILVA, inscrição nº 100315 (cargo: Técnico Agrícola)
- MONICA GERACINA PAULA, inscrição nº 100316 (cargo: Professor)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A argumentação não possui embasamento, pois contesta a questão com a alternativa "A" como correta e não a letra "C", como consta no gabarito. Contudo, a candidata não se ateu ao enunciado que se deve assinalar a sequência de palavras que TODAS estejam corretas. Na alternativa A apenas a palavra cooperar está dividida corretamente. As palavras transatlântico subjugar e distância não estão corretas, sendo tran-sa-tlân-ti-co, sub-ju-gar e dis-tân-ci-a como divisão silábica correta, como consta em qualquer dicionário da língua portuguesa. Portanto, a questão 01 não apresenta erro e não tem fundamento pra ser anulada.

02. Recurso: questão nº 01 (de Língua Portuguesa), recorrente(s):

- PATRÍCIA BATISTA LAZARO, inscrição nº 100676 (cargo: Auxiliar Administrativo)
- TAMIRES VILA NOVA DOS SANTOS, inscrição nº 344 (cargo: Auxiliar Administrativo)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Em linhas gerais, as narrativas biográficas são caracterizadas como a descrição de uma vida, não importando o quão célebre o sujeito biográfico tenha sido. Nesse sentido, é preciso conter todas as informações pertinentes à vida da pessoa, ou seja, é extremamente necessário conter no gênero biográfico uma sequência cronológica de nascimento, vida, retratando o percurso histórico na sua trajetória de vida e morte, quando for o caso. O texto apresentado na prova traz somente relatos da vida de Machado de Assis, faltando informações pertinentes para ser considerada uma Biografia. A candidata contesta a alternativa correta como sendo a de letra D, porém, a mesma não tipifica o que é preciso conter em uma biografia. O texto apresentado é

Recebi
14/09/23
Ar.



um texto jornalístico, pois dá a conhecer apenas fatos relacionados ao autor. Com base na argumentação exposta sobre a questão de número um, ela **NÃO APRESENTA NENHUM ERRO E NÃO TEM FUNDAMENTO PARA SER ANULADA.**

Segue abaixo um roteiro completo de todos os dados que precisam ser contemplados em uma biografia.

ROTEIRO DE LEITURA PARA RECONHECIMENTO DO GÊNERO TEXTUAL BIOGRAFIA

- 1- Quem é a pessoa que está sendo biografada?
- 2- Em que local, dia, mês e ano essa pessoa nasceu?
- 3- Que fatos principais essa pessoa realizou em sua vida? Cite alguns.
- 4- Em que locais essa pessoa já trabalhou?
- 5- Em que locais essa pessoa já morou? Onde ela mora atualmente?
- 6- Essa pessoa ainda está viva? Caso não esteja, cite o dia, mês e ano em que faleceu. Cite também a causa da morte dessa pessoa.
- 7- Quem foi o autor da biografia dessa pessoa?
- 8- Em que local e ano e por qual editora essa biografia foi publicada?
- 9- Por quais motivos essa pessoa teve a sua biografia publicada?
- 10- Por que o(a) autor(a) resolveu publicar essa biografia?
- 11- A pessoa que foi biografada tem filhos?
- 12- Que outros fatos da vida da pessoa biografada você gostaria de saber e que não estão no texto que você leu?

Sugestão de link para leitura:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_port_pdp_neiva_pereira_martins.pdf

03. Recurso: questão nº 04 (de Língua Portuguesa), recorrente(s):

- ANA PAULA PINHEIRO PERICELLI, inscrição nº 100123 (cargo: Professor)
- ANGELA EUNICE PEREIRA DE SOUZA, inscrição nº: 19 (cargo: Farmacêutico)
- ANGELICA EUNICE PEREIRA DA ROCHA, inscrição nº 16 (cargo: Professor)
- ELISÂNGELA FIORILLO, inscrição nº 100178 (cargo: Professor de Arte)
- KARINA GERACINA PAULA DO VALLE, inscrição nº 100363 (cargo: Professor)
- LAISA CATARINE SILVA, inscrição nº 100171 (cargo: Farmacêutico)
- LAZARO GABRIEL SILVA, inscrição nº 100315 (cargo: Técnico Agrícola)
- MONICA GERACINA PAULA, inscrição nº 100316 (cargo: Professor)
- RANIELLI COITO, inscrição 238 (cargo: Assistente Social)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: É contestada a questão com a alternativa “A”, como se fosse correta a “B”, preenchendo V-V-F-V-F-V. No entanto, registre-se que a coerência textual está relacionada ao(s) sentido(s) de um texto e ocorre por meio de elementos linguísticos e extralinguísticos e não como consta no primeiro parêntese, que diz que a coerência de uma frase, de um texto se define APENAS PELO MODO COMO ELEMENTOS LINGUÍSTICOS SE COMBINAM, tampouco apenas pelas regras da gramática como ponto principal. Na coesão textual há a relação entre elementos de um texto de forma a auxiliar na sua compreensão. Desse modo, a coesão textual é um dos elementos responsáveis pela coerência textual e não por fazer ligações entre os enunciados do texto por



meio de dependências de ordem gramatical como está descrito no terceiro parêntese. No último parêntese aborda que a coesão é responsável por estabelecer a ligação lógica entre ideias, para que garanta que o texto tenha sentido não está correta, o que garante que isso ocorra é a coerência. A coesão é o mecanismo relacionado com elementos que asseguram a ligação entre palavras e frases, de modo a interligar as diferentes partes de um texto. Portanto, a questão não apresenta erro e não tem fundamento para ser anulada.

04. Recurso: questão nº 04 (de Língua Portuguesa), recorrente(s):

- CLÉVER VERAS QUEIROZ EVANGELISTA, inscrição nº 100589 (cargo: Motorista)
- GEFERSON RAMON VIEIRA DE CARVALHO SOUZA, inscrição nº 352 (cargo: Motorista)
- CLAYTON FERRARI, inscrição nº: 100207 (cargo: Motorista)
- MAICON FERNANDES DE SOUZA, inscrição nº: 100073 (cargo: Eletricista)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Pede-se a anulação da questão. Todavia, conforme consta no dicionário Silveira Bueno, base de pesquisa para a questão, o feminino de imperador é imperatriz. A palavra imperadora em outros dicionários online tem como descrição mulher mandona, dominadora, que não cabe como feminino de imperador. Com base na argumentação exposta sobre a questão, ela não apresenta nenhum erro e não tem fundamento pra ser anulada. Pelo contrário, o enunciado pede o feminino conforma norma culta. Sendo assim, **Imperador** é o soberano de uma nação e dirige um império. Quando se trata de uma mulher, o termo utilizado é **Imperatriz** e, nesta situação, seu marido é reconhecido apenas como consorte. O significado de Imperadora (que é fora da normal culta) é: Substantivo feminino [Popular] Mulher mandona; dominadora.

05. Recurso: questão nº 05 (de Língua Portuguesa), recorrente(s):

- ANA PAULA PINHEIRO PERICELLI, inscrição nº 100123 (cargo: Professor)
- ELISÂNGELA FIORILLO, inscrição nº 100178 (cargo: Professor de Arte)
- JÚLIO CARLOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA, inscrição nº 205 (cargo: Professor)
- KARINA GERACINA PAULA DO VALLE, inscrição nº 100363 (cargo: Professor)
- LAZARO GABRIEL SILVA, inscrição nº 100315 (cargo: Técnico Agrícola)
- MONICA GERACINA PAULA, inscrição nº 100316 (cargo: Professor)
- PATRICIA ARIADNY FERRO, inscrição nº 11 (cargo: Professor)
- VIVIAN JULIANE OLIVEIRA DE LIMA, inscrição nº 100030 (cargo: Professor)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Ao requerer a anulação da questão, certamente não houve atenção ao que estava sendo solicitado para analisar na questão. A alternativa "B" é a única que está correta, pois, as palavras precisam ser oxítone, paroxítone e proparoxítone na sua ordem, ou seja, a palavra RESPECTIVAMENTE diz respeito justamente a essa ordem. A primeira palavra das demais alternativas não é oxítone, por exemplo, como é na alternativa B a palavra NINGUÉM. A segunda palavra da alternativa A e D não são paroxítonas como a palavra felicidade na alternativa B. A terceira palavra da alternativa B é uma proparoxítone, ou seja, possui a sua antepenúltima sílaba como sílaba tônica. Com base na argumentação exposta sobre a questão, ela não apresenta nenhum erro e não tem fundamento pra ser anulada.



06. Recurso: questão nº 06 (de Matemática), recorrente(s):

- ANGELICA EUNICE PEREIRA DA ROCHA, inscrição nº 16 (cargo: Professor)
- KARINA GERACINA PAULA DO VALLE, inscrição nº 100363 (cargo: Professor)
- LAZARO GABRIEL SILVA, inscrição nº 100315 (cargo: Técnico Agrícola)
- MONICA GERACINA PAULA, inscrição nº 100316 (cargo: Professor)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: É solicitada a anulação da questão pela ausência de resposta que corresponda ao que pede o enunciado. Percebe-se facilmente que a questão trata de juros simples. Assim, para resolvê-la, basta aplicar os dados do enunciado na devida fórmula. Ou seja, $c=5000$, $i=3\%a.m.$, $t=20$ dias (nesse caso, deve-se deixar a taxa e o tempo na mesma unidade de medida, transformando 20 dias em meses, temos: $20: 30 = 2/3$ do mês). Daí temos $J = (5000.3.2/3)/100 = 10000/100 = 100$ reais. Ou, de uma outra maneira transformando a taxa, temos: $J = c.i.t$, logo $J = 5\,000.0,03.2/3 = 100$. Como a questão pede o montante M (consórcio) basta somar o que se aplicou mais os juros, ou seja, $M = C + J$, que é $5000 + 100 = 5100$. Portanto, a resposta está na alternativa letra (C).

07. Recurso: questão nº 11 (de Noções de Informática), recorrente(s):

- JÚLIO CARLOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA, inscrição nº 205 (cargo: Professor)
- MONICA GERACINA PAULA, inscrição nº 100316 (cargo: Professor)
- PATRICIA ARIADNY FERRO, inscrição nº 11 (cargo: Professor)
- VIVIAN JULIANE OLIVEIRA DE LIMA, inscrição nº 100030 (cargo: Professor)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: É argumentado que o enunciado tem sentido ambíguo e problemas de interpretação que prejudicam o entendimento. Porém, observa-se que entre as quatro opções apresentadas, a alternativa "C" é a única que aponta para um sistema operacional (o LINUX é um sistema operacional). Portanto, responde coerentemente o que se pede no enunciado da questão. Convém aqui esclarecer que Excel, Calculadora e Chrome não são sistemas operacionais e, assim, não se relacionam ao enunciado da questão em nenhuma hipótese de interpretação, mesmo que alguém subjetivamente considere sua estruturação ambígua. Para responder à questão basta o candidato deter o conhecimento básico sobre o conceito de sistema operacional, conforme exigido no programa da disciplina explicitado no edital de abertura das inscrições.

08. Recurso: QUESTÕES DA PROVA DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, recorrente(s):

- FRANCIELE BENEDITA DE OLIVEIRA, inscrição nº 234 (cargo: Agente de Serviços Gerais)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A recorrente alega e destaca que as provas de "Auxiliar Administrativo requisito Nível médio completo e Agente de Combate a Endemias requisito Nível Médio completo as questões expostas aos candidatos de agente de serviços gerais, FORAM IGUAIS a de nível médio completo" (copiamos aqui exatamente o texto dela).

Ela também exige "esclarecimento da banca o motivo das QUESTÕES A SER IGUAIS para tais cargos como: Agente de serviços gerais, motorista, auxiliar administrativo e agente de endemias com nível de escolaridade diferente" (texto dela).



A banca esclarece que os DOIS ARGUMENTOS acima não encontram respaldo na realidade, e relata:

A) Ao observar os cadernos de questões nas mãos dos candidatos que prestaram as provas objetivas no dia 20/08/2023, facilmente se nota que os exames para os candidatos aos cargos de nível médio completo (como Auxiliar Administrativo e Agente de Combate a Endemias) ocorreram no TURNO DA MANHÃ, enquanto os de Agente de Serviços Gerais, Motorista e de outros cargos de nível fundamental de escolaridade ocorreram no TURNO DA TARDE.

B) E que não houve a repetição de questões ("questões iguais") entre provas que ocorreram em horários diferentes, justamente por serem de níveis de escolaridade distintos e, também, porque os candidatos do turno da tarde teriam a oportunidade acessarem previamente e indevidamente as questões que seriam aplicadas a eles, perdendo o ineditismo exigido em concursos públicos. Repetições de questões só podem ocorrer em provas para cargos de mesmo nível de escolaridade, que ocorram no mesmo horário e, ainda assim, que possuem coincidência em parte ou em todo o conteúdo programático indicado no edital de abertura das inscrições, conforme de fato ocorreu e que a recorrente pode facilmente constatar.

09. Recurso: PROVA OBJETIVA PARA O CARGO DE PROFESSOR, recorrente(s):

- ANGELICA EUNICE PEREIRA DA ROCHA, inscrição nº 16 (cargo: Professor)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A recorrente apresenta recurso INTEMPESTIVO sobre as regras do concurso, contestando itens do edital de abertura das inscrições, o que, por si só, não logra análise e fica automaticamente INDEFERIDO por haver decorrido o prazo estabelecido, cabendo no momento apenas recurso contra gabaritos preliminares e questões das provas objetivas, conforme estabelecido nos itens 1.16 e 24.1 do edital de abertura das inscrições.

De qualquer forma, convém esclarecer que a pontuação final para os diversos cargos do concurso público não precisa totalizar 100 pontos, podendo somar pontuação máxima outro quantitativo para a prova objetiva (80 pontos, no caso do cargo de Professor), sem que isso represente qualquer prejuízo comparativo entre os cargos. Pelo contrário, o tratamento no edital para as provas objetivas é equânime, exigindo o acerto de 50% do total de pontos possíveis para habilitar-se / obter-se aprovação para a fase ou as fases posteriores da seleção, em todos os cargos, conforme matematicamente prevê o item 13.7 do edital o qual apresenta os quantitativos por cargo, sempre revelando a metade (50%) dos pontos totais possíveis.

Sendo assim, por mais de uma razão a análise do recurso aponta para seu total indeferimento.

10. Recurso: questão nº 09 (prova de Assistente Social), recorrente(s):

- RANIELLI COITO, inscrição 238

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: O recorrente alega a necessidade de anulação da questão por não seguir a legislação, e aponta o Art 2º da Lei 8.742/1993. Porém, conforme consta no inciso III do dispositivo legal indicado pelo recorrente, é utilizado o termo "conjunto das provisões socioassistenciais", a alternativa C não deixa de estar correta ao colocar em seu enunciado que: "a proteção social visa a garantia a vida e a redução de danos, através da proteção a família, maternidade, infância e velhice, vigilância socioassistencial visa analisar o território e a capacidade protetiva das famílias



e a defesa dos direitos visa garantir pleno acesso aos serviços socioassistenciais”. Ou seja, o pleno acesso aos serviços socioassistenciais está incluso no conjunto das provisões socioassistenciais, e caracteriza-se como um objetivo da assistência social.

11. Recurso: questão nº 12 (prova de Assistente Social), recorrente(s):

- VALDIRENE MIRANDA DE OLIVEIRA SANDRE, inscrição 100365

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A questão fica anulada, com pontuação a todos os candidatos presentes à prova, tendo em vista o erro de digitação do ano de criação de um órgão, no enunciado da questão. O correto é 1923 e não 1925, como apontou a recorrente.

12. Recurso: questão nº 13 (prova de Assistente Social), recorrente(s):

- SIMONE MARQUES ANTUNES, inscrição 100210

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A recorrente considera a resposta certa como a letra "A" (e não "C"), e alega que a questão refere-se a serviço social contemporâneo que vem até os dias atuais, sobre a Constituição de 1988, e considera mais se referir ao movimento sem terra de 1984. Por isso solicitou a revisão da questão. Deve-se considerar, no entanto, que o enunciado da questão refere-se à categoria profissional dos Assistentes Sociais, sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade, ou seja, pode-se dizer que a ascensão dos movimentos políticos das classes sociais em torno da elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988 fizeram com que o Serviço social tivesse uma ruptura com o tradicionalismo profissional ligado principalmente ao caráter religioso. Portanto, o contido na alternativa A, apontada pela candidata, não é correta, pois o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é um movimento que surgiu em 1984, porém o seu principal objetivo é realizar a reforma agrária, praticar a produção de alimentos ecológicos e melhorar as condições de vida no campo.

13. Recurso: questão nº 15 (prova de Assistente Social), recorrente(s):

- KELLY ANDREIA BOGO SERRANO, inscrição 100479

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A recorrente entende errada a alternativa "A" no gabarito preliminar, e alega como correta, para a questão 15, a sequência "V, V, F, F, V", nos itens do enunciado da questão. Em decorrência disso, pede anulação da questão e menciona legislação pertinente, como a Lei 8.662/93. Entretanto, o recurso deve ser indeferido, pois a referida Lei, em seu artigo 2º, regulamenta sobre quem pode exercer a profissão de assistente social, citando no inciso I que ela se refere aos possuidores de diplomas de curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente. Este órgão competente refere-se às instituições de ensino superior onde existem cursos de Serviço Social, sendo que no Brasil é o MEC. Bem como pode ser observado no inciso II o qual fala sobre os possuidores de diploma em curso de Serviço Social realizados fora do Brasil, os quais precisam ser revalidados e registrados por órgãos ligados à política de educação. A obrigatoriedade de registro no conselho de classe dos assistentes sociais



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



está prevista no Parágrafo único do artigo 2º, conforme pode ser facilmente consultado pelo recorrente.

14. Recurso: questão nº 22 (prova de Assistente Social), recorrente(s):

- RANIELLI COITO, inscrição 238

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A questão fica anulada, com pontuação a todos os candidatos presentes à prova, tendo em vista o erro de digitação no enunciado da questão. O correto é vedando-se e não dedando-se, como apontou o recorrente.

15. Recurso: questão nº 25 (prova de Educador Físico), recorrente(s):

- JULIANO MASSUIA MAMEDE, inscrição nº 100025

- ROBSON DA MATA, inscrição nº 87

- DANILO FONSECA DA SILVA, inscrição nº 100016

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Por erro de digitação, fica a resposta do gabarito alterada de "C" para "B", conforme alegações dos recorrentes.

16. Recurso: questão nº 07 (prova de Enfermeiro), recorrente(s):

- GIOVANA ALINE COSTA, Inscrição: 100183

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Realmente houve erro na digitação, trocado a palavra "OU" por "DE", mudando assim o sentido do texto, devendo ser anulada a questão, como argumenta a recorrente, com sua pontuação em favor de todos os candidatos presentes à prova.

17. Recurso: questão nº 06 (prova de Engenheiro Civil), recorrente(s):

- LEONARDO ALVIM DE FREITAS, inscrição nº 100245

- MATEUS JOSÉ BENVINDO MAZINI, inscrição 100718

- PATRICK MOISÉS PERES, inscrição nº 100724

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Realmente houve erro na digitação na alternativa "C", prejudicando a estruturação da questão, como argumenta o recorrente.

18. Recurso: questões nº 06, 07 e 08 (prova de Engenheiro Civil), recorrente(s):

- PATRICK MOISÉS PERES, inscrição nº 100724

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recorrente alega que o conteúdo programático constante no edital não cita qual seria o plano diretor de base, e que a cidade de Inajá ainda não o tem. Entretanto, a informação é equivocada, pois há publicado no acervo de Leis do Município um plano Diretor datado de 2.011 com 5 Títulos e 98 Artigos e demais leis complementares, dessa forma é evidente que questões sobre o tema, abordariam a legislação do município de Inajá - Pr, e não de outro município, justamente pelo fato de que cada Plano Diretor leva em conta as particularidades locais e regionais. Embora haja um contrato assinado: 042 / 2.020, contratando uma empresa por meio



da dispensa de licitação: 021 / 2.020, esta contratação trata-se da revisão do Plano Diretor de 2.011. Essa contratação trata-se da revisão, e não de elaboração de um novo Plano, de modo que o Plano Diretor publicado em 2.011, não perdeu seus efeitos.

19. Recurso: questão nº 19 (prova de Engenheiro Civil), recorrente(s):

- PATRICK MOISÉS PERES, inscrição nº 100724

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: O recorrente alega que, de acordo com gabarito preliminar, a resposta seria de 1,89mm, mas acontece que, na verdade, é de 1,93mm. Mesmo 1,89mm sendo um valor próximo, no enunciado não cita sobre arredondamento ou aproximações, fazendo com que nenhuma das alternativas seja correta. Por isso, a questão deve ser corretamente anulada, com sua pontuação em favor de todos os candidatos presentes à prova.

20. Recurso: questão nº 06 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- ANGELA EUNICE PEREIRA DE SOUZA, inscrição nº 19

- FABRICIA MARRAFON ANGELI, inscrição nº: 100431

- HOSANA ROSILENE DA SILVA, inscrição nº: 100754

- IZABELLA DE OLIVEIRA GABIATTI, inscrição nº 13

- JESSICA OLIVEIRA DA SILVA, inscrição nº 100548

- LAISA CATARINE SILVA, inscrição nº 100171

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido e mantida a resposta "C", pois em casos nos quais o paciente está com sonda, a alimentação e os medicamentos são feito via parenteral.

21. Recurso: questão nº 07 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- FABRICIA MARRAFON ANGELI, inscrição nº: 100431

- JESSICA OLIVEIRA DA SILVA, inscrição nº 100548

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido e mantida a resposta "B", pois a indicação ocorre em casos onde o paciente não tem a ação da deglutição, sendo assim não há uma estabilidade hemodinâmica.

22. Recurso: questão nº 08 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- MARINO ORLANDO MARDEGAN, inscrição nº 100299

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido e mantida a resposta "B", pois de acordo com a vigilância sanitária, ela age para melhor ação e eficácia dos medicamentos.

23. Recurso: questão nº 09 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- FABRICIA MARRAFON ANGELI, inscrição nº 100431

- HOSANA ROSILENE DA SILVA, inscrição nº 100754

- MARINO ORLANDO MARDEGAN, inscrição nº 100299

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.



Relato: Recurso indeferido e mantida a resposta “B”, pois pela ANVISA é necessário ter nome, princípio ativo, data de fabricação, tempo de validade e lote que foi fabricado, sendo obrigatório todas essas informações.

24. Recurso: questão nº 10 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- JESSICA OLIVEIRA DA SILVA, inscrição nº 100548

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido e mantida a resposta “C”, pois a farmácia deve ser um local independente, sem ser estoque de outras áreas.

25. Recurso: questão nº 11 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- FABRICIA MARRAFON ANGELI, inscrição nº: 100431

- IZABELLA DE OLIVEIRA GABIATTI, inscrição nº 13

- LAYS GONÇALVES QUEIROS, inscrição nº 100674

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido e mantida a resposta “D”, pois em via parenteral, a alimentação e absorção de alimentos e medicamentos é direto no gastrointestinal.

26. Recurso: questão nº 13 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- ANGELA EUNICE PEREIRA DE SOUZA, inscrição nº 19

- FABRICIA MARRAFON ANGELI, inscrição nº: 100431

- IZABELLA DE OLIVEIRA GABIATTI, inscrição nº 13

- JESSICA OLIVEIRA DA SILVA, inscrição nº 100548

- LAISA CATARINE SILVA, inscrição nº 100171

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido e mantida a resposta “C”, pois o farmacêutico não tem contato direto com o paciente. Ele trabalha atrás dos relatos da equipe de enfermagem e a prescrição médica, podendo então apontar se o medicamento está ajudando, deixando estável ou sendo inviável ao paciente.

27. Recurso: questão nº 15 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- FABRICIA MARRAFON ANGELI, inscrição nº: 100431

- HOSANA ROSILENE DA SILVA, inscrição nº: 100754

- LAYS GONÇALVES QUEIROS, inscrição nº 100674

- MARINO ORLANDO MARDEGAN, inscrição nº 100299

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Em razão de erro de digitação, a resposta fica corretamente alterada de “D” para “A”.

28. Recurso: questão nº 20 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- HOSANA ROSILENE DA SILVA, inscrição nº 100754

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido e mantida a resposta “A”, pois a garantia do teste “in vitro” diz se o medicamento é apto ou não.



29. Recurso: questão nº 24 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- ANGELA EUNICE PEREIRA DE SOUZA, inscrição nº 19
- FABRICIA MARRAFON ANGELI, inscrição nº: 100431

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido e mantida a resposta “B”, pois é de obrigação ao Conselho de Farmácia saber o horário de trabalho do farmacêutico e se age de acordo com as normas corretas.

30. Recurso: questão nº 25 (prova de Farmacêutico), recorrente(s):

- ANGELA EUNICE PEREIRA DE SOUZA, inscrição nº 19
- FABRICIA MARRAFON ANGELI, inscrição nº: 100431
- HOSANA ROSILENE DA SILVA, inscrição nº 100754
- IZABELLA DE OLIVEIRA GABIATTI, inscrição nº 13
- JESSICA OLIVEIRA DA SILVA, inscrição nº 100548
- LAYS GONÇALVES QUEIROS, inscrição nº 100674

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido e mantida a resposta “C”, pois a compra de fármacos com metadona exige a receita amarela do tipo A.

31. Recurso: questão nº 04 (de Língua Portuguesa), recorrente(s):

- GIOVANA ALINE COSTA, inscrição: 00183 (cargo: Enfermeiro)
- SUELEN CYNTIA DA SILVA, inscrição 26 (cargo: Enfermeiro)
- IZABELLA DE OLIVEIRA GABIATTI, inscrição 13 (cargo: Farmacêutico)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: É contestada a questão com a alternativa “A”, como se fosse correta a “B”, preenchendo V-V-F-V-F-V. No entanto, registre-se que a coerência textual está relacionada ao(s) sentido(s) de um texto e ocorre por meio de elementos linguísticos e extralinguísticos e não como consta no primeiro parêntese, que diz que a coerência de uma frase, de um texto se define APENAS PELO MODO COMO ELEMENTOS LINGUÍSTICOS SE COMBINAM, tampouco apenas pelas regras da gramática como ponto principal. Na coesão textual há a relação entre elementos de um texto de forma a auxiliar na sua compreensão. Desse modo, a coesão textual é um dos elementos responsáveis pela coerência textual e não por fazer ligações entre os enunciados do texto por meio de dependências de ordem gramatical como está descrito no terceiro parêntese. No último parêntese aborda que a coesão é responsável por estabelecer a ligação lógica entre ideias, para que garanta que o texto tenha sentido não está correta, o que garante que isso ocorra é a coerência. A coesão é o mecanismo relacionado com elementos que asseguram a ligação entre palavras e frases, de modo a interligar as diferentes partes de um texto. Portanto, a questão não apresenta erro e não tem fundamento para ser anulada.

32. Recurso: questão nº 10 (prova de Odontólogo), recorrente(s):

- MARIA EDUARDA CANCELIERI GONÇALVES, inscrição 35



Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Houve erro na digitação do gabarito, que corretamente deve ser alterado de “C” para “B”.

33. Recurso: questão nº 11 (prova de Odontólogo), recorrente(s):

- MARIA EDUARDA CANCELIERI GONÇALVES, inscrição 35

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: O recurso apresentado demonstra que houve má interpretação da questão por parte da candidata. De acordo com (ZILIOI, 2019), O contato proximal entre elementos dentais é estabelecido devido a utilização dos sistemas de matrizes e cunhas, e não única e exclusivamente da matriz, desta forma, o recurso da candidata deve ser indeferido.

34. Recurso: questão nº 12 (prova de Odontólogo), recorrente(s):

- ANA CAROLINE DOS SANTOS ROCHA, inscrição 100693

- AMANDA EUNICE PEREIRA, inscrição 100056

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Conforma corretamente apresentado em recurso, a questão 12 apresentou-se com “erro gráfico”, não sendo digitada a letra “D” para a quarta alternativa, o que causou confusão que, por si só, invalida a questão, com sua pontuação em favor de todos os candidatos presentes à prova.

35. Recurso: questão nº 13 (prova de Odontólogo), recorrente(s):

- AMANDA EUNICE PEREIRA, inscrição 100056

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A alegação é de que a alternativa correta é a identificada como letra “A”. Entretanto segundo os artigos abaixo também apresentam como fatores etiológicos radiação Ultravioleta, Microrganismo e o trauma, devendo o candidato assinalar a letra “D” pelo fato de estarem todas corretas. Consulte estas fontes:

MARTINEZ-SAHUQUILLO MARQUEZ, A. et al . La leucoplasia oral: Su implicación como lesión precancerosa. Av Odontoestomatol, v. 24, n.1, p. 33-44. Madri: 2008. Disponível em <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0213-12852008000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 25 ago 2023.

RAMOSI, Ruth Tramontani, et al. Leucoplasia Oral: conceitos e repercussões clínicas. Revista Brasileira Odontologia. vol.74, n.1, Rio de Janeiro: 2017. Disponível em http://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72722017000100012. Acesso em 25 ago 2023.

36. Recurso: questão nº 18 (prova de Odontólogo), recorrente(s):

- AMANDA EUNICE PEREIRA, inscrição 100056

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A alegação é de que há mais que uma alternativa correta e, por isso, deve ser anulada. Entretanto, facilmente observa-se que as alternativas “A, C, D” citam Febre, Insuficiência cardíaca



crônica, inviabilizando mais de uma opção correta, mantendo-se como única integralmente correta a alternativa “B”.

37. Recurso: questão nº 19 (prova de Odontólogo), recorrente(s):

- MARIA EDUARDA CANCELIERI GONÇALVES, inscrição 35

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A questão apresentou características associativas de um quadro clínico de GUN, não sendo única e exclusivamente um quadro de periodontite crônica, onde levaria a paciente a perda de crista óssea consequentemente a perda da papila, como alegado em recurso. Segundo (Herrera et al., 2014), A GUN é uma condição inflamatória destrutiva da gengiva, caracterizada por ulceração, necrose das papilas e da margem gengival, dando uma aparência característica de crateras. Assim apresentando a perda de papila. Fonte sugerida: <https://www.univali.br/vida-no-campus/editora-univali/e-books/Documents/ecs/Livro%20Odontologia.pdf>

38. Recurso: questão nº 11 (prova de Psicólogo), recorrente(s):

- VIVIANE BARBALHO VIANA, inscrição: 210

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido, em razão de pequeno engano da recorrente, pois o enunciado da questão solicita o assinalamento da alternativa INCORRETA e não da CORRETA, como certamente interpretou a recorrente.

39. Recurso: questão nº 12 (prova de Psicólogo), recorrente(s):

- ELISANGELA OLIVEIRA DA SILVA, inscrição: 100319

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido, pois o medo é uma emoção e o profissional de psicologia trata de emoções. A palavra estágios apresentada na questão também significa processos, o que sentimos para classificar como medo, o que estamos sentindo no momento.

40. Recurso: questão nº 17 (prova de Psicólogo), recorrente(s):

- ELISANGELA OLIVEIRA DA SILVA, inscrição: 100319

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: O questionamento leva em conta a diferenciação da psicologia organizacional e do trabalho, que embora se complementam, revela-se a diferença apontada na alternativa “B”, que é a correta.

41. Recurso: questão nº 21 (prova de Psicólogo), recorrente(s):

- ELISANGELA OLIVEIRA DA SILVA, inscrição: 100319

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: É clara na questão, com essa formatação, que se pede o assinalamento do PRINCIPAL objetivo da Psicologia Organizacional e, por isso, não cabem mudanças no gabarito.

42. Recurso: questão nº 24 (prova de Psicólogo), recorrente(s):

- ELISANGELA OLIVEIRA DA SILVA, inscrição: 100319



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



- ISABELLE CRISTINA VELASCO HAGUIUDA, inscrição: 100532
- KÉSIA APARECIDA GALINDO DE OLIVEIRA NISHIKAWA, inscrição: 287
- THAIS NAYARA SOUSA FADELLI, inscrição: 285
- VIVIANE BARBALHO VIANA, inscrição: 210

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Por um equívoco houve respostas em duplicidade, e a questão fica, portanto, anulada, com sua pontuação em favor de todos os candidatos presentes à prova.

43. Recurso: questão nº 25 (prova de Psicólogo), recorrente(s):

- NATALIA MIOTTO COSTA, inscrição: 100246

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Houve erro de digitação na digitação da prova, devendo o gabarito ser alterado de "D" para "C".

44. Recurso: questão nº 24 (prova de Técnico em Enfermagem), recorrente(s):

- LEANDRA APARECIDA DOS SANTOS FERNANDES, inscrição: 100397
- GABRIELA ALVES SANTOS NOGUEIRA, inscrição: 100063
- ANGÉLICA NOGUEIRA CARDOSO, inscrição: 351
- LUDIMILA RIEDO DE LIMA, inscrição: 298

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: De acordo com o Calendário Nacional de Vacinação as alternativas II e III estão incorretas, devendo haver mudança de gabarito da letra "C" para letra "A".

45. Recurso: questão nº 25 (prova de Técnico em Enfermagem), recorrente(s):

- ANGÉLICA NOGUEIRA CARDOSO, inscrição: 351
- LUDIMILA RIEDO DE LIMA, inscrição: 298

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso Indeferido, pois a questão se refere a qual das necessidades citadas encontra-se entre as BÁSICAS, as demais necessidades estão classificadas como secundárias.

46. Recurso: questão nº 17 (prova de Técnico de Higiene Dental), recorrente(s):

- LETICIA ARAÚJO DA COSTA, inscrição: 100541
- TANIA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS, inscrição: 18

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Houve erro de digitação na digitação do gabarito, devendo o gabarito ser alterado de "D" para "B".

47. Recurso: questão nº 11 (de Noções de Informática), recorrente(s):

- RAFAEL SOUZA DUTRA, inscrição: 100024 (cargo: Auxiliar Administrativo)

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: É argumentado que o enunciado tem sentido ambíguo e problemas de interpretação que prejudicam o entendimento. Porém, observa-se que entre as quatro opções apresentadas, a alternativa "C" é a única que aponta para um sistema operacional (o LINUX é um sistema



operacional). Portanto, responde coerentemente o que se pede no enunciado da questão. Convém aqui esclarecer que Excel, Calculadora e Chrome não são sistemas operacionais e, assim, não se relacionam ao enunciado da questão em nenhuma hipótese de interpretação, mesmo que alguém subjetivamente considere sua estruturação ambígua. Para responder à questão basta o candidato deter o conhecimento básico sobre o conceito de sistema operacional, conforme exigido no programa da disciplina explicitado no edital de abertura das inscrições.

48. Recurso: questão nº 16 (prova de Auxiliar Administrativo), recorrente(s):

- JENIFER DOS SANTOS SILVA, inscrição nº: 100496

- PATRÍCIA BATISTA LAZARO, inscrição nº 100676

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: De fato, o Art 654 da Constituição Federal estabelece que o “habeas corpus” poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público. Por esse motivo, é necessária a anulação da questão, pois o argumento realmente invalida o contido na alternativa “D”, que se torna incorreto. A pontuação da questão é calculada em favor de todos os candidatos presentes à prova.

49. Recurso: questão nº 18 (prova de Auxiliar Administrativo), recorrente(s):

- LETÍCIA CORDEIRO SOUZA, inscrição nº: 242

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A recorrente alega que, por falta de especificação sobre de sobre qual grupo de brasileiros a questão se referia, é errôneo afirmar que o direito ao voto é facultativo para todos. Todavia, o direito político assegurado aos brasileiros mencionado na questão é o direito ao voto. No Brasil, as regras são bem claras e estabelecem que o voto é facultativo para os cidadãos entre 16 e 18 anos, para aqueles com mais de 70 anos, e para os analfabetos. Para os demais cidadãos, o voto é obrigatório. Não há como interpretar diferente a questão apresentada na prova.

50. Recurso: questão nº 22 (prova de Auxiliar Administrativo), recorrente(s):

- JENIFER DOS SANTOS SILVA, inscrição nº: 100496

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A recorrente cita a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. III, letra B (“54% para o Executivo”), para solicitar a anulação da questão. Porém, convém esclarecer que a informação é baseada no artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece os limites para despesas com pessoal dos entes federativos (União, Estados, Municípios) de acordo com sua receita corrente líquida. “Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: III - Municípios: 60% (sessenta por cento).”

51. Recurso: questão nº 24 (prova de Auxiliar Administrativo), recorrente(s):

- BRUNO HENRIQUE DIAS, inscrição nº 100302

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



Relato: O Recorrente questiona se existe divergência quanto a lei estadual e federal. É bom lembrar que o edital do referido concurso não traz em nenhum momento a utilização da lei estadual 15.229/06 em seu conteúdo programático. Sendo assim, a resposta correta somente pode ser a letra “A”. Registre-se que, de acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a política de desenvolvimento urbano é executada pelo Poder Público municipal, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico dessa política e é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes. O plano diretor visa orientar o desenvolvimento urbano de forma sustentável, considerando aspectos como uso do solo, habitação, transporte, meio ambiente, entre outros.

52. Recurso: questão nº 16 (prova de Auxiliar de Farmácia), recorrente(s):

- LUIZ HENRIQUE VITOR, inscrição nº 15

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recurso indeferido, pois para aumentar a eficácia na distribuição de medicamentos, não há a necessidade de aumentar o tamanho da farmácia base.

53. Recurso: questão nº 20 (prova de Auxiliar de Farmácia), recorrente(s):

- JOSIANE FERREIRA DA SILVA NEVES, inscrição nº 100534

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recorrente alega que a alternativa “B” é incorreta sobre o conceito de medicamento. Convém esclarecer que, vindo da origem de curar, toda ou qualquer ação que cure, sendo ou não medicamento propriamente dito, podendo ser um alimento, um chá ou até mesmo um medicamento. Portanto, o conceito se amplia e é técnica e legalmente possível declarar que é medicamento tudo aquilo cujo objetivo seja para curar ou tratar uma doença. Dessa forma, mantém-se a alternativa apontada no gabarito da prova.

54. Recurso: questão nº 22 (prova de Auxiliar de Farmácia), recorrente(s):

- LUIZ HENRIQUE VITOR, inscrição nº 15

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Recorrente pede a reavaliação da questão. Portanto, $600/22 = 27,27$ arredonda para 28 caixas. Logo $28 \times 13 = 364$ caixas. Portanto, $364 - 600 = 236$ caixas faltando. Questão reavaliada e gabarito mantido.

55. Recurso: questão nº 16 (prova de Agente de Combate a Endemias), recorrente(s):

- JEFERSON LOPES DE PAULA OLIVEIRA, inscrição: 100359

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Por erro de ordem gráfica, a alternativa “D” ficou com o texto incompleto, impossibilitando a análise, o que justifica a anulação da questão.

56. Recurso: questão nº 07 (Matemática, de Agente de Combate a Endemias), recorrente(s):

- JEFERSON LOPES DE PAULA OLIVEIRA, inscrição: 100359

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.



Relato: No enunciado da questão houve a repetição de uma palavra que nada atrapalha a interpretação ou entendimento do texto, a exemplo da reprise da mesma palavra (que que) no trecho que está neste parágrafo sendo lido, assim escrito aqui de forma propositada. A anulação da questão, nesse caso, não se justifica.

57. Recurso: questão nº 01 (prova de Professor), recorrente(s):

- ANGELICA EUNICE PEREIRA DA ROCHA, inscrição nº: 16

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A contestação não possui embasamento, pois a recorrente contesta que a alternativa que está no último parêntese da questão está errada por não apresentar a cópia fiel do item na declaração de Salamanca. No entanto, o documento foi utilizado como apoio para retirada de informações, na qual não há cópia fiel da escrita na alternativa. A citação do conteúdo é indireta, ou seja, houve a leitura e a retirada de informação. A palavra questionada pela candidata não muda em nada o sentido da informação acerca de como as escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, precisam combater atitudes discriminatórias e que acolham e alcance a educação para todos. Portanto, a questão não apresenta erro e não tem fundamento pra ser anulada.

58. Recurso: questão nº 22 (prova de Professor), recorrente(s):

- ANA PAULA PINHEIRO PERICELLI, inscrição nº 100123

- JÚLIO CARLOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA, inscrição nº: 205

- MONICA GERACINA PAULA, inscrição nº: 100316

- PATRICIA ARIADNY FERRO, inscrição nº: 11

- VIVIAN JULIANE OLIVEIRA DE LIMA, inscrição nº: 100030

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: As alternativas da questão abrangem todos os aspectos citados nas diretrizes em referência ao assunto tratado, havendo falha na sua elaboração, pois todas as alternativas estão corretas. Sendo assim, a questão precisa ser anulada, com sua pontuação em favor de todos os candidatos presentes à prova.

59. Recurso: questão nº 28 (prova de Professor), recorrente(s):

- PATRICIA ARIADNY FERRO, inscrição nº: 11

- JÚLIO CARLOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA, inscrição nº: 205

- VIVIAN JULIANE OLIVEIRA DE LIMA, inscrição nº: 100030

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A contestação a respeito da questão de número vinte e oito que a candidata vem requerer não possui embasamento, pois a mesma contesta que a questão não abrange todos os pontos essenciais. No entanto, a questão foi retirada das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, artigo 12, página 28, contemplando aspectos relacionados de como avaliação as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo os itens que foram colocados nas alternativas I, III e IV. Portanto, a questão um não apresenta erro e não tem fundamento pra ser anulada.



60. Recurso: questão nº 29 (prova de Professor), recorrente(s):

- ANA PAULA PINHEIRO PERICELLI, inscrição nº 100123
- JÚLIO CARLOS DOS SANTOS DE OLIVEIRA, inscrição nº: 205
- PATRICIA ARIADNY FERRO, inscrição nº: 11
- VIVIAN JULIANE OLIVEIRA DE LIMA, inscrição nº: 100030

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Houve erro de digitação nos itens da questão, na qual deveria constar apenas os itens I, II e IV, que são os corretos. Por haver uma falha na digitação, a questão precisa ser anulada, com sua pontuação em favor de todos os candidatos presentes à prova.

61. Recurso: questão nº 11 (de Noções de Informática, prova de Professor), recorrente(s):

- ANA PAULA PINHEIRO PERICELLI, inscrição nº 100123

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: É argumentado que o enunciado tem sentido ambíguo e problemas de interpretação que prejudicam o entendimento. Porém, observa-se que entre as quatro opções apresentadas, a alternativa "C" é a única que aponta para um sistema operacional (o LINUX é um sistema operacional). Portanto, responde coerentemente o que se pede no enunciado da questão. Convém aqui esclarecer que Excel, Calculadora e Chrome não são sistemas operacionais e, assim, não se relacionam ao enunciado da questão em nenhuma hipótese de interpretação, mesmo que alguém subjetivamente considere sua estruturação ambígua. Para responder à questão basta o candidato deter o conhecimento básico sobre o conceito de sistema operacional, conforme exigido no programa da disciplina explicitado no edital de abertura das inscrições.

62. Recurso: questão nº 16 (prova de Professor de Educação Física), recorrente(s):

- JOÃO PEDRO DEMBOGURSKI, inscrição: 100327
- GISELE DAIANE DE FIGUEIREDO, inscrição:100553
- ANDRESSA BRANDÃO DE CARVALHO, inscrição:195
- GUILHERME DOS SANTOS SILVA, inscrição:100223

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Em virtude de erro de estruturação da questão, fica esta anulada, com sua pontuação em favor de todos os candidatos presentes à prova.

63. Recurso: questão nº 17 (prova de Professor de Educação Física), recorrente(s):

- JOÃO PEDRO DEMBOGURSKI, inscrição: 100327
- GISELE DAIANE DE FIGUEIREDO, inscrição:100553
- ANDRESSA BRANDÃO DE CARVALHO, inscrição:195
- GUILHERME DOS SANTOS SILVA, inscrição:100223

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Em virtude de erro de estruturação da questão, fica esta anulada, com sua pontuação em favor de todos os candidatos presentes à prova.

64. Recurso: questão nº 18 (prova de Professor de Educação Física), recorrente(s):



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



- JOÃO PEDRO DEMBOGURSKI, inscrição: 100327
- GUILHERME DOS SANTOS SILVA, inscrição: 100223

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Em virtude de erro de estruturação da questão, fica esta anulada, com sua pontuação em favor de todos os candidatos presentes à prova.

65. Recurso: questão nº 23 (prova de Eletricista), recorrente(s):

- GIANNY BORGES DAS NEVES, inscrição nº 100535

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Mantido gabarito da questão, tendo em vista que a repetição da frase de modo algum atrapalha o candidato que tenha conhecimento do assunto, e porque também não invalidou o que se pediu no enunciado da questão. “Todas as alternativas estão corretas”.

66. Recurso: questão nº 30 (prova de Eletricista), recorrente(s):

- GIANNY BORGES DAS NEVES, inscrição nº 100535

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: Como realmente não ficou esclarecido no enunciado da questão o tipo de circuito elétrico (se residencial ou industrial), deve a questão ser anulada e seus pontos serem contabilizados em favor de todos os candidatos.

67. Recurso: questão nº 12 (prova de Motorista, Tratorista e Operador de Máqs), recorrente(s):

- GEFERSON RAMON VIEIRA DE CARVALHO SOUZA, inscrição nº 352

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: A argumentação recorrida não se sustenta tendo em vista o disposto no CTB: “Art. 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. § 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de: I - nas vias urbanas: a) oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido.”

68. Recurso: questão nº 15 (prova de Motorista, Tratorista e Operador de Máqs), recorrente(s):

- CLÉVER VERAS QUEIROZ EVANGELISTA, inscrição nº 100589
- CLAYTON FERRARI, inscrição nº 100207

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: De fato, a partir do contido atualmente no artigo 40 do CTB, que trata do uso de luzes em veículo, faz com que não haja resposta assinalável para a questão, devendo esta ser anulada com seus pontos contabilizados em favor de todos os participantes da prova.

69. Recurso: questão nº 20 (prova de Motorista, Tratorista e Operador de Máqs), recorrente(s):

- CLÉVER VERAS QUEIROZ EVANGELISTA, inscrição nº 100589
- CLAYTON FERRARI, inscrição nº: 100207

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: O indeferimento se justifica tendo em vista que o artigo 68 do Código de Trânsito Brasileiro prevê que “o ciclista desmontado empurrando a bicicleta equipara-se ao pedestre em



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



direitos e deveres”, assim é correto afirmar que para fins de preferência no trânsito o ciclista equipara-se aos pedestres, portanto a alternativa B é correta.

70. Recurso: questão nº 23 (prova de Motorista, Tratorista e Operador de Máqs), recorrente(s):

- WILSON XAVIER NEGRI, inscrição nº 148

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: O indeferimento se justifica tendo em vista que o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê a aplicação de medidas administrativas em casos de infrações de trânsito. Entre essas medidas, está a possibilidade de apreensão do veículo e suspensão do direito de dirigir, dependendo da gravidade da infração cometida. Detenção do condutor não é uma medida administrativa, mas sim uma medida penal que pode ser aplicada em casos de infrações mais graves. Conforme previsão do artigo 256 do CTB.

71. Recurso: questão nº 27 (prova de Motorista, Tratorista e Operador de Máqs), recorrente(s):

- WILSON XAVIER NEGRI, inscrição nº 148

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: O indeferimento se justifica tendo em vista que, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a circulação de veículos em vias públicas deve ocorrer pelo lado direito da pista de rolamento, no mesmo sentido de seu deslocamento. No entanto, é permitida a circulação no sentido contrário em algumas situações específicas, como ao acessar a pista de rolamento à esquerda em uma interseção, quando necessário para realizar uma conversão, por exemplo. As outras opções mencionadas não se referem a situações em que a circulação no sentido contrário é permitida de acordo com o CTB. Conforme artigo 29º do CTB.

72. Recurso: questão nº 28 (prova de Motorista, Tratorista e Operador de Máqs), recorrente(s):

- CLAYTON FERRARI, inscrição nº: 100207

- CLÉVER VERAS QUEIROZ EVANGELISTA, inscrição nº 100589

- GEFERSON RAMON VIEIRA DE CARVALHO SOUZA, inscrição nº 352

Decisão: Considerado improcedente pela empresa e **INDEFERIDO** pela Comissão.

Relato: O indeferimento se justifica tendo em vista que, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), é obrigatório que o condutor da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) realize o exame de aptidão física e mental a cada 5 anos para a renovação da habilitação. Esse exame visa avaliar as condições de saúde do condutor para garantir que ele ainda está apto a dirigir com segurança. Conforme previsão do artigo 147º do CTB.

73. Recurso: questão nº 29 (prova de Motorista, Tratorista e Operador de Máqs), recorrente(s):

- CLÉVER VERAS QUEIROZ EVANGELISTA, inscrição nº 100589

- WILSON XAVIER NEGRI, inscrição nº 148

Decisão: Considerado procedente pela empresa e **DEFERIDO** pela Comissão.

Relato: O gabarito aponta como correta a alternativa letra "D", porém, segundo o Código de Trânsito Brasileiro, está equivocada, pois a resposta certa é 1 km em vias urbanas e 10 km vias rurais, conforme estabelece a Resolução 180/05, devendo a questão ser anulada e sua pontuação contabilizada em favor de todos os presentes à prova.

**B) DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS A SEREM PUBLICADOS NESTA DATA DECORRENTE DA ANÁLISE DOS RECURSOS APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS:**

Tendo em vista os DEFERIMENTOS expostos em recursos apresentados, conforme o item anterior, os gabaritos definitivos das provas objetivas aplicadas em 20/08/2023 passam a ter a seguinte configuração:

Gabarito Definitivo do Cargo de ASSISTENTE SOCIAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	A	C	B	C	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	*Anulada	C	B	A	D	A	B	C	A
21	22	23	24	25					
C	*Anulada	B	C	A					

Gabarito Definitivo do Cargo de EDUCADOR FÍSICO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	C	D	C	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	B	C	D	B	C	D	D	D
21	22	23	24	25					
C	C	C	B	B**					

Gabarito Definitivo do Cargo de ENFERMEIRO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	B	*Anulada	D	A	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	D	C	A	C	D	A	C	B
21	22	23	24	25					
A	D	C	C	B					



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



Gabarito Definitivo do Cargo de ENGENHEIRO CIVIL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	D	A	D	B	*Anulada	D	B	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	D	C	A	B	A	C	*Anulada	C
21	22	23	24	25					
B	A	D	B	B					

Gabarito Definitivo do Cargo de NUTRICIONISTA 20 HORAS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	B	A	B	C	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	A	D	C	A	C	B
21	22	23	24	25					
D	D	B	C	A					

Gabarito Definitivo do Cargo de NUTRICIONISTA 40 HORA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	B	A	B	C	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	A	B	C	A	D	C	A	C	B
21	22	23	24	25					
D	D	B	C	A					

Gabarito Definitivo do Cargo de FARMACÊUTICO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	C	B	A	B	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	D	C	B	A**	C	B	C	B	A
21	22	23	24	25					
B	D	B	B	A					



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



Gabarito Definitivo do Cargo de ODONTÓLOGO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	D	D	D	B	B**
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	*Anulada	D	A	A	C	A	B	C	D
21	22	23	24	25					
B	C	B	B	C					

Gabarito Definitivo do Cargo de FISIOTERAPEUTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	A	B	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	C	B	A	B	D	A	A	B
21	22	23	24	25					
A	C	A	D	C					

Gabarito Definitivo do Cargo de PSICÓLOGO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	C	C	D	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	D	C	B	A	D	B	B	A	C
21	22	23	24	25					
A	B	A	*Anulada	C**					

Gabarito Definitivo do Cargo de PROFESSOR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	C	D	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	C	D	A	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	*Anulada	D	B	A	B	A	C	*Anulada	C



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



Gabarito Definitivo do Cargo de PROFESSOR DE ARTE

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	C	D	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	D	B	D	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	A	D	A	B	D	C	C	D	C

Gabarito Definitivo do Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	C	D	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	*Anulada	*Anulada	*Anulada	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	D	B	C	D	A	D	C	C

Gabarito Definitivo do Cargo de TÉCNICO AGRÍCOLA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	C	D	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	A	D	C	D	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	A	C	B	D	C	C	B	A

Gabarito Definitivo do Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	C	D	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	B	A	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	A	B	A**	B	C	C	D	B	C



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ Nº 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



Gabarito Definitivo do Cargo de TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	C	D	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	D	B**	D	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	D	A	B	A	D	A	C	B

Gabarito Definitivo do Cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	D	A	B	C	D	A	D	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	*Anulada	C	B	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	D	A	C	D	C	A	A	B

Gabarito Definitivo do Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	B	D	A	C	D	B	A	C	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	*Anulada	C	C	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	C	A	A	D	C	B	D	B

Gabarito Definitivo do Cargo de AUXILIAR DE FARMÁCIA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	B	D	A	C	D	B	A	C	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	C	A	D	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	C	A	D	C	A	B	B	A



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



Gabarito Definitivo do Cargo de INSTRUTOR DE ARTESANATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	B	D	A	C	D	B	A	C	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	C	C	C	A	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	D	A	B	D	B	C	C	D

Gabarito Definitivo do Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	D	A	C	A	D	B	C	B	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	D	B	B	C	A	C	D	A	C

Gabarito Definitivo do Cargo de ELETRICISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	B	C	D	A	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	D	A	A	C	D	A	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	D	D	B	A	A	B	A	*Anulada

Gabarito Definitivo do Cargo de MOTORISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	B	C	D	A	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	*Anulada	C	D	C	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	B	A	C	C	D	C	*Anulada	D



PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

Estado do Paraná

CNPJ N° 76.970.318/0001-67

Av. Antônio Veiga Martins, 80/82 – CEP 87670-000 – Centro



Gabarito Definitivo do Cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	B	C	D	A	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	*Anulada	C	D	C	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	B	A	C	C	D	C	*Anulada	D

Gabarito Definitivo do Cargo de TRATORISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	A	D	C	B	C	D	A	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	A	B	*Anulada	C	D	C	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	B	A	C	C	D	C	*Anulada	D

Legenda:

- * **Questão anulada:** Sua pontuação é contabilizada em favor de todos os candidatos presentes à prova.
- ** **Questão com resposta alterada.**

Inajá(PR), 31 de agosto de 2023

ANA PAULA DE OLIVEIRA

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público
Decreto n° 057/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE INAJÁ

ESTADO DO PARANÁ

C.N.P.J. (M.F.) 76.970.318/0001-67

Av. Antonio Veiga Martins, 80 – Centro – Telefone (44) 3440-1221 – CEP 87.670-000

E-mail: prefeitura@inaja.pr.gov.br

DECRETO N.º 096/2023, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

Homologa Resultado do Concurso Público – Edital n° 001/2023, na forma que se especifica.

CLEBER GERALDO DA SILVA, Prefeito do Município de Inajá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com o resultado publicado e apresentado pela Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura, nomeada através Decreto n° 057, de 01 de junho de 2023.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica homologado o Resultado Final do Concurso Público aberto pelo Edital n° 001/2023, dos cargos de Assistente Social; Educador Físico; Enfermeiro; Nutricionista/20 horas; Farmacêutico; Odontólogo; Fisioterapeuta; Psicólogo; Técnico Agrícola; Técnico em Enfermagem; Técnico em Higiene Dental; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Farmácia; Agente de Combate à Endemias; Instrutor de Artesanato; Professor; Professor de Arte; Professor de Educação Física; Agente de Serviços Gerais; Eletricista; Motorista; Operador de Máquinas; e Tratorista, tudo de conformidade com o resultado divulgado pela Comissão Organizadora do Concurso Público, através do Edital n° 001.023/2023, de 30 de outubro de 2023, publicado no Órgão Oficial do Município – Jornal O REGIONAL, do dia 31/10/2023.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Inajá/PR, 14 de novembro de 2023.


CLEBER GERALDO DA SILVA
Prefeito Municipal